

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

CRISTINA MARCELO DOS SANTOS

**NARRATIVAS E MEMÓRIAS DAS ESCOLAS EM PRISÕES
DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO

2015

CRISTINA MARCELO DOS SANTOS

**NARRATIVAS E MEMÓRIAS DAS ESCOLAS EM PRISÕES
DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Linguagem

Orientadora: Diana de Souza Pinto

RIO DE JANEIRO

2015

Catálogo da Publicação na Fonte

S237n Santos, Cristina Marcelo dos

Narrativas e memórias das escolas em prisões do Rio de Janeiro /
Cristina Marcelo dos Santos. – Rio de Janeiro, 2015.
102 f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-
Graduação em Memória Social – Centro de Ciências Humanas e
Sociais / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Orientadora: Diana de Souza Pinto

1. Memória Social. 2. Educação. 3. Prisões. 4. Narrativas. I. Autor.
II. Título.

CDU: 304

CRISTINA MARCELO DOS SANTOS

**NARRATIVAS E MEMÓRIAS DAS ESCOLAS EM PRISÕES
DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Linguagem

Aprovada em: 10/09/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Diana de Souza Pinto (UNIRIO)
Orientadora

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)
Examinador

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus ventos pela oportunidade concedida.

Aos meus filhos, Caio e Thales, pela paciência e palavras de encorajamento constante.

Às minhas mães Maria Mozila, Maria Inez e Ana Rosa que tanto se empenharam em iluminar os meus caminhos me mostrando a direção correta a ser trilhada.

À minha Orientadora, Diana Pinto, pelo empenho e dedicação à pesquisa realizada.

Aos amigos José Paulo Morais, Paulo Abreu, Caio Felipe, Célia Neves, Fernando José e Andréa Doyle que me apoiaram nos momentos mais importantes desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto o estudo da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro à luz do campo da Memória Social. A pesquisa começa com o mapeamento das leis que fundamentaram a criação e o desenvolvimento das escolas no sistema penal, traçando um percurso histórico, desde o surgimento da primeira instituição carcerária brasileira, no século XIX. Acrescenta-se à coleta de dados uma entrevista qualitativa com uma das docentes que participou do processo de implementação da primeira escola do Rio. A base teórica apoia-se em algumas concepções de Jô Gondar (2003, 2005) sobre o campo da Memória Social assim como o estudo de alguns autores relevantes da área. O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a construção da memória da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro. Conclui-se que apesar dos grandes avanços legais e administrativos na educação no sistema penitenciário, ainda não há oferta suficiente em relação à demanda, mesmo que tal atividade educativa não represente, de forma alguma, a constituição de um privilégio mas sim, a garantia de um direito do apenado.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Memória Social. Narrativas. Legislação.

ABSTRACT

The object of this master's dissertation is the study of education in prisons in the State of Rio de Janeiro, enlightened by Social Memory's concepts. The research outlines the laws that structured the creation and development of schools inside the correctional system, tracing a historical trajectory since the first Brazilian punishment institution was created in the nineteenth century. To complete the work, we conducted a qualitative interview with one of the teachers who participated in the implementation process of the first school in a prison in Rio de Janeiro. The theoretical base relies on some concepts developed by Jô Gondar (2003, 2005) about Social Memory as well as the commentary of relevant authors. The overall objective of this research is to understand the construction of the memory of education in prisons in the State of Rio de Janeiro. We conclude that, despite the great legal and administrative advances in the education inside the prison system, there is still insufficient supply since such an activity is the result, not in any way of a privilege, but of a guaranteed right of the inmate.

Keywords: Education. Prison. Social Memory. Narratives. Legislation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEB –	Câmara de Educação Básica
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CNJ –	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP –	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNPQ –	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COESP –	Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas
CONFINTEA –	Conferência Internacional de Educação de Adultos
DEGASE –	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DEPEN –	Departamento Penitenciário Nacional
DIESP –	Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais E Socioeducativas
DOERJ –	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
E.E.E.S. –	Escola Estadual de Ensino Supletivo
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
FAPERJ –	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FNDE –	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB –	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF –	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magisterio
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP –	Lei de Execução Penal
LSPSPV –	Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisa
MEC –	Minsiteiro da Educação

MJ –	Ministerio da Justiça
MOBRAL –	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU –	Organização das Nações Unidas
OSPB –	Organização Social e Política do Brasil
PBA –	Programa Brasil Alfabetizado
PEESP –	Plano Estrategico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional
PJUP –	Projovem Urbano em Unidades Prisionais
PPGMS –	Programa de Pós-Graduação em Memória Social
PROJOVEM –	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária
PRONASCI –	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
REDLECE –	Rede Latino-Americana de Educação em Contexto de Encarceramento
SEAP –	Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro
SECADI –	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEEDUC –	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SENAC -	Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR –	Sistema Nacional de Aprendizagem Rural
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ –	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO –	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PERCURSOS DA PESQUISADORA	12
3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO BRASIL	17
3.1	A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE	22
3.2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	25
4	ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	39
4.1	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA	39
4.2	O PRIMEIRO MOMENTO DA ENTREVISTA	44
4.3	O SEGUNDO MOMENTO DA ENTREVISTA	47
5	A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	55
6	O CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL E AS ESCOLAS EM PRISÕES	64
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM STELLA	80
	APÊNDICE B – A TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM STELLA	81

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Ela está vinculada ao projeto, interdisciplinar, *A construção da memória da educação prisional no Estado do Rio de Janeiro – Pensa Rio* – coordenado pelo Prof. Francisco Ramos de Farias e financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Cumprir informar que desde 1998 por meio da Lei nº 3.06/1998 todas as unidades escolares do Estado do Rio de Janeiro recebem, mensalmente, recursos descentralizados, inclusive as alocadas em espaço carcerário. Até a presente data o cálculo do orçamento per capita é realizado de acordo com o número de alunos referente ao ano anterior daquele que está em curso. Por serem legalmente criadas em Diário Oficial as escolas em prisões são financiadas pelo governo do estado e possuem ajuda do governo federal para a aquisição de gêneros alimentícios.

O objetivo geral deste estudo é compreender a construção da memória da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro por meio do estudo de suas legislações de amparo, articulando-as às narrativas de uma professora e gestora com mais de quarenta anos de experiência na área. Já seus objetivos específicos envolvem o mapeamento das leis que fundamentaram e mantiveram tais escolas, assim como um mergulho subjetivo no cotidiano desses espaços pela perspectiva da docente.

Orientam este estudo duas indagações principais: como se dá a construção da memória da educação em prisões em nosso Estado? Em que medida os ditames legais e as narrativas dessa professora nos auxiliam nessa construção?

O corpus desse trabalho foi elaborado, por um lado, a partir de marcos legais como, por exemplo, Decretos, Resoluções e Pareceres publicados em Diários Oficiais do Estado e da União e por outro lado, de uma entrevista semi-estruturada realizada em 02/09/2014 com a Professora Maria Stella Barghigiani no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Essa docente exerceu por quarenta anos suas funções pedagógicas no C.E. Mário Quintana, situado na Penitenciária Lemos Brito até a presente data.

Esta dissertação está dividida em cinco partes. Na primeira, o capítulo dois, constam as motivações profissionais que impulsionaram a pesquisadora a realizar a presente pesquisa. O ponto de partida deste trabalho foi o convite recebido em 2005 para atuar na assessoria responsável pelas escolas situadas em espaço de privação de liberdade pertencentes à Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Posteriormente, surgiu a necessidade de aprofundar os

conhecimentos adquiridos no fazer cotidiano, o que foi desenvolvido no curso de Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo, procurei traçar uma linha histórica a contar da constituição do sistema penitenciário, no século XIX, até o ano de 2011, momento em que foi implementado, no Brasil, o Programa Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP).

Nesse ínterim diversas ações foram realizadas, nacional e internacionalmente, com o objetivo de garantir que a pena de privação de liberdade fosse responsável pela correção dos sujeitos que infringiam (e ainda infringem) a lei. A oferta de atividades educacionais aos internos configura uma das principais ações que corroboram o alcance desse propósito.

O capítulo seguinte, *Aspectos teórico-metodológicos*, é constituído por três partes que registram os recursos utilizados na construção do corpus dessa pesquisa contendo a análise dos dados coletados na entrevista acima mencionada. A primeira parte, intitulada *Estratégias Metodológicas para a construção do corpus da pesquisa*, revela os objetivos da realização de uma entrevista semi-estruturada tanto individualmente, quanto através de um grupo focal. Em ambos momentos foi possível observar, por meio das narrativas, determinados acontecimentos - registrados apenas na memória das entrevistadas - que foram essenciais para a realização desse trabalho.

Já na segunda e na terceira parte, são apresentadas, respectivamente, o primeiro e o segundo momento da entrevista. No primeiro momento as quatro perguntas realizadas foram norteadas pelo tópico guia. No segundo, nossa entrevistada ficou à vontade para contar as histórias que considerasse relevantes para aquela ocasião.

No capítulo cinco, *A Educação em espaços de privação de liberdade Estado do Rio de Janeiro*, estão contidas as informações sobre o início da oferta educacional em 1967, através das Classes de Cooperação, até a criação da Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas em 2007, vinculada, inicialmente, ao Gabinete do Secretário de Estado de Educação.

No último capítulo procurei estabelecer uma relação entre o campo de estudo Memória Social e as escolas situadas em local de encarceramento, principalmente, a partir de algumas concepções desenvolvidas por Jô Gondar (GONDAR, 2003; GONDAR, 2005).

Um dos pontos dessa análise refere-se à uma das proposições que foi desenvolvida por essa pesquisadora - a transdisciplinaridade do campo da Memória Social. Essa proposição foi concebida nessa pesquisa enquanto ponto de convergência com a Educação em Prisões, uma vez que ambas demandam atravessamentos seja de disciplinas, seja de pesquisas científicas ou ainda de instituições congêneres.

Por tudo isso, podemos inferir que proporcionar o atendimento educacional em espaços prisionais constitui a garantia de direito humano e o cumprimento das legislações vigentes tanto em nosso país, quanto fora dele. O sujeito encarcerado está (ou deveria estar) apenas privado de ir e vir livremente.

Assim, esse trabalho pretende também revelar, através de alguns dados coletados, que garantir e ampliar a oferta educativa no cárcere pode significar, em determinados casos, a possibilidade de transformação de realidades e, ainda, colaborar com os futuros pesquisadores que necessitem de informações sobre a educação em prisões em nosso Estado. Aqui foi realizada uma retrospectiva desde sua criação, instituída a partir de um convênio firmado entre as Secretarias de Estado de Justiça e de Educação até a atualidade¹.

¹ No período de 2015, momento da Defesa desta Dissertação, até 2016, última versão para depósito, os dados foram atualizados, visando o melhor acompanhamento dos processos analisados.

2 PERCURSOS DA PESQUISADORA

Há vinte e um anos sou professora do Quadro de Magistério da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC). Durante cinco anos, desempenhei minhas funções docentes na Fundação Municipal de Educação de Niterói, em sala de aula e na equipe da Coordenação de Jovens e Adultos, na sede dessa Fundação.

No ano de 2005, aceitei o convite para trabalhar na sede da Secretaria de Estado de Educação, na Superintendência de Gestão de Pessoas. Após dois anos, fui convidada para atuar na Chefia de Gabinete do Secretário, primeiramente, na Central de Relacionamentos² e, posteriormente, na assessoria responsável pelas escolas em prisões.

Apesar de ter ingressado no magistério em 1994, desconhecia que existissem colégios dentro de presídios. Esse fato aguçou a minha curiosidade e comecei a buscar respostas sobre como desempenhar essa nova função, pois no dizer de Gondar (2005): “o que nos afeta é o que rompe com a mesmidade em que vivemos; a mesmidade não nos impressiona ou nos marca. O que nos afeta é antes o encontro, uma palavra nova, uma experiência singular” (GONDAR, 2005, p. 25).

O desafio desse novo fazer profissional me impulsionou, intuitivamente, na busca por dados na própria Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, que dispunha de escassos registros publicados em Diário Oficial do Estado, como também, de poucas informações acerca do funcionamento daquelas unidades escolares.

Diante da falta de acervo necessário para realizar, diariamente, esse trabalho de tamanha complexidade, decidi aprofundar meus conhecimentos na área da educação em prisões. Por esses motivos, em 2013, prestei exames para o curso de Mestrado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de examinar, a partir de legislações encontradas, a construção da memória da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro.

A minha questão de pesquisa está pautada em duas indagações principais, são elas: como se dá a construção da memória da Educação em Prisões no Rio de Janeiro? E em que medida os marcos legais e os relatos da Professora Stella nos auxiliam nessa construção? Essas indagações estão em conformidade com o ponto de vista de Flick (2004), que afirma:

² Central de Relacionamentos (CEREL): “A Central de Relacionamento da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro é o canal de comunicação entre os usuários internos ou externos da SEEDUC. A Central visa agilizar os processos da administração, promover o exercício da cidadania e fortalecer as diretrizes das políticas públicas de educação, garantindo o acesso e a participação de todos para a melhoria dos serviços prestados.” (Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeConteudo?article-id=535694>).

As questões de pesquisa não vêm do nada. Em muitos casos, originam-se na biografia pessoal do pesquisador e em seu contexto social. A decisão acerca de uma questão específica depende essencialmente dos interesses práticos do pesquisador e do seu envolvimento em certos contextos históricos e sociais. Tanto os contextos cotidianos quanto os científicos têm aqui o seu papel (FLICK, 2004, p. 64).

De acordo com o autor, a ação de formular a questão de pesquisa configura uma etapa essencial para a garantia do sucesso da pesquisa qualitativa e se revela uma porta para o campo de pesquisa que está sendo estudado.

Dessa forma, a partir deste momento, me proponho a narrar algumas atividades em que estive diretamente envolvida desde a criação da DIESP. Contudo, estarão presentes em meus registros aqueles acontecimentos que me afetaram mais profundamente e que se consolidaram em minhas lembranças, pois, segundo Pollak (1992, p. 203), “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” Nessa perspectiva, elenco os eventos que considero os mais importantes na constituição e na consolidação das escolas em prisões em nosso Estado.

Em 2007, durante a gestão do Secretário de Educação Nelson Maculan Filho, as escolas situadas em espaço de privação de liberdade foram vinculadas ao Gabinete do Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro³. Também foi publicada a resolução que criou o primeiro Grupo de Trabalho⁴ com a finalidade de mapear e consolidar dados referentes às escolas em prisão e socioeducativas. Nesse mesmo ano, houve a inserção dessas unidades escolares, pela primeira vez, no Plano Estadual de Educação para a Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre de 2008, terminou a gestão de Nelson Maculan e teve início a administração da Secretária de Estado de Educação Tereza Cristina Porto Xavier, que desempenhou suas funções na SEEDUC no período compreendido entre fevereiro de 2008 e outubro de 2010⁵. Nesse ínterim, em 2008, foi criada a Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (COESP)⁶ responsável pelos expedientes pedagógicos e administrativos das Unidades Escolares alocadas tanto nos espaços do Departamento Geral

³ Resolução/SEEDUC nº 3528 de 21/05/2007 publicada em Diário Oficial no dia 22/05/2007 e alterada no DOERJ de 04/07/2007 pela Resolução/SEEDUC nº 3539 de 26/06/2007.

⁴ Resolução SEEDUC nº3702/2007, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 05/11/2007.

⁵ Informações encontradas no sítio eletrônico dessa pasta, (www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article_id=448317).

⁶ Nesse primeiro momento, a COESP dispunha de cinco cargos comissionados: o de Coordenador Especial, o de Assessor - desempenhado por mim até outubro de 2010, o de Diretor de Ensino, o de Diretor Administrativo e o de Diretor de Projeto, Pesquisa e Avaliação. Atendia a um total de quinze unidades escolares: dez nos espaços da SEAP e cinco nos espaços do DEGASE.

de Ações Socioeducativas (DEGASE)⁷, quanto da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

Entre 2008 e 2010, foram realizados três Fóruns de Educação em Prisões do Estado do Rio de Janeiro⁸ (2008, 2009 e 2010), que tiveram como objetivo principal aprofundar o debate sobre o assunto dentro da Secretaria Estadual de Educação. Nesses momentos, toda a equipe da COESP e todos os profissionais das escolas estiveram presentes. Participaram, também, autoridades dos diversos órgãos correlatos como, por exemplo, do Ministério da Educação, do Ministério Público, da Secretaria de Administração Penitenciária, entre outros. Uma das prioridades da realização dos fóruns era garantir espaços para a exposição dos trabalhos que os alunos realizavam durante o ano letivo.

Outra iniciativa importante foi a elaboração do processo administrativo que deu origem ao pagamento de Gratificação Especial⁹, a partir de 2009, para todos os funcionários que trabalham em unidades escolares em prisões e socioeducativas. Esses valores variam de trezentos e cinquenta a setecentos reais.

Cabe destacar, igualmente, a realização do I Seminário Étnico-Racial de Educação em Prisões do Estado do Rio de Janeiro, em 2010. Esse evento contemplou o debate sobre o cumprimento das Leis nº10.639/2003¹⁰ e 11.645/2008 que tratam, respectivamente, da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Currículo Oficial da Rede de Ensino. Na tentativa de garantir o cumprimento das legislações acima mencionadas, a SEEDUC, através da Resolução SEEDUC nº3.991/2008, publicada em 24/06/2008, instituiu o Comitê Étnico-Racial¹¹ composto por um profissional de cada Coordenadoria Regional.

No segundo semestre de 2010, tem início a administração do Secretário de Estado de Educação Wilson Risolia Rodrigues, desempenhada até dezembro de 2014. Nesse período, houve a redistribuição geográfica¹² das Coordenadorias Regionais. Com essa ação, as trinta e uma coordenadorias foram reduzidas para quatorze Diretorias Regionais Administrativas e Pedagógicas e uma Diretoria Especial.

⁷ Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das Medidas Socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Em 2008 foi transferido para a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

⁸ Ver notícia em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/noticias/242527/forum-discute-a-educacao-em-prisoos-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 15/03/2015.

⁹ E-03/ 10184/2008, publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 27/11/2008.

¹⁰ O Parecer CNE/CEB nº4 de 2010, p. 07, recomenda a bordagem de temas que pressupõem o combate ao racismo.

¹¹ Como a representante da COESP fui incumbida de organizar os outros Seminários Étnico-Raciais que ocorreram em 2011, 2012 e 2014.

¹² Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=375402>

Todas essas mudanças acarretaram alterações tanto na nomenclatura, quanto nos Cargos Comissionados das Diretorias Regionais. No que tange à nomenclatura, a COESP teve a sigla e o nome transformados em DIESP – Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas. Em relação aos cargos, por exemplo, com a extinção do cargo de Assessor, o meu cargo foi transformado para o de Coordenadora de Administração, posição que mantenho até a presente data.

Por força do Decreto nº44.768/2014, de 29/04/2014, publicado no Diário Oficial de 30/04/2014, a sigla DIESP, apesar de ter sido mantida, teve seu significado alterado para Diretoria Regional de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas¹³. Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação conta, atualmente, com a DIESP e quatorze Diretorias Regionais Administrativas e Pedagógicas para dar suporte às Unidades Escolares que compõem a Rede Estadual de Ensino.

Durante a gestão do Secretário Wilson Risolia, outras ações que contribuíram para a visibilidade do trabalho realizado pela DIESP foram: o IV e o V Fórum de Educação em Prisões do Estado do Rio de Janeiro¹⁴, o II e o III Seminário Étnico-Racial da Educação em Prisões do Estado do Rio de Janeiro¹⁵, a elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado do Rio de Janeiro,¹⁶ com o apoio do Ministério da Justiça, assim como a apresentação do trabalho desenvolvido pela DIESP no Seminário Educação nas Prisões: *A educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e perspectivas*, promovido pelo Conselho Nacional de Educação¹⁷, em Brasília/DF.

Esta pesquisa deriva de minha atuação junto aos profissionais que desempenham suas funções em escolas situadas em espaço de privação de liberdade. Ela tem origem no encontro

¹³ Desde a sua criação, esse setor já realizou a entrega de trezentos e oito computadores portáteis entre o ano de 2009 e 2014 para os alunos contemplados no SAERJ – “Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro existe desde 2008 e foi criado com o objetivo de promover uma análise do desempenho dos alunos da rede pública do Rio de Janeiro nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática do 4º ano do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio.” (<http://www.saerj.caedufjf.net/saerj>) *esquisito nenhuma relação com o assunto

¹⁴ Cabe informar que até a presente data não foi realizado estudo que verificasse o impacto desses Fóruns nas salas de aulas das escolas em prisões do nosso estado.

¹⁵ Os Seminários Étnico-Raciais configuram o momento de culminância dos trabalhos elaborados nas escolas ao longo dos anos letivos. Para tanto, contamos com a parceria do Grupo de Trabalho (GT) “Brasis” Diversos Olhares, composto por um professor de cada unidade escolar que é o mediador entre ações emanadas pela SEEDUC/DIESP e a escola. Atualmente, cada Diretoria Regional tem um GT, mas a DIESP foi pioneira na criação dessa metodologia de trabalho. O IV Seminário Étnico-Racial da DIESP foi realizado em 21/08/2015.

¹⁶Essa ação se fez necessária em cumprimento às recomendações do Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras “criação de planos estaduais de educação prisional” (Parecer CNE/CEB nº04, 2010, p. 6). Atualmente, participo do grupo de estudo que está atualizando os dados no referido documento.

¹⁷ Fui indicada pela COESP para realizar essa apresentação, cujo seminário, realizado em 23/04/2012, encontra-se consolidado no Documento –Referência, 2012, elaborado pelo Ministério da Educação.

com novo em 2007, nos momentos com os gestores desses colégios e das penitenciárias, nas reuniões e decisões coletivas a respeito dos fazeres educacionais no cárcere, enfim, resulta do processo de interação e reflexão com os meus pares e agentes envolvidos nesse processo.

Como afirma Jô Gondar, ‘a memória não é um lugar de conforto ou de compensação pelas perdas identitárias; ela está sujeita à mudanças, [...] com a possibilidade de rememoração criativa’ (GONDAR; BARRENECHEA, 2003, p. 40). Assim, essa discussão sobre as *Narrativas e Memórias das Escolas em Prisões do Rio de Janeiro* não tem, e nem poderia ter, a intenção de comprovar a veracidade dos fatos ocorridos e, muito menos, de esgotar o assunto sobre tais reminiscências, mas apenas relatar os acontecimentos que julguei serem os mais importantes desde que essas unidades escolares receberam mais visibilidade em nosso Estado.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO BRASIL

Nesta seção, proponho uma reflexão sobre alguns fatores históricos e algumas legislações que contribuíram para o surgimento da educação de jovens e adultos no sistema penitenciário do Brasil, sobretudo, no Estado do Rio de Janeiro, onde, durante o período imperial, foi construída a primeira unidade penal brasileira – a Casa de Correção da Corte.

Segundo Motta (2011), no Brasil, como em vários países da Europa e nos Estados Unidos, a prática do encarceramento humano é bastante anterior ao movimento de institucionalização do sistema penal implementado no início do século XIX por diversas nações. Carlos Aguirre, em *Cárcere e sociedade na América Latina*, informa que em nosso país,

Os mecanismos coloniais de castigo e controle social não incluíam as prisões como um de seus principais elementos. O castigo, de fato, se aplicava muito mais frequentemente por meio de vários outros mecanismos típicos da sociedade do Antigo Regime, tais como execuções públicas, marcas, açoites, trabalhos públicos e desterros. Localizadas em edifícios fétidos e inseguros, a maioria das cadeias coloniais não mantinha sequer um registro de detentos [...] Ainda assim, algumas cidades como o México, Lima, Buenos Aires ou Rio de Janeiro podiam mostrar algum nível de organização na logística carcerária (incluindo regulamentos escritos e visitas à prisão levadas a cabo regularmente pelas autoridades coloniais). Logo, o encarceramento de delinquentes durante o período colonial foi uma prática social regulamentada mais pelo costume do que pela lei, e destinada simplesmente a armazenar detentos, sem que se tenha implementado um regime punitivo institucional que buscasse a reforma dos delinquentes (AGUIRRE, 2009, p. 37-38).

Assim, em nosso país, somente a partir do século XIX, a privação de liberdade torna-se a penalidade responsável pela correção daqueles que estavam infringindo as legislações vigentes. Vale ressaltar que, de acordo com Foucault em “Vigiar e Punir”(1987), até meados do século XVIII, as punições através do suplício dos corpos dos indivíduos condenados eram consideradas práticas comuns. Ele aponta que a ostentação dos suplícios começa a desaparecer a partir de 1787, pois, a contar desse período,

[...] foi redistribuída, na Europa e nos Estados Unidos, toda a economia do castigo. Época dos grandes ‘escândalos’ para a justiça tradicional, época dos inúmeros projetos de reformas; novas teorias da lei do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes; projeto ou redação de códigos ‘modernos’: Rússia, 1769; Prússia, 1780; Pensilvânia e Toscana, 1786;

Áustria, 1788; França, 1791, Ano IV, 1808 e 1810. Para a justiça penal, uma era nova (FOUCAULT, 1987, p. 10-11).

O autor afirma que o desaparecimento do suplício, no século XIX, deu origem a uma nova forma de punição – a prisão¹⁸. Ela surge com a finalidade de exercer o controle do tempo e dos corpos dos indivíduos, tocando-lhes o mínimo possível. Nesse sentido, o aprisionamento dos indivíduos tem como objetivo principal reeducá-los através do trabalho no cárcere, mas sem primar pelas torturas ou mutilações de seus corpos.

Segundo Vieira (2014), no Brasil os primeiros ditames legais sobre o sistema prisional também foram elaborados no início do século XIX e estavam em conformidade com as novas legislações oriundas da Europa e dos Estados Unidos. Segundo a pesquisadora, é possível constatar tais procedimentos através de marcos legais como a primeira Constituição – Constituição Política do Império do Brasil - outorgada 1824 - Parágrafos 19 e 21, Artigo 179:

§19 -Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as penas mais cruéis. [...]

§21 - As cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias, e natureza dos seus crimes (BRASIL, 1824, , p. 105).

No primeiro Código Penal brasileiro, aprovado em 1830, foram definidos novos procedimentos a respeito do encarceramento, inclusive sobre a pena de prisão. Motta (2011) aponta para o fato de que tal inovação não significou a exclusão total das antigas práticas de punição. Seguem três artigos, do documento que nos auxiliam:

Art. 38. A pena de morte será dada na forca.

Art. 44. A pena de galés sujeitará os réus a andarem com argola no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido cometido o delito, à disposição do Governo.

Art. 46 –A pena de prisão com trabalho obrigará aos réus a ocuparem-se diariamente no trabalho que lhes for destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças e dos regulamentos policiais das mesmas prisões (BRASIL, 1830¹⁹).

O autor enfatiza, ainda, que o sistema prisional brasileiro enfrentou sérios problemas para colocar em prática esse Código Penal. Um deles foi a falta de infraestrutura adequada,

¹⁸ Para Sá (1990, p. 27), a partir do século XVIII, “vai ocorrendo a metamorfose do pecado em crime, do direito divino em Direito Penal, da vadiagem em delito [...] do confessionário em tribunal. Assim, a partir do século XIX a penitenciária (espaço próprio para a penitência) surge como a instituição responsável por uma nova forma de punição: a pena privativa de liberdade com tendência à universalização.”

¹⁹ Não disponível número de página.

nos estabelecimentos penais, que, pela escassez de espaço, não conseguiam garantir trabalho para todos os sentenciados.

Outro fator que gerou dificuldade, na implementação do Código Penal de 1830, foi a coexistência da escravidão, abolida somente cinquenta e oito anos mais tarde. Em seu Capítulo II – Dos Crimes Justificáveis – o documento em questão assegura:

Art. 14. Será o crime justificável, e não terá lugar a punição dele:
 §6 Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade dele, não seja contrária às Leis em vigor (BRASIL, 1830²⁰).

Assim, fica evidenciado que embora a Constituição de 1824 tenha significado um avanço em relação à tortura dos corpos, o Código Penal de 1830, por sua vez, legitimou a prática de castigo moderado para filhos, escravos e discentes. Leila Mezan Algrati, em *O feitor ausente* aponta para o descompasso entre as concepções sobre a punição na Europa e no Brasil a partir de fins do século XVIII, no seguinte sentido:

enquanto o Velho Mundo assistia ao fim dos suplícios [...], na sociedade escravista brasileira não só permaneciam os castigos corporais, como também eram acirrados. Esse aumento da aplicação de penas corporais estava diretamente vinculado ao crescimento da população escrava nas primeiras décadas dos Oitocentos. Ademais, segundo a autora, sob o ponto de vista da sociedade da época, uma punição que atingisse a alma, o intelecto e a vontade e não o corpo do escravo era inócua. A ideia de reeducação era incompatível com o cotidiano do cativo (ALGRATI apud FERREIRA 2009, p. 179-180).

Mesmo com esses avanços e retrocessos, sob a influência das novas ordenanças em relação à pena privativa de liberdade, outra medida tomada em nosso país foi a edificação da primeira Casa de Correção brasileira, no Estado do Rio de Janeiro.

Marlene Sant’Anna (2009, p. 290) em *Trabalho e conflito na Casa de Correção do Rio de Janeiro* aponta que “em fevereiro de 1833, foi escolhido o lugar definitivo, situado na Rua Nova do Conde, nas chácaras do Catumbi, região de margens e pântanos, que ficava um pouco mais afastada das ruas centrais da cidade.” Atualmente a rua é denominada Frei Caneca e o bairro, Estácio de Sá.

De acordo com Vieira (2014, p. 55), as obras foram iniciadas em 1834 e a inauguração da Casa de Correção da Corte foi efetivada em 1850. A autora diz que essa construção configurou, de fato, o começo do sistema prisional no Brasil. Já em 1890, com o advento da

²⁰ Não disponível número de página.

República do Brasil, a prisão tornou-se o centro do sistema criminal. Nesse mesmo ano foi promulgado o segundo Código Penal que, entre outras medidas, aboliu a pena de morte: Da extinção e suspensão da ação penal e da condenação o Art. 71 - A ação penal extingue-se: 1º Pela morte do criminoso (BRASIL, 1890).

Assim, inicia-se, em nosso país, o regime de caráter correccional, com a finalidade de proporcionar a reeducação durante o tempo de confinamento e a intenção de reinserção do criminoso após o cumprimento da pena (Vieira, 2014). Porém, vale ressaltar que Carlos Aguirre (2009) em *Cárcere e sociedade na América Latina* afirma que no Brasil:

O que atraiu as autoridades do Estado para o modelo penitenciário não foi a promessa de recuperar os criminosos por meio de mecanismos humanitários, e sim a possibilidade, muito mais tangível e realizável, de reforçar os mecanismos de controle e encarceramento já existentes. Essa foi, de fato, a maneira pela qual as autoridades do Estado concebiam, geralmente, a ‘modernidade’ de seus projetos sociais (AGUIRRE, 2009, p. 45).

Souza (2015) entende que a referida casa de correção foi edificada com o objetivo de reprimir o elevado número de escravos desempregados que vagavam²¹ pela cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. O autor esclarece que cada período histórico irá demandar um tipo diferente de prisão, que varia de acordo com os interesses econômicos da sociedade em conter aqueles que oferecem algum tipo de risco aos bens acumulados e à propriedade privada. Nessa direção, cabe destacar que Foucault (1973) atribui como nova função do encarceramento, efetivado a partir do século XIX, a correção das virtualidades dos indivíduos.

Sant’Anna (2009) assinala que ao longo do século XIX o Brasil precisou se adequar às novas propostas de encaminhamentos políticos, jurídicos e médicos com o objetivo de se transformar em referência na regeneração de criminosos por meio da religião, do trabalho e da educação.

A partir do século XIX, as instituições médicas, pedagógicas, penais e industriais encarregaram-se do controle temporal dos indivíduos, sendo que os dois últimos disponibilizavam esse tempo para o *mercado de trabalho* (Foucault, 1973).

Nesse sentido, Sant’Anna (2009) afirma que na Casa de Correção da Corte, o regime penitenciário escolhido foi intitulado Auburn, que consistia em trabalho nas oficinas durante o dia e retorno para as celas durante a noite. A lógica desse modelo era que:

a reforma moral se daria fundamentalmente por meio do trabalho rígido e disciplinado, que submeteria o corpo do indivíduo ao exercício diário e

²¹ A concepção do capitalismo pressupõe, entre outros fatores, converter a população marginalizada em elementos úteis ao processo, como mão de obra para o mercado de trabalho (SÁ, 1990, p. 24).

contínuo. O trabalho aqui era considerado a antítese do ócio, da vadiagem, do crime. Por isso deveria ser ensinado e praticado no interior da prisão. Todo criminoso deveria aprender um ofício, qualificado ou não, a ser exercido diariamente fora da cela, sob silêncio, em horário definido, que lhe trouxesse garantia de retorno à sociedade como cidadão laborioso e útil (SANT'ANNA, 2009, p. 296-297).

Ainda na perspectiva de defesa do aprendizado de um ofício por parte dos detentos, a autora afirma que o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, em 1850, estimulou inicialmente, nessa Casa de Correção, o funcionamento de quatro oficinas de trabalho: carpintaria, alfaiataria, encadernação e sapataria.

Com a finalidade de ilustrar os dois últimos parágrafos, registro uma narrativa da professora Stella, durante a entrevista que nos concedeu²². Ela assumiu a gestão do Colégio Estadual Mário Quintana, em 1968 - escola localizada até hoje na Penitenciária Lemos Brito²³. No dizer da entrevistada, nessa Unidade Prisional foram implementadas oficinas onde os internos trabalhavam.

[...] tinha tudo naquela época na Lemos de Brito, que lá tem de tudo: sapataria, lavanderia, tipografia, mecanografia, tem de tudo [...] em 68 quando eu cheguei lá na Lemos tinha de tudo, aí eles trabalhavam fazendo muita coisa, eu comprei muito sapato, vendi muito sapato pra eles, todos eram de couro mesmo (STELLA, 2014).

Cabe destacar que Stella nos fala como se o tempo não tivesse passado, como se tanto ela (que já está aposentada), quanto a Penitenciária Lemos Brito ainda estivessem *conectadas* através do trabalho diário realizado na escola. Ela presenciou o labor dos internos nas oficinas há mais de quarenta anos, mas nos contou como se essa estória ainda estivesse acontecendo no presente. Tal forma de narrar pode estar relacionada ao significado de *tempo* concebido pelo pensamento clássico, que segundo Jô Gondar:

[...] consiste em extrair daquilo que muda e passa o que permanece estável e imutável. [...] O que o homem espera da memória é que ela o salve da degradação, que o retire do tempo, conduzindo-o às verdades eternas, formas imóveis e anteriores a tudo o que se constrói [...] (GONDAR, 2005, p. 18-19).

Contudo, retomando as questões inerentes à Casa de Correção do Rio de Janeiro, podemos dizer que o modelo penitenciário Auburn valorizava, sobretudo, o trabalho como

²² Mais detalhes sobre entrevista encontram-se no próximo capítulo.

²³ Em 30/06/2008 foi publicada, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a Apostila de 27/06/2008 estabelecendo o novo endereço do C.E. Mário Quintana: Estrada General Emílio Maurell Filho, s/n, Bairro de Gericinó – Rio de Janeiro. A Unidade Escolar continua situada na Penitenciária Lemos Brito localizada no Complexo de Gericinó, também conhecido como Complexo de Bangu.

forma de requalificação dos sujeitos que apresentassem qualquer tipo de atitude considerada como desvio moral naquele momento. Para reconduzi-lo à sociedade seria necessário, primeiramente, mantê-lo privado de liberdade em uma instituição fechada com caráter disciplinar, e recuperá-lo por meio do trabalho e das atividades educacionais (MAIA et al, 2009).

3.1 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

O trabalho e o processo educacional compuseram as concepções legais do sistema prisional brasileiro desde o início de sua formulação. Porém, somente cento e trinta e cinco anos após a edificação da primeira Casa de Correção, foi publicada a Lei de Execução Penal (LEP), que garantiu a educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

De acordo com o que consta no Parecer CNE/CEB, nº4, aprovado em 09/03/2010, Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões, o direito penal é constituído de três conjuntos de leis: "o Código Penal Brasileiro de 1940 (Decreto-Lei nº2.848, de 07/12/1940), o Código de Processo Penal de 1941 (Decreto-Lei nº3.689 de 03/10/1941) e a Lei de Execução Penal (LEP), nº7.210 de 11/07/1984" (BRASIL, 2010, p. 8).

Com a aprovação da LEP, foi definida, pela primeira vez, de que maneira o sentenciado cumpriria a sua pena. O Parecer CNE/CEB, nº4 considera a Lei de Execução Penal o marco normativo mais importante no que se refere à garantia da oferta de atividades educacionais no sistema carcerário do nosso país, mesmo que apenas o Ensino Fundamental tenha sido concebido como obrigatório, deixando de legitimar também o acesso ao Ensino Médio e à Educação Superior.

Ainda de acordo com o citado Parecer, a Lei de Execução Penal foi elaborada em função das regras mínimas da ONU (Organização das Nações Unidas, criada em 1945) sobre medidas privativas de liberdade (nº59); por isso estabeleceu, em seu Artigo 11, que “a assistência será material, à saúde, jurídica, educacional²⁴, social e religiosa” (BRASIL, 2010, p. 8).

²⁴ Cabe destacar que embora a LEP preconize a *Assistência Educacional* ao apenado sem delimitar de que forma ela deve ser executada pelas Federações, o Estado do Rio de Janeiro oferece essa assistência através de escolas pertencentes à Rede Estadual de Ensino.

Na concepção de Julião (2013), a Lei de Execução Penal configura uma das principais conquistas para a educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. Além de garantir-lhes o direito ao estudo, ao sofrer alteração em 29/06/2011, através da Lei nº 12.433, também lhes permitiu a remição de pena através da educação.

Em 2000, através da Portaria nº 772/2000, de 01/11/2000, expedida pelo extinto Departamento Geral do Sistema Penitenciário (DESIPE), o Estado do Rio de Janeiro, lado a lado, com o Estado do Rio Grande do Sul, ocupa a posição de vanguarda no que tange à redução da pena com base no estudo. O que significa dizer que até 2011, em nosso Estado, a cada dezoito horas de estudo o interno remia um dia de pena. Com a nova Lei, atualmente, a cada doze horas de estudo o interno remi 01 dia de pena.

Embora as atividades educativas para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, no Brasil, estivessem em prática há algumas décadas, somente em 2005 teve início, efetivamente, a implementação de políticas públicas voltadas para a área de ensino. Por iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Justiça (MJ), naquele ano, foi elaborado e desenvolvido o Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário (JULIÃO, 2013).

Esse Programa formulou as diretrizes para o sistema penitenciário e, com o apoio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), realizou dois Seminários Nacionais de Educação para o Sistema Penitenciário, em 2006 e 2007, respectivamente. Em, 2012, o programa se envolveu tanto com o Seminário Nacional de Educação em Prisões organizado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), quanto com o III Seminário Nacional organizado pelos Ministérios da Educação e da Justiça (JULIÃO, 2013).

Segundo Julião (2013), desde então, além da Lei de Execução Penal, algumas conquistas já foram possíveis como, por exemplo, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Resolução nº 3 de 11/03/2009 do CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária).

Essas diretrizes garantem a formação integrada e continuada para os profissionais que atuam nos estabelecimentos penais, como os técnicos, os agentes penitenciários, os gestores e os educadores. Elas recomendam, também, que esses educadores façam parte do Quadro de Magistério da Secretaria de Estado de Educação, que eles sejam admitidos através de concursos públicos e que sejam acrescidas, aos seus vencimentos, vantagens pecuniárias de acordo com a especificidade da atividade educacional que realizam (JULIÃO, 2013).

Outro avanço que merece destaque, segundo Julião (2013), foi a aprovação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010). Para ele, a publicação desse documento considerou os resultados das discussões realizada no I e no II Seminários Nacionais, e, ainda, as disposições registradas na Resolução nº3 de 11/03//2009 do CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, como por exemplo:

Art. 4º Visando à institucionalização de mecanismos de informação sobre a educação em espaços de privação de liberdade, com vistas ao planejamento e controle social, os órgãos responsáveis pela educação nos Estados e no Distrito Federal deverão:

II – promover, em articulação com o órgão responsável pelo sistema prisional nos Estados e no Distrito Federal, programas e projetos de fomento à pesquisa, de produção de documentos e publicações e a organização de campanhas sobre o valor da educação em espaços de privação de liberdade;

Art. 5º A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

(BRASIL, 2010, p. 2-3)

Sobre os artigos acima, vale ressaltar alguns itens. No entendimento do Artigo 4º, a educação no cárcere carrega consigo o estigma do *controle social* - tema já discutido, principalmente, por Foucault (1973) – inerente às unidades prisionais a que as atividades escolares estão diretamente vinculadas.

Já o Inciso II do Artigo 4º e o Artigo 5 propõem a realização de um trabalho com características que podemos chamar de transdisciplinares, pois:

[...] quando o real passa a ser encarado como algo complexo e múltiplo, os procedimentos transdisciplinares são requeridos, admitindo então que nenhuma disciplina isolada é capaz de responder a essa complexidade (GONDAR, 2005, p. 13-14).

Podemos perceber que os fazeres inerentes à educação em prisões demandam a construção de políticas públicas que estabeleçam o diálogo, constante, entre setores afins, no sentido de aumentar as possibilidades de atendimento educacional aos que se encontram custodiados no sistema penitenciário.

Outro exemplo da Resolução nº3 de 11/03/2009 do CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que mereceu destaque para Julião (2013) foi o Artigo 10º:

Art. 10 Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal.

§ 1º Os docentes que atuam nos espaços penais deverão ser profissionais do magistério devidamente habilitados e com remuneração condizente com as especificidades da função (BRASIL, 2010, p. 3).

O Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), instituído pelo Decreto nº7626/2011, de 24/11/2011, também foi considerado por Julião (2013) mais um avanço no que se refere à educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Em seu Artigo 1º, o PEESP propõe a ampliação e qualificação da oferta educacional nas unidades penitenciárias contemplando a educação básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a educação profissional e tecnológica, como também, a educação superior.

3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A seguir, procuro trazer à luz o contexto histórico e as legislações que fundamentaram (e fundamentam) tanto a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) quanto o atendimento oferecido aos sujeitos privados de liberdade em nosso país. Em relação ao primeiro assunto, a discussão será realizada a partir do ponto de vista de Haddad e Di Pierro (2000) e de Ventura (2011). Já o segundo será debatido sob ótica de Julião (2013), de Onofre (2011) e do Parecer nº 4, de 09/03/2010, CNE/CEB (BRASIL, 2010).

Se, em 2005 foi iniciada uma política nacional para a oferta da EJA em espaços de encarceramento aqui no Brasil, o histórico de assistência educacional para jovens e adultos começou muito antes, ainda no período colonial. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), essa ação educativa era desenvolvida através da ação dos jesuítas que vieram para cá ensinar, principalmente, o evangelho, inicialmente para os índios e posteriormente para os negros. Com o tempo, a oferta foi difundida para as escolas de humanidades com o objetivo de atender aos senhores de engenho e aos seus filhos.

Segundo os autores, esse processo de ensino e aprendizagem foi desarticulado em 1759, por causa da expulsão desses missionários do país. Somente no período imperial, com a Constituição de 1824, foi ampliada a oferta de educação. Porém, o acesso à escolarização era muito restrito: só tiveram direito aos estudos aqueles que possuíam cidadania e pertenciam à elite econômica. Assim, ficaram excluídos os índios, os negros e a maioria das mulheres.

Ao final do Brasil Império, 82% da população acima de cinco anos era analfabeta, situação que pouco se alterou com o advento da Primeira República, uma vez que o censo de 1920 indicou, nessa mesma faixa, o percentual de 72% de pessoas analfabetas em todo o país (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Já Ventura (2011) considera que a implementação efetiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA) brasileira começou no período ditatorial denominado Estado Novo²⁵. Ela afirma que a necessidade de alfabetizar jovens adultos se deu em função da estruturação de um país urbano e industrializado. Para atender a tal demanda, foi necessário modificar profundamente as exigências de qualificação e de diversificação profissional. Portanto, para que esse objetivo fosse alcançado, foi preciso, também, aumentar a oferta de educação para os jovens e para os adultos.

Segundo a autora, no início da década de 1940²⁶ foram decretadas algumas Leis Orgânicas, com a finalidade de ampliar e desenvolver novas propostas educacionais exclusivas para a classe trabalhadora. Elas objetivavam a implementação do ensino profissionalizante, através de iniciativas como, por exemplo, o já conhecido Sistema “S”: SENAI (Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

O fim do Estado Novo e a intensificação do capitalismo industrial no Brasil impulsionaram as exigências educacionais, principalmente no intuito de aumentar o contingente eleitoral e de preparar a mão de obra para o mercado industrial em expansão. Paralelamente, sob influência da Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estimulou em muitos países periféricos e semiperiféricos a criação de campanhas de alfabetização de adultos. Sob a influência desse cenário, o Estado brasileiro viu-se obrigado a desenvolver políticas de âmbito nacional para atender a educação de adultos. Assim, para os excluídos do sistema regular e do sistema educacional paralelo de ensino profissionalizante foram realizadas, entre o final dos anos 1940 e o início dos anos de 1960 as campanhas de alfabetização em massa (VENTURA, 2011, p. 60).

Com o término da Era Vargas, tem início, no Brasil, o período denominado Terceira República, que vigorou de 1946 a 1964. Segundo Ventura (2011), nesse momento aconteceram várias manifestações populares que deram origem às mudanças acerca das

²⁵ O Estado Novo vigorou entre os anos de 1937 e 1945.

²⁶ Em relação à educação de jovens e adultos do sistema prisional podemos mencionar que, no íterim de 1940 a 1960, o Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB, (p. 11) nos informa que, durante o 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes realizado no ano de 1955, em Genebra, foram aprovadas as regras mínimas para o tratamento de pessoas aprisionadas.*

concepções sobre a Educação de Jovens e Adultos, como por exemplo, a do trabalho desenvolvido, em 1963, pela equipe do educador Paulo Freire.

De acordo com a autora, esse grupo alterou a metodologia pedagógica sobre aprendizagem na EJA, colocando a ênfase dessa modalidade na experiência de vida das pessoas. Dessa forma, tanto a educação quanto a alfabetização começaram a ser analisadas enquanto expressões culturais. Entendidas dessa maneira, novos conceitos e novos entendimentos epistemológicos foram produzidos no que tange à educação popular. Segundo Beisiegel (1974, apud VENTURA, 2011, p. 65),

A experiência de Alfabetização de Adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, liderada por Paulo Freire, representou um marco na história da EJA no Brasil, e se ampliou de tal forma que o Método Paulo Freire, como ficou popularizado, foi absorvido pela maior parte dos movimentos como um instrumento valioso para a realização dos seus respectivos projetos

Nessa direção, para Onofre (2011, p. 275), o trabalho desenvolvido por Paulo Freire também configura ferramenta essencial para os educadores que desempenham suas funções pedagógicas nas escolas situadas nas unidades penitenciárias.

Reflexões como as do educador Paulo Freire contribuem, significativamente, para pensar em problemáticas identificadas no sistema prisional. [...] pouco se tem ouvido falar ou dado importância, ao que os aprisionados têm a dizer sobre as instituições, pois no seu interior, sempre estiveram em desvantagem: estão destituídos de qualquer forma de diálogo; é sempre em *torno deles* que as pesquisas e as propostas são pensadas e não *com eles* [...] (ONOFRE, 2011, p. 275, grifos da autora).

Assim, Ventura (2011) entende que, se em 1963 o cenário brasileiro foi propício ao surgimento de novos encaminhamentos sobre a Educação de Jovens e Adultos, nos anos que se seguiram as discussões sobre a EJA retrocederam. Tal retrocesso se deu, sobretudo, em função do Golpe de Estado, ocorrido no Brasil em 1964, que destituiu o presidente João Goulart e levou à ascensão o presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco.

As medidas mais relevantes para a educação de jovens e adultos adotadas nesse período foram a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, assim como a regulamentação do Ensino Supletivo pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº5.692 de 11/08/1971, hoje extinta. De acordo com essa pesquisadora, isso foi muito importante para a EJA, pois:

Pela primeira vez uma legislação específica organizou o ensino de jovens e adultos em capítulo próprio, diferenciando-o do ensino regular básico e secundário, e abordou a necessidade da formação específica dos professores

para atuar nele – avanços legais incontestáveis para a área. Além disso, a lei iniciou um período de intenso investimento público no ensino supletivo, estruturado a partir de quatro funções: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação (VENTURA, 2011. p. 71).

No que se refere à criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização a autora afirma que, ao longo de quinze anos de existência, o MOBREAL²⁷ possuiu considerável força política e autonomia financeira, mas, embora tenha se inspirado nas técnicas pedagógicas e na forma de material didático de Paulo Freire, o programa não manteve a ótica problematizadora da metodologia desenvolvida por esse educador.

Julião (2013) ressalta que, em 1967, através de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Justiça e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro foram implementadas escolas regulares com a oferta do Ensino Fundamental, em algumas unidades prisionais do nosso estado.

No ponto de vista de Ventura (2011), tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº9.394 de 20/12/1996, são consideradas os marcos legais mais importantes no que se refere à garantia do direito à escolaridade de pessoas jovens e adultas.

Ao legislar sobre a educação, [a Constituição Federal] mais que consagrá-la como direito social –“direito de todos e dever do Estado e da família [...] (art. 205) -, estabeleceu a obrigatoriedade de sua oferta independentemente da idade das pessoas, elevando a educação de jovens e adultos ao mesmo patamar da educação de crianças e adolescentes. Além disso, atribui à educação o papel de instrumento qualificador para o trabalho e de preparo para o exercício da cidadania, diferenciando-a das perspectivas do direito individual e da convivência mútua, adotadas em constituições anteriores (VENTURA, 2011, p. 74).

No contexto da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, de acordo com Parecer nº4, a atual Constituição Federal também representa um marco normativo importante, pois ela sintetiza o que já está previsto em diferentes instrumentos legislativos: que a educação é um direito fundamental para o ser humano (BRASIL, 2010, p. 11).

Além de ratificar a importância do Artigo 205, apontada por Ventura (2011), o parecer enfatiza o Artigo 208, que estabelece ser um dever do Estado promover a garantia do Ensino

²⁷ “Em 1985, já no início da chamada Nova República, o Mobral foi extinto e foi criada a Fundação Educar. Conforme Haddad e Di Pierro (1994), se, em muitos sentidos, a Fundação Educar (1886-1990) representou a continuidade do Mobral, devem ser levadas em consideração algumas mudanças significativas, entre elas, a sua subordinação à estrutura do MEC e a sua transformação em órgão de fomento e apoio técnico, ao invés de instituição de execução direta.” Vide Ventura (2011, p. 70-71).

Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, “sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2010, p. 11).

O referido documento também registra como marcos legais de amparo à educação de jovens e adultos do sistema penitenciário, quatro resoluções aprovadas, em maio de 1990, pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). São elas: Resolução nº1990/20, Resolução nº1990/24, Resolução nº45/111 e Resolução nº45/122, que recomendam, entre outras orientações, aos Estados Membros:

[...] que proporcionem diversos tipos de educação que contribuam para a prevenção de delitos, a reinserção social dos reclusos e a redução dos casos de reincidência; que as políticas de educação em espaço de privação de liberdade orientem-se no desenvolvimento de toda a pessoa levando em consideração os seus antecedentes de ordem social, econômica e cultural; que todos os reclusos devem gozar de acesso à educação, sendo incluídos em programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, atividades recreativas, religiosas e culturais, educação física e desporto, educação social, ensino superior e serviço de biblioteca [...] (BRASIL, 2010, p. 12).

Já no que tange à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20/12/1996, as análises de Ventura (2011) configuram concepções diferenciadas daquelas elencadas no Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB. Na análise de Ventura (2011), a LDB/1996 configurou, para a educação de jovens e adultos, duas proposições diferentes, a saber:

A LDB nº9.394/96 conferiu um lugar de destaque à EJA, contemplando-a com um capítulo próprio, cujo conteúdo se por um lado reafirmou o direito à escolaridade, por outro, entretanto, significou um claro retrocesso em relação à Constituição Federal de 1988, principalmente pelo fato de referir-se a EJA como ‘curso e exames supletivo’ (art. 38), retornando ao sentido compensatório conferido à modalidade. A nova lei também reservou um espaço privilegiado para a educação profissional, atribuindo à escola o papel de “desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva’ (art. 39), tida como fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial (VENTURA, 2011, p. 79).

De acordo com Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional²⁸, nº9.394 de 20/12/1996, não contemplou, especificamente, ditames legais sobre a educação de jovens e adultos do sistema penal, embora seja posterior à Lei de Execução Penal, de 11/07/1984, que garante a assistência educacional da seguinte forma:

²⁸ Contudo, na perspectiva desse Parecer, a omissão da LDB/1996, em relação à oferta educacional no cárcere foi corrigida através do Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº10.172, de 09/01/2001 e do Plano Nacional de Educação.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa (BRASIL, 1984, p. 4).

Assim, como contexto histórico e legislativo, o início da década de 1990 foi um período importante no que tange aos marcos legais específicos ao atendimento dos que estão custodiados no sistema penitenciário. Porém, na perspectiva de Ventura (2011), o cenário nacional não foi tão propício à implementação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. A autora enfatiza justamente o contrário e registra algumas dessas ações, sobretudo, do Governo Federal, no período compreendido entre 1990 e 1999. Para ela, o início da década de 1990 significou um momento de *desmonte* da Educação de Jovens e Adultos em relação ao que já havia sido garantido, como direito, através da Constituição Federal de 1988. Segundo a autora, um dos pontos de inflexão da EJA foi a exclusão dos alunos da contagem do Censo Escolar. Por essa razão, a modalidade não fez jus aos recursos oriundos do FUNDEF²⁹. Ainda na perspectiva da pesquisadora, somente em 2007, com a criação do FUNDEB³⁰, a situação do erário pertinente à educação de jovens e adultos foi redimensionada.

Já no contexto da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, de acordo com o Parecer nº4, de 09/03/2010, em 1997 outro marco legal foi instituído dando aos educandos do sistema penal maior garantia de direitos. Trata-se da Declaração de Hamburgo, de 1997, realizada durante a V CONFINTEA³¹ (Conferência Internacional de Educação de Adultos).

O Plano de Ação para o Futuro, aprovado na V CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), garante o reconhecimento do direito de todas as pessoas encarceradas à aprendizagem, proporcionando-lhes informações sobre os diferentes níveis de ensino e formação, permitindo acesso aos mesmos.

O documento propõe a elaboração e a implementação de programas de educação com a participação dos presos, a fim de responder a suas necessidades e aspirações em matéria de aprendizagem, e estimula que as organizações não-governamentais, professores e outros responsáveis por atividades educativas trabalhem nas prisões, possibilitando assim o acesso das pessoas encarceradas aos estabelecimentos de ensino e fomentando

²⁹ FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Lei nº 9.424 de 24/12/1996).

³⁰ FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Lei nº 11.494 de 20/06/2007 e Decreto nº 6.253 de 13/11/2007), significou a extinção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

³¹ A V CONFINTEA foi realizada no Brasil em 2009. Ela ocorre, em média, a cada 12 anos e discute a importância de ações voltadas para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2010, p. 19)

iniciativas para articular os cursos oferecidos na prisão aos realizados fora dela (UNESCO, 1997 apud BRASIL, 2010, p. 12).

Em 2000, tanto Ventura (2011) quanto o Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB consideram o Parecer CNE/CEB nº11/2000, como sendo mais um documento de referência para EJA, cujo relator foi o ex-conselheiro do Conselho Nacional de Educação, Carlos Roberto Jamil Cury. O *Parecer Jamil Cury* enfatiza, entre outras prioridades, que a EJA dará cobertura a segmentos sociais como os trabalhadores, as donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. Enquanto modalidade da educação básica, prevista na LDB/1996, necessita ter garantido o tratamento especial haja vista a particularidade do público que atende (BRASIL, 2010, p. 24)

Em 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por finalidade alfabetizar pessoas jovens e adultas. Sobre esse tema, Julião (2013, p. 27) observa que o Ministério da Educação, por meio desse Programa, tem estabelecido parcerias com as Secretarias de Estado de Educação no sentido de implementar uma proposta de alfabetização nas penitenciárias brasileiras. Ele ressalta, ainda, que em certos lugares esse é o único tipo de atendimento educacional utilizado.

Segundo o Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB (2010, p. 17) o PBA configura, igualmente, uma das iniciativas articuladas entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, pois:

Desde setembro de 2005, quando foi firmado o Protocolo de Intenções entre os Ministérios da Educação e da Justiça, com o objetivo de conjugar esforços para a implementação de uma política nacional de educação para jovens e adultos em privação de liberdade, foram desenvolvidas várias atividades no sentido de estruturar tal política, destacando-se entre elas: as Resoluções do Programa Brasil Alfabetizado que incluíram a população prisional dentre o público de atendimento diferenciado das ações de alfabetização [...] (BRASIL, 2010, p. 17).

Vale destacar que a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro por meio da Coordenação de Jovens e Adultos, também desenvolveu de 2010 até 2014, o programa supramencionado em Unidades Penitenciárias que não possuem escolas. Como por exemplo, a Cadeia Pública Cotrin Neto, em Japeri, o Presídio Diomedes Vinhosa Muniz, em Itaperuna e a Colônia Agrícola Marco Aurélio Vergas Tavares de Mattos, em Magé. Segundo informações da Coordenação de Ensino, Acompanhamento e Avaliação da Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP), em 07/107206, o PBA não voltou a ser executado está aguardando os ajustes necessários entre a Secretaria de Estado de Educação e o Ministério da Educação.

Em 2013 essa Diretoria implementou Salas de Extensão ³² nas Unidades Penitenciárias que não possuem escolas, desde que estivessem situadas em municípios onde haja Unidades Escolares vinculadas à DIESP. Segundo o Artigo 3º dessa Resolução:

São beneficiários da transferência de recursos financeiros para as novas turmas de EJA as pessoas com quinze anos ou mais que não completaram o ensino fundamental ou médio. Para matrículas em novas turmas de EJA terão prioridade os egressos do Programa Brasil Alfabetizado, as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais (BRASIL, 2012, *online*).

Também no ano de 2005, o Departamento Nacional Penitenciário (DEPEN/MJ) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) desenvolveram, em parceria, o Projeto *Educando para a Liberdade*. No entendimento de Julião (2013, p. 18), a partir dessa ação culminou uma série de encaminhamentos como, por exemplo, o fortalecimento dos setores de Estado responsáveis pela implementação dessa política educacional, a ampliação das discussões sobre o assunto no país e a oferta de formação para os profissionais envolvidos nesse fazer educacional.

Ainda de acordo com o autor, participaram desse Projeto, num primeiro momento, os seguintes estados: Ceará, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Tocantins. Posteriormente, passaram também a integrar o projeto, os estados Acre, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco.

O Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB, informa que através do Projeto *Educando para a Liberdade* os convênios entre a Secretaria de Educação e os responsáveis pelo sistema penitenciário em cada estado têm aumentado consideravelmente (BRASIL, 2010). Pois, segundo o Parecer, um dos objetivos do MJ e do MEC com essa iniciativa, foi a ampliação de parcerias para a execução das ações de educação em situação de cárcere.

Para Julião (2013, p.16), a educação em espaço de privação e restrição de liberdade, nos últimos anos, vem ganhando espaço, também, internacionalmente, uma vez que:

No transcurso do desenvolvimento do Projeto Eurosocial, alguns países Latinos Americanos, dentre eles o Brasil, membros fundadores do Consórcio Educacional, introduziram a temática da educação no contexto de encarceramento como uma das questões substantivas do Projeto Eurosocial/Educação, criando, em 2006, a Rede Latino-americana de Educação em Contexto de Encarceramento – Redlece (JULIÃO, 2013, p. 16).

³² Sala de Extensão: espaços que complementam os anos de escolaridade da Educação Básica após o primeiro ano ter sido atendido pelo Programa Brasil Alfabetizado.

Na perspectiva do Parecer nº4, de 09/03/2010, CNE/CEB, a Redlece³³ foi criada com finalidades específicas como, por exemplo, a de fomentar políticas públicas que favoreçam a possibilidade de educação em espaço de encarceramento (concebida como “direito ao longo da vida, de trocar experiências e informações”); políticas que viabilizem pesquisas e “cooperação entre os países”; e de “atuar como interlocutora dando subsídios ao diálogo e à reflexão política entre as demais redes em nível internacional” (BRASIL, 2010, p. 19).

Avançando nessa perspectiva cronológica, em contexto nacional, Julião (2013, p. 20) destaca que em 2008, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem)³⁴ teve seu nome alterado para Projovem Urbano e sua faixa etária ampliada para, até, vinte e nove anos. A partir dele, naquele mesmo ano, foi criado o Projovem Urbano em Unidades Prisionais³⁵ (PJUP).

[Esse programa] é o resultado de um termo de cooperação firmado também no ano de 2008 entre a Secretaria Nacional de Juventude, que está vinculada à Secretaria Geral da Presidência da república e o Departamento Penitenciário Nacional –Depen/Ministério da Justiça, no âmbito das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania –Pronasci³⁶. Em 2009, o PJUP foi implantado, em caráter experimental, em três estados brasileiros: Acre, Pará e Rio de Janeiro, atendendo inicialmente a um público de 560 jovens (JULIÃO, 2013, p. 20).

Julião (2013), comenta, ainda, a instituição do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), criado por força do Decreto nº7.626 de 24/11/2011. De acordo com seu Artigo 1º esse plano têm o objetivo de ampliar e qualificar a oferta da educação nas Unidades Prisionais. Já em seu Artigo 2º, garante aos internos a educação básica, na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica e a educação superior.

Depois de verificamos as várias legislações que garantem a oferta de educação para jovens e adultos - independentemente de estarem ou não privadas de liberdade (FACEIRA; FARIAS, 2015), vamos olhar um pouco mais de perto para o perfil da população carcerária brasileira.

³³ Os países que compõem a Redlece são: Uruguai, Argentina, El Salvador, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Peru, Paraguai e o Brasil. <http://www.redlece.org>

³⁴ Ventura (2011, p. 88) aponta que, em 2005, outro avanço pra a EJA foi a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), que “consiste em uma ação voltada à conclusão e certificação do ensino fundamental articulada à formação profissional inicial para pessoas de 18 a 29 anos.”

³⁵ PJUP: no Estado do Rio de Janeiro.

³⁶ Pronasci: o programa foi criado com a finalidade de prevenir, controlar e reprimir a criminalidade por meio da articulação entre a União, os Estados e os Municípios (JULIÃO, 2013, p. 19).

Pereira (2015) nos apresenta os dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2008) e revela que a população carcerária brasileira era, em 2008, a terceira maior do mundo. A maior parte desse público é composta por jovens negros que adentraram o sistema prisional por crimes como roubo, furto e drogas.

Os dados oriundos do Departamento Penitenciário Nacional indicaram que em 2014 havia o total de 607.731 presos custodiados em todo o Brasil. Desses apenas 40% estiveram envolvidos em atividades educacionais. Nesse levantamento 6% foram considerados alfabetizados e 9% alfabetizados sem cursos regulares. Essa pesquisa aponta que 53% tinham o Ensino Fundamental completo e 12% o Ensino Fundamental incompleto e, ainda, que 11% possuíam o Ensino Médio incompleto 11%, 7% o Ensino Médio completo e apenas 1% participaram de algum tipo de Curso Superior.

Podemos inferir que a oferta de educação em espaço de privação de liberdade ainda se encontra muito aquém das necessidades demandadas pelo sistema carcerário nacional, apesar de ser uma atividade assegurada em todos os marcos normativos já elencados nesta seção.

Assim, é inegável constatar o cenário de negação dos direitos educacionais da população brasileira, sobretudo desses sujeitos que apresentam baixo nível de escolaridade e não completaram, sequer, o Ensino Fundamental, constatando que ainda é bastante restrito o acesso às atividades educacionais dentro (e fora) da prisão³⁷.

Segue, abaixo, a consolidação dos marcos legais elencados nessa seção.

³⁷ Para maiores informações sobre a EJA em outros Estados brasileiros vide o site: www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional/dossie-localidades.

Quadro 1 – Marcos normativos

Marcos Normativos	Data	Número	Órgão
Constituição Política do Império do Brasil	25/03/1824	-----	Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I.
Código Criminal do Império do Brasil	16/12/1830	-----	Sancionado por D. Pedro I.
Código Penal dos Estados Unidos do Brasil	11/10/1890	Decreto nº 847/1890	República dos Estados Unidos do Brasil.
Lei de Execução Penal (LEP)	11/07/1984	Lei nº 7.210/1984	Presidência da República
Constituição Federal	05/10/1988	-----	Presidência da República
Lei de Diretrizes e Bases (LDB)	11/08/1971	Lei nº 5.692	Ministério da Educação
Portaria	01/11/2000	Portaria nº 772/2000	Departamento Geral do Sistema Penitenciário (DESIPE)
Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais	11/03//2009	Resolução nº3/2009	Ministério da Justiça/ Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP)
Parecer CNE/CEB	09/03/2010	Parecer nº4/2010	Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação

Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais	19/05/2010	Resolução nº2/2010	Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação
Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP)	24/11/2011	Decreto nº 7626/2011	Presidência da República
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	20/12/1996	Lei nº9.394	Ministério da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério	24/12/1996	Lei nº 9.424	Ministério da Educação
FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica	20/06/2007	Lei nº 11.494	Ministério da Educação
	13/11/2007	Decreto nº 6.253	
Parecer CNE/CEB	10/05/2000	Parecer nº11	Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica
Projovem Urbano	10/06/2008	Lei 11.692	Presidência da República

Fonte: Brasil (2014).

No Capítulo que se segue estão registradas as estratégias metodológicas utilizadas nesta pesquisa. Apesar de terem sido realizadas duas entrevistas, a primeira individual e a

segunda em grupo, não foi possível transcrever essa última em tempo hábil para a Qualificação e para a Defesa. Neste trabalho somente estão presentes as análises dos dados coletados na primeira.

4 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Nessa seção, serão abordados os recursos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, cujo objetivo é compreender a construção da memória da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro através de marcos legais localizados, articulando-os à narrativa de uma professora e gestora que atuou por mais de quarenta anos na área.

4.1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Realizamos duas entrevistas, semiestruturadas, uma individual e outra em grupo, ambas gravadas em áudio e vídeo e, posteriormente, transcritas, no Laboratório de Práticas Sociais e Violência, sediado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. As entrevistadas eram professoras da Rede Estadual de Ensino e gestoras das primeiras escolas criadas em Unidades Prisionais do Rio de Janeiro. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 64-65), ambos os tipos de entrevista são “essencialmente uma técnica, ou um método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista.”

De acordo com Flick (2004):

As entrevistas semiestruturadas em particular têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. Tal interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário (FLICK, 2004, p. 76).

Na perspectiva desse autor, há diversos tipos de entrevistas semiestruturadas. Para esta pesquisa, em especial, nos aproximamos da metodologia abordada pela *Entrevista Centralizada no Problema*, sugerida por Witzel (1982/1985, apud FLICK, 2004, p. 100). Ela utiliza, especificamente, um guia de entrevista que reúne questões e estímulos narrativos que possibilitam a coleta de dados biográficos em relação a um determinado problema.

Segundo Flick (2004):

essa entrevista caracteriza-se por três critérios centrais: *centralização problema*, ou seja, a ‘orientação do pesquisador para um problema social

relevante' (Witzel 1985, p. 203); *orientação do objeto*, isto é, que os métodos sejam desenvolvidos ou modificados com respeito a um objeto de pesquisa; e, finalmente, *orientação do processo* no processo de pesquisa e na compreensão do objeto de pesquisa (FLICK, 2004, p. 100, grifo do autor).

A primeira entrevista, que aconteceu em 02/09/2014, foi uma “entrevista individual de profundidade”, com a Professora Maria Stella Barghigiani. De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p. 74-75), essa modalidade propõe:

uma conversação um a um, uma interação díade [...]. Fundamentalmente, em uma entrevista em profundidade bem feita, a cosmovisão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe. Embora tais pontos de vista pessoais reflitam os resíduos ou memórias de conversações passadas, o entrevistado possui o papel central no palco. É a sua construção pessoal do passado. No decurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção: alguns dos elementos são muito bem lembrados, mas detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender o próprio entrevistado. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos.

Assim, a seleção da entrevistada justifica-se pelo fato de que ela foi, por quarenta anos, professora e diretora do Colégio Estadual Mário Quintana, localizado na Penitenciária Lemos Brito, criada no extinto Complexo Frei da Caneca, no Centro do Rio de Janeiro. Essa docente iniciou suas funções, naquela Unidade Escolar, em 1968 e enfrentou o estranhamento de sua família sobre sua escolha profissional. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, em 06/08/2006, revela: “Fui mostrar ao meu pai o endereço do meu novo trabalho e ele falou: Você vai trabalhar dentro de uma penitenciária – Levei um susto” (DALE, 2006)

Outro motivo para a seleção de Stella para integrar a presente pesquisa como entrevistada foi o fato de que, tanto ela quanto a escola de que foi gestora, são consideradas pioneiras no desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado dentro do sistema prisional no Rio de Janeiro. De acordo com o *Jornal Extra*, de 30/06/2002, em matéria intitulada *Uma luz atrás das grades*, “A Mário Quintana, que completa 35 anos em 2002, é a mais antiga³⁸ das dez escolas que funcionam dentro do sistema prisional do Desipe” (BRAGA, 2002).

Na matéria *A arte de ensinar a viver*, publicada pelo o *Jornal O Dia*, em 17/03/2008, ela narrou que se assustou com a realidade encontrada na escola dentro da penitenciária:

Quando cheguei, fiquei apavorada. O barulho da tranca foi um choque. Mas sempre acreditei que a educação pode transformar a vida dessas pessoas.

³⁸ Em pesquisa aos registros em Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro, foi possível verificar que a Unidade Prisional que teve a primeira publicação foi a Penitenciária Talavera Bruce em 1978, Escola Estadual de Ensino Supletivo Talavera Bruce, atualmente denominada C.E. Roberto Burle Marx – vide Decreto n° 42.663 de 19/10/2010. Ainda de acordo com os dados publicados, a Escola Estadual de Ensino Supletivo Lemos Brito, atual C.E. Mário Quintana, foi criada em 1983 através do Decreto n° 6.541 de 12/02/1983 – vide Decreto n° 20.358 de 17/08/1994.

Quem não pensa assim jamais pode dar aula num presídio. Eles (os presos) não são coitadinhos e estão pagando pelo erro que cometeram. Mas precisam de nós professores. Só nós podemos dar condições a eles de serem cidadãos lá fora (MAGALHÃES, 2008³⁹).

Stella e eu nos conhecemos em 2007, quando as atividades inerentes às Unidades Escolares em prisões do nosso estado ficaram diretamente ligadas ao Gabinete do Secretário de Educação. À época, o Colégio Estadual Mário Quintana estava localizado na Rua Frei Caneca, no centro da cidade, próxima à sede da Secretaria. Desde o início, Stella demonstrou interesse em dividir as experiências vivenciadas na educação em cárcere com a nova equipe responsável pelas escolas em prisões. Para ela: “lecionar em uma escola dentro de uma penitenciária é uma missão de vida.” (Jornal do Brasil, Educação, *Diretores de escolas e de vidas*, 2006). Já nos primeiros contatos telefônicos voltados para o presente trabalho, ela se mostrou disposta a colaborar e, inclusive, forneceu cópias das entrevistas concedidas aos jornais acima mencionados, para contribuir com a elaboração dessa pesquisa.

Em relação à segunda entrevista, realizada em 10/11/2014, tratou-se de um “grupo focal homogêneo”, pois “os membros [puderam] ser comparados nas dimensões essenciais relacionadas às questões de pesquisa e possuem uma formação semelhante.” (FLICK, 2004, p. 127)

Para Bauer e Gaskell (2002, p. 75):

O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem. É uma interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade, um exemplo da unidade social mínima em operação e, como tal, os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual, como no caso da entrevista em profundidade.

Desta forma, na perspectiva de ouvir outras pessoas que também fizeram parte da construção das escolas em prisões do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a Professora Stella, foram convidadas as docentes: Maria da Conceição Borges, ex-diretora do Colégio Estadual Angenor de Oliveira - Cartola; Maria de Nazaré Monteiro, ex-diretora do Colégio Estadual Roberto Burle Marx e Sônia Maria Souza Costa de Macedo, diretora do Colégio Estadual Anacleto de Medeiros que ainda permanecia no cargo à época da defesa deste trabalho.

As professoras acima elencadas foram convidadas, para esse momento, porque, ao nos conceder a entrevista, Stella constantemente mencionava o nome delas como referência sobre a iniciação das atividades escolares nos presídios do Rio de Janeiro. Nas palavras da

³⁹ Não disponível número de página.

entrevistada, “As primeiras escolas de presídio, minha e da Sônia” (STELLA, 2014). “[...] Agora, dessa turma antiga só tem a Sônia. Nazaré, Conceição e eu já saímos. As fundadoras, as iniciantes nas escolas” (STELLA, 2014).

No que tange à entrevista qualitativa, Bauer e Gaskell (2002) informam que ela é composta por seis itens: o tópico guia, a seleção do método de entrevista, a seleção dos entrevistados, a realização da entrevista, a transcrição e a análise do corpus. Dessa forma descrevo, abaixo, como cada um foi desenvolvido na presente pesquisa.

O tópico guia (ou guia de entrevista), presente no Anexo I, foi elaborado por mim juntamente com a orientadora deste trabalho, a Professora Doutora Diana de Souza Pinto. Tal cuidado tornou-se necessário pois esse roteiro “é a parte vital do processo de pesquisa e necessita atenção detalhada. Por detrás de uma conversação aparentemente natural e quase casual encontrada na entrevista bem-sucedida, está um entrevistador muito bem preparado” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 66).

Como se tratava de uma entrevista de profundidade e “o pano de fundo teórico do método é o interesse nos pontos de vista subjetivos” (FLICK, 2004, p. 102), demos prioridade às perguntas abertas no sentido de assegurar:

que as respostas emocionais na entrevista ultrapassassem avaliações simples do tipo ‘agradável’ ou ‘desagradável’. A meta é, em vez disso, ‘um máximo de comentários auto-reveladores no que diz respeito à forma como o material de estímulo foi aproveitado pelo entrevistado’ (MERTON; KENDALL. 1946, p. 554-5 apud FLICK, 2004, p. 91).

A princípio, havíamos planejado apenas a entrevista individual, com Stella. Um dos objetivos principais deste encontro foi obter informações sobre a criação e manutenção das escolas em prisões do Rio de Janeiro, que não ficaram esclarecidas apenas com o exame dos marcos legais localizados na investigação documental, além de compreender a perspectiva da participante a partir de suas experiências narradas no decorrer da entrevista.

Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2002, p. 71) apontam que: “embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem de mentes individuais; em alguma medida, elas são resultado de processos sociais”.

Corroborando essa assertiva, Pollak (1992) afirma que:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201, grifo do autor).

Por isso, sentimos a necessidade de realizar o grupo focal reunindo as quatro no dia 10/11/2014. Como dizem Bauer e Gaskell (2002, p. 68): “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é o de contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”.

Já a seleção das pessoas entrevistadas se deu em função do objetivo dessa pesquisa, ou seja, compreender a memória da educação em prisões em nosso Estado. As professoras que participaram foram gestoras das primeiras unidades escolares para os sujeitos em situação de privação de liberdade. Nos dizeres de Flick (2004, p. 58):

O que determina o modo de selecionar as pessoas a serem estudadas é a sua relevância ao tópico de pesquisa, e não a sua representatividade. O objetivo não é reduzir a complexidade, fragmentando-a em variáveis, mas, em vez disso, aumentar a complexidade, incluindo o contexto.

Apesar da grande relevância dessa segunda entrevista, sua análise, em função da limitação de tempo para o encerramento deste trabalho, não foi possível. Contudo, esses dados encontram-se disponíveis no Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência da UNIRIO.

No que se refere à realização da primeira entrevista qualitativa, o agendamento e a confirmação foram viabilizados por meio de ligações telefônicas e correio eletrônico. Atuei como entrevistadora, juntamente com a Professora Diana, e tivemos como um dos objetivos principais deixar Stella bastante confortável para tratar dos temas de acordo com suas expectativas e:

estabelecer uma relação de confiança e segurança, o que se costuma chamar *rapport*. À medida que o *rapport* é posto em ação, também o entrevistado com certeza vai se sentir mais à vontade e expansivo para pensar e falar sobre as coisas além do nível das opiniões superficiais e com menos probabilidade de oferecer uma racionalização normativa (BAUER; GASKELL, 2002, p. 74-75, grifos dos autores).

A entrevista foi realizada em aproximadamente uma hora e quarenta minutos e foi transcrita pelo bolsista de iniciação científica (CNPQ) do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência da UNIRIO, Uriel Nascimento, cuja transcrição encontra-se no presente trabalho (Apêndice B).

Segundo Bastos (2005), estudar as histórias de vida é uma maneira de compreender a sociedade, uma vez que quando narramos estamos não só fortalecendo nossa identidade, como também construindo relações como o outro e com o mundo ao nosso redor, seja em um momento de conversas espontâneas ou em entrevistas de pesquisa. Assim, esses momentos de

entrevistas foram mais do que estratégias de coleta de dados, uma vez que se tratou do encontro de pessoas, que além de atuarem na mesma área profissional, trabalharam juntas por certo período e desenvolveram laços de afetividade entre si. Somente através desses laços é que foi possível a (re)construção dos acontecimentos necessários para a realização dessa pesquisa - aqueles acontecimentos não localizáveis em nenhuma literatura, apenas na memória de cada uma das entrevistadas.

4.2 O PRIMEIRO MOMENTO DA ENTREVISTA

A Professora Diana Pinto deu início à entrevista agradecendo a presença da Stella e informando que esse encontro seria realizado em duas etapas. Na primeira, eu faria as perguntas, que foram elencadas no guia de entrevista, e na segunda, a entrevistada estaria à vontade para narrar as histórias que considerasse pertinentes:

Diana: [...] Stella, a gente vai dividir essa conversa em dois momentos, um momento vai ser o momento em que a Cristina precisa perguntar questões muito específicas para você a respeito de algumas dúvidas que ela tem com relação a documentações, a momentos importantes nessa memória da escolar prisional e você como uma memória viva e inestimável vai poder ajudar a gente. E num segundo momento a gente vai estar querendo ouvir um pouco mais das suas histórias que são riquíssimas [...].

Em seguida agradeço a Stella e explico-lhe que um dos objetivos da minha pesquisa é compreender melhor os marcos legais que fundamentam e norteiam as escolas nas prisões no Estado do Rio de Janeiro.

Cristina: Ah, Stellinha! Também quero agradecer muito por você ter vindo aqui pra me ajudar nessa área da minha pesquisa. [...] O objetivo da pesquisa que estou me propondo a fazer é compreender melhor os marcos legais que fundamentam e orientam as escolas prisionais do Rio de Janeiro [...].

O primeiro momento, que segue a abertura do encontro, foi composto por quatro questões do tópico guia. A pergunta inicial diz respeito a um estranhamento que me ocorreu em relação ao período de início da educação em prisões em nosso estado, 1967, em plena Ditadura Militar: como era ser professor naquele contexto?

De acordo com Stella o único incidente ocorrido foi que o diretor da Unidade Prisional chamou-a em seu gabinete e sugeriu que ela tomasse certos cuidados, mas não deixou claro quais seriam:

eu fui chamada no Gabinete do Diretor pra tomar cuidado com o que eu falasse porque o Governo estava infiltrando, né, pessoas dentro das escolas pra ver o que os professores falavam, então o diretor pediu para eu tomar cuidado, ele me chamou e disse, ‘professora, toma cuidado que professor de História é muito visado, Moral e Cívica, OSPB’... eu peguei a época de OSPB e Moral Cívica, entendeu? Aí ele avisou que tomasse cuidado com o que falasse porque estavam sendo infiltradas pessoas e podia chegar um agente e sei lá (STELLA, 2014).

Refletindo sobre esses conselhos do Diretor da Unidade Prisional, a princípio, duas situações me causam certo incômodo: uma refere-se à pontuação sistemática, de ambos, em relação às disciplinas que a Professora Stella ministrava: História, OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e Educação Moral e Cívica.

De fato, naquele momento de intensa repressão política e ideológica, talvez não fizesse muito sentido abrir espaço para as áreas educacionais que primassem pelo estímulo ao debate, pelas polêmicas sobre os processos democráticos e pelos direitos e deveres do cidadão.

Já a outra indagação, diz respeito aos momentos de intervalos nas falas deles sobre o que de fato poderia acontecer. Se havia riscos, quais seriam? Por que nenhum dos dois, durante a conversa, deixou isso claro? Por que o silêncio que se fez entre eles, também, se mostrou presente, nessa entrevista, quarenta e oito anos depois através da resposta de Stella?

Contudo, se levarmos em conta que o período ditatorial brasileiro vigorou de 1964 até 1985 podemos, como tentativa de responder às inquietações acima, trazer para essas discussões o pronunciamento de Michel Foucault, realizado em 1970, por ocasião da aula inaugural no *Collège de France*:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [...] em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Complementarmente, as reflexões que Michael Pollak propõe em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), nos esclarecem que:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que diz, ou, ao menos, de se expor a mal-

entendidos. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

Assim, o silêncio de Stella ao responder sobre a questão da ditadura no Brasil, revelou certa conformidade com uma das limitações da entrevista qualitativa apontadas por Becker & Gerr: “por diversas razões, o entrevistado pode omitir detalhes importantes. Pode ser que algumas coisas lhe pareçam apenas algo dado, aceito sem discussão; outras coisas podem ser difíceis de serem ditas com palavras [...]” (BERCKER; GERR, 1957 apud BAUER; GASKELL, 2002, p.72).

A terceira pergunta objetivava compreender duas situações: a primeira era como havia se dado a transição das Classes de Cooperação para Unidade Escolar. A resposta não foi detalhada; Stella apenas informa que inicialmente foi criada a Classe Cooperação Lemos Brito, em 1967, e que, posteriormente, em uma data de que ela não se lembra, houve a publicação, em Diário Oficial do Estado, da Escola Supletiva Lemos Brito.

A segunda situação referia-se ao Convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Ministério da Justiça⁴⁰, uma vez que a educação em prisões do Rio de Janeiro, iniciada, efetivamente, em 1967, resulta do referido acordo. Ao indagar Stella sobre esse documento, que não foi localizado, ela nos informou que o avistou nos arquivos da escola uma única vez.

[...] Eu não posso ir lá na Lemos mexer em tudo se não eu te dava até esses papéis de seda... faltava um pedacinho, se não me falha a memória era rosa [...] porque era aquilo... foi feito Convênio e o Convênio que tinha lá não estava assinado, só estava o papel lá...É complicado [...] (STELLA, 2014).

Em 2007, as escolas em prisões do Rio de Janeiro foram vinculadas ao Gabinete do Secretário de Estado de Educação. Por este motivo, a quarta pergunta, que encerra a primeira etapa da entrevista, se baseia na tentativa de compreender, na opinião de Stella, o que significou essa mudança para os profissionais que atuavam naqueles espaços educacionais.

Eu acho que foi assim, a melhor coisa que aconteceu, porque eu te digo, a gente ficava jogada, entendeu? Aí era aquele problema... então passou a ter Coordenadora, a Coordenadora ia para as escolas do presídio, porque o que acontecia, eu, Sônia, nós sofremos muito, nós comemos o osso e agora as

⁴⁰ Segundo Julião (2013) esse convênio foi firmado entre a Secretaria de Estado de Justiça e a Secretaria de Estado de Educação. (Julião, 2013, p. 27)

colegas... Que bom, graças a Deus! Estão comendo o filé [...] (STELLA, 2014).

Em relação ao que foi narrado acima podemos perceber que a entrevistada compara a situação vivenciada na escola do Sistema Prisional em 1968 com os dias de hoje. De fato, se levarmos em conta toda a trajetória contada por ela, ao longo da entrevista transcrita nessa pesquisa, é possível verificarmos que por muito tempo ela vivenciou um período bastante difícil para a manutenção da escola, principalmente pela escassez de recursos financeiros.

Objetivamente, a criação de um setor específico para o trato das unidades escolares nas prisões do Rio de Janeiro deve ser considerada um avanço, mesmo que não cumpra a totalidade dos objetivos para os quais foi criada. O fato dele existir, de certa forma, pode significar um instrumento de pressão do poder público no sentido do aprimoramento da qualidade dessa educação.

4.3 O SEGUNDO MOMENTO DA ENTREVISTA

Nesse segundo momento, nossa entrevistada sentiu-se confortável para narrar as várias histórias sobre sua vida profissional. Conta-nos sobre uma tarde de chá com o Secretário de Estado de Educação, para o qual, segundo ela, somente eram convidados os dez melhores diretores da Rede Estadual de Ensino:

Stella: [...] eu fui convidada, pelo Secretario de Educação, eu não lembro o nome, eu sei que a assessora dele era Ana Maria⁴¹, que depois chegou a Secretária, lembra? Ele pediu pra convidar as dez melhores diretoras, graças a Deus que eu era uma. Nós fomos a um chá das 15 horas com ele, ele fez uma roda que ele disse que era informal e sentou no meio, e queria que a gente falasse da escola. Quando chegou minha vez de falar, eu me emocionei muito e falei pra ele que o professor chegou todo contente porque a Secretaria de Educação estava distribuindo televisão para as escolas. Então eu queria uma televisão com videocassete para passar filme para os nossos alunos. Eu fui procurar e falaram que escola de presídio não tinha direito. Eu lembro que ele ficou com muita raiva na hora e mandou que a Ana anotasse isso, o que eu falei. Eu comecei a chorar e de repente minha chefe a Coordenadora [...] Lea, se levantou e disse assim para ele, ‘Secretário a professora Stella acabou de ganhar uma televisão’. Aí ele me deu um abraço e falou, ‘tá vendo chorona, chorou tanto que vai sair com a televisão’, foi uma maravilha!

Diana: Saiu mesmo com a televisão?

Stella: Lógico, não, aí que vem a história, fui buscar com o diretor numa escola ali esquina com a Haddock Lobo, quando eu cheguei lá sabe o que eu vi? A televisão não estava na escola estava na casa do caseiro dele, não pôde

⁴¹Secretária de Estado de Educação Ana Maria Galheigo cujo antecessor foi Fernando José Pinto, de 1997 até 1998.

me entregar porque estava na casa do caseiro e o caseiro não estava, sabe o que ele disse pra mim? ‘Isso é um absurdo, enquanto você vai levar televisão para os bandidos, vagabundos, a minha escola fica sem televisão’. Porque foram dar televisão para essa escola e ela não tinha direito, ela só tinha até o quarto ano (STELLA, 2014).

Solicitei a Stella que nos contasse uma estória que ilustrasse um momento muito bom e outra que ilustrasse um momento muito ruim do período em que atuou no C.E. Mário Quintana. Das cinco estórias narradas trago, como exemplo, a que, de acordo com Stella “foi a coisa mais emocionante da sua vida”.

[...] uma das coisas mais comoventes na minha direção, com muita luta, consegui colocar uma escolinha no Petrolino de Oliveira⁴², aí esses meninos do Petrolino de Oliveira hoje estão lá na Lemos de Brito. Aí eu pedi para os alunos participarem desse trabalho da revista “O Gato”, aí a professora de Artes foi pra lá e conversou com eles e eles fizeram cada coisa linda, fizeram o trabalho... cada gato! Que coisa mais linda! E fizeram desenho em papel... Aí um dia eu cheguei lá no P.O. e um aluno falou assim, “professora Stella, a senhora viu o gato que eu fiz?” Aí eu falei, “ih meu filho, foram tantos desenhos de gato...” “Ah! Mas o meu a senhora sabe porque eu fiz com grafite.” Eu falei, “Ah! Sei! Foi o gato mais bonito que eu vi”, falei para ele e ele virou e disse assim, “pois então eu vou te contar Stella, essas mãos que fez esse gato só sabiam pegar numa arma, isso eu devo a você agora, se a senhora não coloca essa escola aqui, eu nunca ia saber que essas mãos não foram feitas só para matar, que essas mãos fazem coisas boas.” Foi a coisa mais emocionante da minha vida! Através da escola ele pegou um lápis, nunca tinha desenhado, fez um gato lindo! Lindo! Lindo! E ele era armeiro... Não é lindo? (STELLA, 2014).

Gláucia Regina Vianna (2015), ao escrever sobre *Desigualdade e segregação: engrenagens para o circuito repetitivo do crime*, reconhece que alguns, após sofrerem diversas frustrações ao longo da vida e para obterem o reconhecimento social, adentram o mundo da criminalidade, o que muitas vezes resulta na pena de encarceramento. Embora seja um contra-senso, vários desses sujeitos irão ter acesso aos bens sociais como, por exemplo, saúde e educação, nas Unidades Penitenciárias do nosso país, como afirmou o ex-aluno de Stella.

Ao concluir a estória sobre os desenhos dos gatos, Stella nos conta o momento mais chocante que vivenciou naquela época:

Stella: Eu acho que foi em 1974 se não me engano... e eu não era diretora eu era simplesmente professora de turma, mas o preso chegou pra mim e disse

⁴²A “escolinha no Petrolino de Oliveira” e “P.O.” se refere à sala de aula que manteve na Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira, atualmente localizada no Complexo de Gericinó, em Bangu. Essa Unidade Prisional também é conhecida como “Pedrolino de Oliveira”; por isso a sigla P.O.

assim, ‘professora, corre com suas colegas e vão pra secretaria que vai ter uma rebelião’ e esse preso que veio me avisar morreu, porque ele saiu e chegou lá fora, morreu. E ele sempre confiava em mim, quando chegavam pra mim e diziam, professora... aí eu ficava numa situação, e outra coisa, não pode deixar perceber que alguém falou, inclusive eu tive uma colega de Português, Regina... eu chegava para Diretora e falava, ‘olha, me avisaram que vai ter rebelião, por favor vamos embora,’ aí ela, ‘tá, tá Stella obrigada’, ‘aí Stella, avisa aí nas salas que vai ter reunião’, a professora no quadro falava assim, ‘ah! agora eu não posso, eu estou escrevendo’... Eu falei, ‘Regina vamos embora... entendeu?’ Porque é assim, eles também não podem deixar você saber que era alguma coisa... Ah! não, a Divisão de Educação chamou para uma reunião e eu, ‘professora vamos embora’... Então nesse dia eles avisaram a gente, foi uma chacina, nós ficamos presos. A rebelião começou, não eram nove horas, aí você sabe que fomos sair de lá quatro horas da tarde.

Diana: só explica da estória o seguinte, eles avisaram?

Stella: O preso me avisou, ia ter uma rebelião. Eu avisei a Diretora e nós fomos para a secretaria.

Diana: Aí vocês ficaram lá?

Stella: Ficamos de quinze para as nove, parece, até quatro horas da tarde, foi a pior coisa, nós passamos assim ajoelhadinhas no chão com medo das balas, porque era aquele helicóptero falando com eles: ‘se rendam, vocês estão todos cercados’, aí quando o helicóptero passava ele jogava tudo que tava no telhado pela janela e a gente tinha medo de entrar uma bala, foi muito tiro, muito tiro, nós passamos o dia todo lá dentro, a nossa Secretaria nem ligou pra saber se a gente tava vivo ou morto, nós ficamos lá dentro abandonados, jogados... aí quando foi quatro horas da tarde um agente foi nos buscar, quase quatro horas da tarde, nós passamos pelo corredor lá dentro, era sangue pelas paredes, eram os presos amotinados baleados, tudo jogado. [...] Aí conclusão, quando eu passei, foi a pior coisa, tinha uma oficina assim, eles assim nas grades perguntando se a gente tava bem, função deles, saber se a gente tava bem, nós passamos, quando chegamos lá na rua, ninguém sabia nada, eu fui uma que eu tinha que pegar o ônibus pra Ilha e eu peguei ali aquela chuva e fui parar na Presidente Vargas sem saber o que eu ia fazer. A outra professora entrou no taxi e falou pro motorista, ‘me leva pra casa’, aí ele, ‘pra onde?’ Ela não sabia... Porque foi a pior coisa da minha vida.. aí no dia seguinte nós fomos pra lá com o que hoje é Secretário... eu não lembro... ele era diretor do Departamento, era tipo o DEGASE, né? Era da Justiça... Fomos falar com ele porque muitos alunos nossos saíram todos arrebatados, todos machucados e estavam na sala de aula com a gente, mas só que era pouco tempo, ninguém tinha experiência, aí nós aprendemos, aqueles presos que estavam na sala quando começou a confusão, a gente não podia liberar, tinha de ficar conosco, e muitos morreram, e estavam na sala com a gente. Foi muito triste.

Cristina: Uma última coisa, não podia liberar por quê?

Stella: Nos tínhamos de deixar conosco e não mandar embora.

Cristina: Guardá-los? Protegê-los?

Stella: Porque quando os guardas começaram a bater, aquela confusão e saíram correndo, eu ainda fui uma que falei, ‘corre, corre, corre’...e o rapaz ainda avisou, ‘tá perigoso, se esconde’... entendeu, a gente tinha que ficar com eles, trancar o portão e a pior coisa foi quando vieram, não sei se vocês lembram, dos franco-atiradores, que era elite né? Eles chegaram, queriam entrar na escola, uma professora ficou tão nervosa que pegou a chave do portão e jogou dentro do vaso sanitário... olha só, jogou de tão nervosa..

Diana: Mas isso era no meio da confusão?

Stella: É, lá fora tava um tiroteio, tava aquilo tudo, né? Os helicópteros tudo e eles vieram, foram lá ver a escola e queriam entrar pra ver se a gente estava com algum preso lá dentro, nós estávamos não, estavam os nossos faxinas⁴³ e as professoras, que não tinha homem naquela época...

Diana: E esses faxinas ficaram com vocês o tempo todo?

Stella: Ficaram o tempo todo conosco, mas depois o diretor do DESIPE falou que nós tínhamos de ter ficado com nossos internos, trancado o portão e ficado com eles, e foi que os atiradores vieram e a diretora enfrentou e não deixou pegarem os faxinas, entendeu? Ai minha filha, foi a pior coisa.

Ainda, nessa parte da entrevista, fizemos mais três perguntas para Stella. Na primeira desejávamos saber qual a opinião dela sobre a situação atual das Escolas em prisões no Estado do Rio de Janeiro:

Stella: É o que eu falei, gente, diretora agora, Cristina, come o filé. As colegas precisam saber que elas comem o filé, quem comeu o osso fui eu e Sônia, nós duas comemos o osso. O diretor da Coordenação de Supletivo era o Carrasco, lembra do Carrasco?

Diana: O nome diz tudo.

Stella: Era o Carrasco. [...] Aí, conclusão: a gente não tinha nada. Era licitação e quem ganhava era assim, uma tonelada de lâmpada, era aquele mundo de água sanitária, um monte de papel higiênico. Então, o que eu fazia, eu trocava lâmpada por tampa de vaso sanitário. Troquei!

Cristina: Com o diretor da unidade?

Stella: Não, trocava no material.

Cristina: Ah! Trocava fora da escola. Ah! Sim.

Stella: Eu trocava lá. Ai, meu Deus, esqueci o nome dele. Pelo amor de Deus, me ajuda. Olha, eu tô precisando disso e disso, e então eu tenho lâmpada, eu tenho disjuntor. Por quantos disjuntores você quer isso? Eu sei que ele me roubava, mas o que eu vou fazer, eu tava precisando.

Diana: É um sistema de troca.

Stella: A Lemos de Brito, quando eu assumi, sabe como é que ela era? Ela era divisória. Então ela era dividida com Eucatex uma sala, a outra era com porta de armário. Aí quando dava vento o Eucatex caía. E aí, ia cair na cabeça das minhas professoras e dos meus aluninhos, como dizia Caucau⁴⁴. Aí não podia, eu ia trocar Eucatex por disjuntor. Fiz isso. Eu sei que o homem lá devia dizer: essa aí é uma boba, tô ganhando em cima dela. Mas não interessa gente, eu não podia deixar aquilo machucar meus professores e meus alunos. Aí trocava, era assim que a gente vivia. Aí ganhava tantas vassouras, mais tantas vassouras. Chegava para o diretor: 'Preciso disso aqui: eu tive que trocar por vassoura.' Eu quero água sanitária, eu quero detergente, eu quero qualquer coisa.' Mas não tinha dinheiro para comprar. Era assim que nós vivíamos. Agora a escola, o professor vai e tem aquele dinheiro para gastar?

⁴³ Faxina: é um termo genérico utilizado dentro de algumas Unidades Prisionais para indicar o (os) apenado (os) designado (os) para ajudar nas atividades internas das penitenciárias e das escolas, sobretudo, na limpeza e na cozinha. Essas atividades são remuneradas pela Fundação Santa Cabrini – Gestora do Trabalho Prisional (<http://www.santacabrini.rj.gov.br>)

⁴⁴ Caucau: pelo contexto da conversa deve tratar-se de uma professora do Colégio Estadual Mário Quintana.

A professora Stella refere-se à descentralização de recursos para a conta corrente das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino. Essas verbas são oriundas do Governo Estadual como também do Governo Federal, principalmente para a aquisição de merenda e pequenos reparos visando à manutenção das escolas.

Perguntei-lhe, ainda, se ela considerava que a educação para jovens e adultos deveria se comprometer com a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, ou apenas contribuir para a formação intelectual do apenado.

Stella: Olha, eu acho que a educação é importantíssima. Então, é como quando eu digo, vou dar um exemplo. Quando a gente estava votando para aquela, as tantas horas de estudo...

Cristina: remição.

Stella: O que acontece é que eu ouvi de uma juíza o seguinte: ‘Quando o juiz pega a ficha do interno e vê que ele estuda, ele dá muito valor’. Porque ele dá valor? Pelo seguinte, ele está mostrando que quer sair preparado da escola para rua, para o mercado de trabalho. Agora, quando ele pega a ficha do preso e vê que o preso varre o corredor, é faxina, em que ele se preparou pra vida? Então eu te pergunto, Cristina, eu, pelo meu entender, eu acho mais importante a educação. Você conseguir dar para ele no primeiro aninho todo, o Fundamental e Ensino Médio, ele vai sair, vai fazer uma faculdade e vai trabalhar. Agora eu te pergunto. É, professora, eles acham maravilhoso, mas será que todos os presos vão sair e...

Cristina: Conseguir essa inserção no mercado de trabalho que já está tão apertado.

Stella: Você acha que vai ter?

Cristina: É complicado por vários motivos.

Stella: Então, eu acho, está entendendo, melhor o que nós oferecemos que é da alfabetização até o Ensino Médio. Outro dia um preso ligou para mim, descobriu não sei como o meu telefone, porque o que eu nunca fiz foi dar meu telefone pra preso, mas ele descobriu meu telefone. Ah, foi a Noélia que deu, a professora que deu. Então ele descobriu meu telefone e me ligou. Parece, se não me falha a memória, que nós estamos com quase dez alunos na UERJ. Muito aluno na UERJ. ‘Meu filho me liga pra eu poder encontrar com você, eu te ajudo.’ E ele disse: ‘Olha, professora, eu quero falar que nós estamos, me parece, com dez alunos na UERJ.’

Diana: E ele foi aluno da Lemos de Brito?

Stella: P.O.

[...]

Stella: Tem muita gente lá na UERJ, ele me falou. Tem gente na UERJ do nosso tempo lá na Lemos de Brito [...].

Também indagamos sobre sua experiência pessoal, pouco comum na época, de ingressar em uma escola prisional, sobretudo a reação de sua família a essa escolha profissional:

Stella: Foi assim, eu morava em Caxias e toda vida eu dizia que ia passar para o Estado e que iria dar aula para a escola Benjamin Constant. Eu fui dar

aula lá, ali perto da Rodoviária, né? Fui para Caxias, trabalhava lá no Santo Cristo, sai de lá para pegar o ônibus, que horror! Não sabia direito, deu quase meia noite e eu parada em frente à Rodoviária... Fui para Caxias e cheguei em casa, todo mundo na rua desesperado... Eu perguntava se passava na Washigton Luis. O motorista dizia que não e eu descia... Então papai disse que eu ia sair do Estado, 'Você não vai mais trabalhar à noite.' Fui chorar na Secretaria de Educação, pedi muito para ele... Minto, eu soube que tinha uma Escola Classe Cooperação Lemos Brito na Rua Frei Caneca 457. Cheguei em casa e perguntei como iria nessa rua.. 'Lemos de Brito? Isso é penitenciária', 'Escola em presídio, nunca ouvi falar disso, papai?' Nunca tinha ouvido falar nisso naquele tempo, né?.. 'É presídio, se for, você não vai ficar'. Cheguei lá foi um choque quando eu entrei, mas graças a Deus gostei e me adaptei.

Diana: E seu pai?

Stella: Meu pai disse que eu ia sair, mas eu bati o pé firme, disse que eu queria e eu fiquei.

Diana: Seu pai foi sensível aos seus argumentos.

Stella: Foi... Ele foi deixando e mamãe sempre estava lá, minha irmã, todo mundo ia. E outra coisa, quando eu dei minha primeira entrevista na Rádio Globo, papai era vivo, chorou muito quando viu a filhinha dele na Rádio Globo.

Diana: Era a Rádio Globo, não era uma rádio qualquer (risos).

Stella: Dei uma entrevista para o Paulo Barbosa.

Diana: Em função da docência ou da gestão?

Stella: Não, aquele da Globo?

Cristina: Rádio Tupi

Stella: Da Rádio Tupi. Agora da Globo eu apareci naquela reportagem da formatura, ficou o dia inteiro no ar. De vez em quando passava, de vez em quando passava... Sai em tudo quanto foi jornal, O Dia, O Globo, O povo e tudo quando é reportagem, sai em muitas reportagens. Têm muitas, mas é que eu perdi.

A última pergunta dessa entrevista foi realizada pela Professora Diana, que desejava compreender se a organização das grandes facções criminosas teve impacto no cotidiano da gestão da Stella, seja enquanto regente de sala de aula, seja enquanto gestora do C. E. Mário Quintana.

Stella: Não. [...] Eu vou dizer para vocês, antigamente era assim, o preso era julgado, condenado. Penitenciária é o quê? A rede de socialização. A penitenciária tem que dar a ele condições de estudar e trabalhar. Acho que é por isso, Cristina, que foi feita a escola lá em 1967, para o preso estudar, só pode ser. Você vê, aonde tinha escola? Talavera Bruce era o quê? Penitenciária Lemos de Brito era o quê? Penitenciária. Esmeraldino Bandeira era o quê? Penitenciária Milton Dias era o quê? Penitenciária. O único presídio era o da Sônia, mas acho que é triagem. Penitenciária é o quê? Tem que ter acesso ao trabalho e ao estudo, todas as penitenciárias puseram escola e tinha trabalho. Gente, a Lemos de Brito tinha de tudo. Então o que é a Penitenciária? O preso tem que viver o dia todo circulando, ele tem que trabalhar e estudar, certo? O que é a Lemos Brito agora? Eu digo que eles ficam em uma rua,

ficam ali ‘tudo’ preso (STELLA, 2014).

Vale ressaltar que no capítulo seis “O campo da Memória Social e as escolas em prisões” serão discutidas mais aprofundadamente as quatro proposições estabelecidas por Gondar (2005). Contudo, já podemos articular essas narrativas de Stella com pontos levantados pela autora.

Uma deles diz respeito à questão de que o conceito de Memória Social possui um caráter “ético e político.” Tanto ao contar sobre a criação da DIESP em 2007, quanto ao expressar o sistema de troca de mercadorias, visando à manutenção do colégio, Stella revela que ambos os acontecimentos demandaram novas estratégias institucionais com a finalidade de atender aos desafios que se apresentaram.

Outra leitura possível, está presente na ideia de que “a memória social é uma construção processual” que se estabelece, também, nas relações de poder e jogos de força. Trata-se da conversa de Stella com o Diretor da Penitenciária aconselhando sobre o que poderia e o que não poderia ser dito em sala de aula e do impedimento que ela teve em retirar a televisão na escola da Rua Haddock Lobo.

Nessa perspectiva, incluo a quarta proposição que discute a Memória Social enquanto um campo que “não se reduz à representação”. Ao contar sobre a criação da DIESP, a tarde de chá com o Secretário de Estado de Educação e as histórias mais importantes vivenciadas na escola, Stella revela muitas falas carregadas de emoções e sentimentos, que segundo Gondar, também são elementos tradutores de memória, como por exemplo: a dor, o desejo, a confiança e o medo.

A Professora Diana encerrou a entrevista agradecendo a participação de Stella que se desculpou pelos momentos em que se emocionou com as lembranças e as lágrimas rolaram pelo seu rosto. Eu também agradei por ela ter concordado em nos conceder essa entrevista e ela, generosamente, nos falou: “A Urca é muito bonita vale a pena o passeio.”

No dizer de Bastos (2005, p. 12) “o ato de contar histórias pode ser compreendido como uma construção social, uma vez que ao narrar estamos vinculados às nossas crenças, à nossa cultura e à nossa história.” Talvez um bom exemplo seja o registro da transcrição, quando Stella conclui a entrevista: “E essa foi a minha vida!”.

5 A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proponho, aqui, uma reflexão sobre fatores históricos e legislações que contribuíram para o surgimento e a manutenção da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio de Janeiro, onde, como já foi mencionado anteriormente, foi construída a primeira unidade penal brasileira: a Casa de Correção da Corte, em 1850.

Essa edificação configurou, de fato, o começo do Sistema Prisional no Brasil. Além disso, Vieira (2014) informa que, ao longo dos anos, essa unidade prisional, teve sua nomenclatura alterada por duas vezes: em 1941 foi denominada Penitenciária Central do Distrito Federal e, em 1957, passou a ser conhecida como Penitenciária Lemos Brito, mantendo esse nome até a atualidade.

Embora tenha chegado à escola em 1968, desde 1967, na entrevista concedida em 02/09/2014, a Professora Stella afirmou que o atendimento educacional⁴⁵, era realizado através de Classes de Cooperação, criadas por força do convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Justiça. Essas Classes de Cooperação receberam os nomes das respectivas unidades carcerárias nas quais estavam inseridas e funcionavam em quatro locais: na Penitenciária Lemos Brito, na Penitenciária Talavera Bruce, na Penitenciária Industrial Emeraldino Bandeira e no Presídio Evaristo de Moraes.

De acordo com os arquivos da Diretoria Regional de Unidades Prisionais e Socioeducativas (DIESP) e com as cópias dos Diários Oficiais que lá se encontram, a partir de 1978 foram criadas as primeiras Escolas Estaduais de Ensino Supletivo (E.E.E.S.) dentro dos espaços da Secretaria de Administração Penitenciária, o que significou o fim das referidas Classes de Cooperação. Algumas dessas Escolas Estaduais de Ensino Supletivo também receberam os mesmos nomes das Unidades Prisionais onde foram criadas. Esse fato, segundo

⁴⁵A oferta de educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro se manteve ininterrupta até a presente data. E desde 08/08/2011 está sendo garantida através do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) com vigência de dez anos - Extrato publicado em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 12/08/2011. Está em trâmite o Termo de Conduta, previsto no referido documento, que irá estabelecer modos de conduta para todos os profissionais que atuam dentro das escolas inseridas no cárcere do Estado do Rio de Janeiro. Ele foi elaborado através do trabalho conjunto das duas Secretarias de Estado acima mencionadas.

relatos informais, causava sérias dificuldades para os egressos do sistema penitenciário que desejavam dar prosseguimento à vida acadêmica ou conseguir inserção no mercado de trabalho, já que o nome nos documentos escolares expedidos facilitavam a identificação com os presídios.

Com o objetivo de amenizar essa situação, desde 1983 todas essas nomenclaturas foram alteradas. Por exemplo, a Escola Estadual de Ensino Supletivo Lemos Brito⁴⁶ foi transformada em Escola Estadual de Ensino Supletivo Mário Quintana⁴⁷, que, posteriormente, foi denominada Colégio Estadual Mário Quintana⁴⁸, permanecendo até a presente data com esse nome.

Em 2006, a Resolução SEE N° 3248 de 22/08/2006, publicada no Diário Oficial do nosso Estado (DOERJ), em 24/08/2006, ratificou o seguinte:

Considerando as especificidades do Sistema Penitenciário,
RESOLVE:

Art. 1º - Identificar as unidades escolares que funcionam no interior das unidades prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária como pertencentes à modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Parágrafo Único – Os Cursos de Educação de Jovens e Adultos, níveis fundamental e médio, oferecido nessas unidades escolares serão constituídos de fases anuais (RIO DE JANEIRO, 2006).

Apesar da resolução de 2006, atualmente a Educação de Jovens e Adultos, nesses espaços escolares, tem a duração de um semestre. As atividades discentes são realizadas de forma presencial e as aulas são ministradas por meio de módulos, priorizando quatro áreas de conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; e ciências da natureza e suas tecnologias.

Como já mencionado no item 2 *Percurso da pesquisadora*, acima, em 2007 as escolas situadas nos espaços do Departamento Geral de Ações Socioeducativas e as escolas em prisões, alocadas nos presídios da Secretaria de Administração Penitenciária, foram vinculadas ao Gabinete do Secretário de Estado de Educação.

Assim, para operacionalizar as ações emanadas da SEEDUC, foi instituída uma Assessoria⁴⁹, posteriormente extinta com a criação da COESP em 2008, que era responsável pelo fazer pedagógico e administrativo dessas escolas. A partir desse ano, outros avanços já

⁴⁶ Decreto n° 6541 de 18/02/1983, publicado em DOERJ em 21/02/1983.

⁴⁷ Decreto n° 20.358 de 17/08/1994, publicado em DOERJ em 18/08/1994.

⁴⁸ Decreto n° 32.670 de 22/01/2003, publicado em DOERJ em 23/01/2006.

⁴⁹ Esta Assessoria ficou ativa de 2007 até 2008, foi composta por três profissionais de ensino e nesse período foi responsável pelas ações administrativas dessas Unidades Escolares.

tenham sido conquistados, como por exemplo, a inserção desse setor nas publicações dos Editais para Concurso Público, da Secretaria de Estado de Educação, desde 2009.

Antes disso, nos Editais, constavam apenas as opções das demais Diretorias Regionais sem especificar onde estavam localizadas as escolas em prisões. Muitos professores eram lotados nesses colégios *à revelia*, porque sequer tinham ideia de que tais espaços existiam. Com essa mudança, apenas os docentes que optam pela DIESP são encaminhados para as escolas inseridas no cárcere.

Ainda em 2009, foi publicada a primeira Matriz Curricular⁵⁰, específica para tais escolas. Essa Matriz garante três horas de aula em cada turno (manhã e tarde), e está em consonância com os horários de troca dos Agentes Penitenciários, com os horários das refeições e com o retorno dos internos às galerias.

Essa ação foi importante uma vez que foi verificada, pela equipe da DIESP, que a carga horária das escolas no cárcere era a mesma estabelecida para as escolas extramuros - de sete horas ao meio dia, no primeiro turno e de treze horas às dezoito no segundo turno. Porém, esses horários não poderiam ser realizados dentro de uma instituição penal por causa da rotina dos internos: café da manhã, troca de turno dos Agentes Penitenciários, momento do almoço, entre outros.

Assim, juntamente com a Secretaria de Administração Penitenciária foi estabelecida a carga horária real que poderia ser dispensada às atividades educacionais sem prejuízo à carga horária das atividades pedagógicas. Por isso, ficou estabelecido que fossem ministradas três horas, ininterruptas, em cada turno.

Veremos abaixo uma tabela onde se demonstra a totalidade das unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro, seus decretos de criação e o detalhamento do número de alunos atualmente matriculados, por cada faixa educacional, a saber, primeira parte do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), segunda parte do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e ensino médio.

⁵⁰ Esse marco legal foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 22/12/2009 (Resolução/SEEDUC nº4375/2009, de 18/12/2012).

Tabela 1 - Unidades escolares em prisões, número de alunos e decretos de criação

Unidades Escolares	Unidades Prisionais	Número de Alunos no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Número de Alunos no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	Número de Alunos no Ensino Médio	Número total de alunos	Decretos de criação
C. E. Anacleto de Medeiros	Presídio Evaristo de Moraes	93	66	47	206	Decreto nº 10.949 de 29/01/1988, publicado no D.O. de 01/02/1988 (E.E.E.S. Darcy Bittencourt Costa) - Decreto nº 20360 de 17/08/1994, publicado no D.O de 18/08/1994 (Nova denominação: Anacleto de Medeiros)
C. E. Angenor de Oliveira - Cartola	Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira	76	85	42	203	Criado pelo Decreto Nº 6.541 de 18/02/1983 - Transformada em Colégio pela Resolução SEEDUC Nº 4362 de 28/10/2009 – D. O 30/10/2009
C. E. Escritor e Jornalista Graciliano Ramos	Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho	75	75	51	201	Criado pela Resolução Nº 131 de 16/12/2008 – D. O de 17/12/2008
C. E. Evandro João da Silva	Penitenciária Dr. Serrano Neves	136	99	36	271	Criado pelo Decreto Nº 42.591 de 18/08/2010 – D. O. de 19/08/2010 a contar de 08/02/2010
C. E. Henrique de S. Filho - Henfil	Penitenciária Vicente Piragibe	116	132	56	304	Criado pelo Decreto Nº 6.541 de 18/12/1983. Transformada em Colégio pela Resolução Nº 139 de 30/01/2009- D.O. 02/02/2009
C. E. José Lewgoy	Penitenciária Moniz Sodré	101	78	30	209	Criado pelo Decreto Nº 38.997 de 15/03/2006. Autorização para modalidade semi-indireta: Resolução SEEDUC Nº4386, de 15/01/2010- D. O de 21/01/2010

C. E. Mario Quintana	Penitenciária Lemos Brito	39	38	23	100	Criado pelo Decreto 6.541 de 18/02/1983. Transformado em Colégio pelo Decreto Nº 32.670 de 22/01/2003
C. E. Padre Bruno Trombetta	Presídio Elizabeth Sá Rego	81	97	48	226	Criado pela Resolução Nº 122 de 05/09/2008. Autorização para modalidade semi-indireta pela Resolução SEEDUC Nº 4416 de 09/03/2010 – D. O. 12/03/2010.
C. E. Profª Alda Lins Freire	Penitenciária Alfredo Tranjan	41	33	25	99	Criado pelo Decreto Nº 27.445 de 27/11/2000. Transformada em Colégio pela Resolução SEEDUC Nº 4383 de 11/01/2010 – D. O 13/01/2010
C. E. Profª Sônia Mª Menezes Soares	Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho	88	109	30	227	Criado pelo Decreto Nº 27.445 de 27/11/2000. Transformado em Colégio pela Resolução SEEDUC Nº 4393 de 19/01/2010.
C. E. Prof. Carlos da Costa	Penitenciária Gabriel Ferreira Castilho	100	99	71	270	Criado pelo Decreto Nº 27.455 de 27/11/2000. Transformado em Colégio pela Resolução SEEDUC Nº 4251 de 26/03/2009 – D. O de 31/03/2009; Autoriza a implantar a EJA nos Níveis Fundamental e Médio na Modalidade semi-indireta. Resolução SEEDUC Nº 4387 de 15/01/2010.
C. E. Marinheiro João Candido	Penitenciária Ferreira Neto	23	43	14	80	Criado pelo Decreto Nº 44.882 de 18/07/2014 – D.O de 21/07/2014

C. E. Roberto Burle Marx	Penitenciária Talavera Bruce	31	25	30	86	Denominado pelo Decreto Nº 20.363 de 17/08/1994. Transformada em Colégio pelo Decreto Nº 39.269 de 11/05/2006. Decreto de Criação 42.663 de 19/10/2010 – D.O de 20/10/2010
C. E. Rubem Braga	Instituto Penal Benjamin de Moraes	35	24	16	75	Decreto Nº 6.541 de 18/02/1983. Atribui nova denominação ESTADUAL RUBEM BRAGA, ANTIGA E.E.E.S. MILTON DIAS MOREIRA, pelo Decreto Nº 20359 de 17/08/1994. Transformada em Colégio pelo Decreto Nº 39.936 de 18/09/2006- D.O. de 19/09/2006
C. E. 1º Tenente PM Hailton dos Santos	Presídio Nelson Hungria	41	56	41	138	Criado pela Resolução Nº 043 de 11/10/2007 - D.O. de 15/10/2007
C. E. Carlos Pereira Guimarães Filho	Penitenciária João Carlos da Silva	72	234	180	486	Criado pelo Decreto Nº 43.713 de 07/08/2012- D.O de 08/08/2012.
C. E. Maria Montessori	Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza	50	56	07	113	Criado pelo Decreto nº 44.610 de 18/02/2014 - D.O 19/02/2014.
C.E Theodoro Sampaio	Presídio Carlos Tinoco da Fonseca	39	36	00	75	Criado pelo Decreto Nº 44.644 de 07/03/2014 – D. O de 10/03/2014
CE Mario Lago	Penitenciária Lemos Brito	20	47	16	83	Criado pelo Decreto Nº 44.472 de 08/11/2013 – D. O de 11/11/2013.
Total		1.257	1.432	763	3.452	

Fonte: Coordenação de Gestão da Rede da DIESP em 31/08/2016

De acordo com os dados da tabela acima, DIESP possui 4.564 alunos matriculados. Desses, 1.112 estudam em escolas em espaços socioeducativos e 3.452 nas escolas situadas nas penitenciárias: 2.689 cursam do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 763 do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Diferenças nesses percentuais podem ocorrer devido à alta rotatividade dos internos nas Unidades Prisionais, o que pode ocasionar certa dificuldade em consolidar as informações de todos os Estados diariamente com precisão.

De acordo com informações prestadas pela Coordenação Regional de Gestão de Pessoas da DIESP, em 07/10/2016, o total de professores lotados nas unidades escolares da DIESP soma 598 docentes (para atender a alunos do DEGASE e da SEAP). Desses, 423 atendem os alunos em espaço prisional: 89 para os anos iniciais do Ensino Fundamental e 334 para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Na qualidade de Coordenadora de Administração dessa Diretoria Regional, asseguro, em 07/10/2016, que todas as unidades escolares recebem recursos para a manutenção e para a merenda oriundos tanto do Governo Estadual, quanto do Governo Federal, e que tais valores estão disponíveis, bimestralmente, no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro⁵¹. Declaro ainda que, além das salas de aula, cada escola possui: um laboratório de informática, uma sala de leitura, uma sala da direção e secretaria, dois banheiros (um para os alunos e outro para os professores) e um espaço para armazenar a merenda⁵².

Apesar das conquistas já assinaladas, esses colégios são espaços de tensão constante, tendo em vista as funções específicas que desempenham as instituições escolares e as instituições prisionais: a primeira objetivando a emancipação ideológica dos discentes e a segunda a restrição ou a privação de liberdade dos sujeitos apenados. As relações de poder que ali se inserem, principalmente no que tange aos servidores da Secretaria de Administração Penitenciária e da Secretaria de Estado de Educação, que possuem, na maioria dos casos, formações muito distintas, também podem ser consideradas como outro fator que contribui

⁵¹ Endereço eletrônico acessado em 02/08/2015: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=711577>

⁵² Como se trata de escolas com infraestrutura bastante reduzida, nenhuma delas possui cozinha - o almoço e o jantar são oferecidos pela SEAP. Essas escolas servem merenda fria em consonância com o cardápio mensal publicado pela SEEDUC no sítio eletrônico: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=2317147>, acessado em 02/08/2015.

para que aqueles espaços funcionem ora como locais de resistência, ora como de reprodução do sistema capitalista.

Em um debate transmitido pela Rádio de Hessen, em 1969, com a participação de Adorno e de Becker (1995), Adorno já alertava para o fato de que as discussões sobre o problema de emancipação educacional pressupõem uma questão internacional que ultrapassam os limites dos sistemas políticos (Adorno, p. 175) e que, em uma democracia, tais exigências parecem ser evidentes. Contudo, o autor avaliou que os mecanismos de controle impostos pela sociedade transformaram “a própria ciência em suas diversas áreas em [uma atividade] tão castrada e estéril, (...) que até para continuar existindo, acaba necessitando do que ela mesma despreza.” (p. 169-171)

Nesse sentido, ambos concordam que, para uma educação ser considerada de fato emancipadora, certas mudanças deveriam ser colocadas em prática. Por isso, Becker defende a possibilidade de uma instituição escolar diferenciada. Tal instituição teria como um de seus objetivos a produção de motivações necessárias para a efetivação da aprendizagem do educando, por meio da amplitude na oferta das atividades pedagógicas, inclusive no âmbito da formação profissional. Adorno põe em dúvida tal projeto quando afirma que “o mero pressuposto da emancipação de que depende uma sociedade livre já encontra-se determinado pela ausência de liberdade da sociedade” (Adorno, p. 172).

Por tudo isso, conceituar o papel da escola em espaço de privação de liberdade não parece ser uma tarefa fácil. No dizer de Onofre (2011, p. 277): “a prisão subjuga o detento ao comando de uma estrutura autoritária e de uma rígida rotina. O controle sobre os indivíduos é exercido de maneira ininterrupta, regulando todos os momentos de sua vida”. Já a escola em prisões tem função contrária; ela gera interações entre os indivíduos, é promotora de melhor qualidade de vida, valoriza culturas que são marginalizadas, promove redes de afetividade e permite a (re)conquista de cidadania (FIORI, 1986 apud ONOFRE, 2011). Nela, o apenado pode se libertar e significar o mundo como algo dinâmico e inacabado.

Por causa da rigidez do Sistema Prisional e por questões de segurança, muitos docentes relatam várias dificuldades em realizar certas atividades nas escolas em prisões. Eles se deparam com obstáculos que não são encontrados nas escolas extramuros como, por exemplo, a utilização de recursos para gravar áudio e vídeo, de cola plástica, de utensílios de corte em geral, entre outros objetos. Além disso, a truculência a que alguns são submetidos também configura uma das dificuldades desse trabalho.

Neste capítulo procurei relatar a minha trajetória profissional e o quanto ela influenciou na realização desta pesquisa, assim como as minhas memórias em relação as ações da Diretoria Regional de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas desde a sua criação. Para além da questão pessoal, levantamos o panorama atual do sistema estadual do Rio de Janeiro e compreendemos que o processo educacional carcerário se desenvolve em um

contexto com características híbridas – haja vista as funções distintas que possuem a pena de prisão e a ideologia educacional.

Por isso, o professor que lá desempenha suas funções, com o tempo, precisa adquirir habilidades para lidar com esse cotidiano, pois, somente através da experiência será possível encontrar metodologias e estratégias de trabalho que atendam às necessidades dos alunos, levando em consideração as especificidades de cada grupo discente e, principalmente, as formas diferenciadas de conduta que cada Unidade Prisional possui.

6 O CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL E AS ESCOLAS EM PRISÕES

O objetivo desta seção é articular o campo da Memória Social a partir de Gondar (2003, 2005) ao meu trabalho. De acordo com Gondar (2005), a memória só foi concebida como uma construção social no final do século XIX. Neste momento, as questões inerentes ao social se tornaram objeto de análise e de pesquisa, permitindo, assim, o surgimento de um novo campo de estudo: o das Ciências Sociais.

Gondar (2005) afirma que, embora outros pensadores como Friedrich Nietzsche, Henri Bergson e Sigmund Freud, por exemplo, já tivessem tratado desse tema, considera-se que foi Maurice Halbwachs que fundou oficialmente a Memória Social. Na perspectiva da autora, definir o que é a Memória Social consiste em uma tarefa muito complexa, uma vez que o campo de estudo ainda se encontra em processo de construção, apresenta fronteiras com múltiplas definições e está em constante movimento. Para defini-la, é necessário considerar as diferentes formas de concepções do que seja a Memória Social.

Tais concepções envolvem, também, diversos posicionamentos ideológicos. Esses variam de acordo com o entendimento político, teórico e ético inerentes às pesquisas que têm sido apresentadas nessa área. Para Gondar (2005), tanta complexidade resulta do fato de que estamos tratando de um território considerado móvel e, por isso, para conceituá-lo, seria necessário que os conceitos propostos acompanhassem essa mobilidade intensa.

Com a finalidade de definir esse campo de pesquisa, Jô Gondar (2005) desenvolveu quatro proposições em *O que é Memória Social?*. Essas proposições visam garantir o movimento inato dessa área de estudo, sem abrir mão de um crivo que lhe permita sua peculiaridade. Ela reflete sobre esse conceito na perspectiva de que ele é: transdisciplinar; ético e político; uma construção processual; e que não se reduz à representação coletiva.

Sob o ponto de vista da primeira proposição, ou seja, a Memória Social é transdisciplinar, ela pondera que a memória é mutável, que ela possui diversos significados e que “se abre a uma variedade de sistemas de signos” (GONDAR, 2005, p. 12), ou seja, ela é considerada como polissêmica. Para obter mais rigor no conceito, além de polissêmico, ela o caracteriza como transversal ou transdisciplinar.

Nessa direção, o conceito de Memória Social é construído nos atravessamentos entre diferentes disciplinas,

[...] fazendo emergir um novo campo de problema que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas. [...] um conceito [...] surge da emergência de um campo problemático que exige novas categorias de pensamento que lhe façam face. Só se cria conceitos em função de problemas, e eles se transformam do mesmo modo que os problemas aos quais se supõe que eles respondam. [...] quando o real passa a ser encarado como algo complexo e múltiplo, os procedimentos transdisciplinares são requeridos, admitindo-se então que nenhuma disciplina isolada é capaz de responder a essa complexidade (GONDAR, 2005, p. 13).

O objeto transdisciplinar não pertence a nenhuma disciplina específica, ele é criado como um novo objeto, de forma transversal, toda vez que determinados problemas atravessam os limites de seu campo de saber e insemینam outras áreas do conhecimento. Por isso, a autora propõe que:

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas. Não se trata aqui de deduzir problemas valendo-se de teorias já vigentes, mas, inversamente, de inventar novos problemas que, conseqüentemente, produzirão novas teorias e conceitos. Como os problemas não param de surgir, no campo da memória social o conceito está sempre por ser criado: é um conceito em movimento. Por esse motivo, ele jamais poderá configurar-se em uma definição estanque e unívoca, já que, em razão de sua própria condição transversal, sofre um permanente questionamento (GONDAR, 2005, p. 15).

Pelo o que foi exposto até o momento, podemos dizer que o objetivo principal da presente pesquisa, que pretende compreender a construção da memória da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro, assim como o campo de estudo da Memória Social, requer procedimentos transversais. Esse foi o principal motivo de escolha para discutir a educação no cárcere à luz dessa área de conhecimento. A Memória Social, em especial, nos permite tratar de um assunto que requer o envolvimento de diversas instituições, por causa de sua característica transdisciplinar que permite o atravessamento das fronteiras entre as disciplinas originando assim um novo feixe de problemas que ainda não haviam sido contemplados (Gondar, 2005).

De acordo com Foucault (1973) desde surgimento da prisão, no século XIX, essa instituição foi administrada não só pelo poder judiciário, mas também pelo poder executivo e o poder legislativo. Para esse filósofo, o controle penal punitivo dos indivíduos precisava ser desempenhado,

por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – a polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para correção (FOUCAULT, 1973, p. 86).

Desde a sua origem, a prisão mobiliza várias instituições em torno de seu funcionamento. O mesmo também ocorre com as Unidades Escolares que lá estão inseridas: uma única instituição não é capaz de responder a todas as necessidades que surgem de lá.

Logo, podemos dizer que tanto o campo da Memória Social, quanto o fazer peculiar do Sistema Prisional e das escolas em prisões demandam um estudo de caráter transdisciplinar. Em relação aos procedimentos inerentes à produção do conceito de memória, os atravessamentos se efetivam através das disciplinas. No dizer de Gondar (2005), isso ocorre, por exemplo, quando questões relativas à subjetividade se tornam necessárias às análises de um cientista social ou um de historiador. Ou ainda quando assuntos inerentes à inteligência artificial fertilizam o campo de conhecimento de um filósofo ou um linguista.

Já em relação às prisões e as escolas, os atravessamentos se inserem nas pesquisas científicas, uma vez que pesquisadores de diversas áreas investigam, há bastante tempo, as práticas exercidas naqueles espaços (psicólogos, filósofos, educadores). Outro ponto a ser mencionado é a diversidade da formação profissional dos atores envolvidos no fazer cotidiano como, por exemplo, agentes penitenciários, policiais, professores, psiquiatras, entre outros. Por fim, no contexto das instituições congêneres ao trabalho carcerário, podemos contar a Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais, os Ministérios, as Secretarias dos Estados e dos Municípios, entre outras instâncias. Um exemplo disso foi o início das atividades educacionais nas prisões em nosso estado. A Professora Stella nos informou, durante a entrevista, que em 1967 por meio de um convênio entre o Ministério de Justiça e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro foi criada a primeira Classe de Cooperação na Penitenciária Lemos Brito.

A segunda análise que me proponho a realizar entre essa pesquisa e o campo da Memória Social refere-se à segunda proposição elaborada por Gondar (2005). A autora afirma que por sua capacidade de expressar um mundo possível e de trazer consequências tanto para o presente, quanto para o futuro, o conceito de Memória Social tem caráter, eminentemente, ético e político. Para essa reflexão, a proposta teórica se baseia no entendimento de Michel Foucault de que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas em relação ao futuro e por isso ela deve ser entendida como um meio de resistência no seio das relações de poder. Nessa direção, a autora aponta um conceito elaborado por Deleuze e Guattari, que entende Memória Social como:

o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Porvir que estaria ainda mais radicalmente implicado no caso da memória social. Recordar, nesse caso, não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale e o que não ser recordado funciona como um penhor e, como penhor, diz respeito ao futuro (DELEUZE; GUATTARI, 1992 apud GONDAR, 2005, p. 17).

Como possibilidade de ilustrar essa análise, sobre as tensões que emergem das relações de poder e a necessidade de elaboração de novas estratégias de resistência, lembremos o relato da Professora Stella sobre as trocas de materiais por causa da burocracia.

Stella: [...] a gente não tinha nada. Era licitação, e quem ganhava era assim, uma tonelada de lâmpada, aquele mundo de água sanitária, um monte de papel higiênico. Então, o que eu fazia, eu trocava lâmpada por tampa de vaso sanitário. Troquei!

Cristina: Com o diretor da unidade?

Stella: Não, trocava no material.

Cristina: Ah! Trocava fora da escola. Ah! Sim.

De todas as estórias que nos foram contadas, talvez essa seja a que mais denota a capacidade humana de criar novas maneiras de viver e de conviver em meio às adversidades impostas pelas circunstâncias de uma escola inserida no cárcere, pois:

O que estava em cena era a capacidade de resistência e de criação de determinados setores que, a princípio, estariam assujeitados, mas que, todavia, se mostravam capazes de dobrar a própria sujeição, inventando um outro tipo de vida. Em outros termos, aquilo que se desdobra era uma ética de vida como resistência ao poder (GONDAR; BARRENECHEA, 2003, p. 41).

Na tentativa de contornar a falta de determinados produtos, a diretora da escola trocava no comércio próximo os recursos que recebia a mais do Governo do Estado por aqueles que realmente estava necessitando na escola. Enquanto instituição receptora de materiais licitatórios a escola estava assujeitada aos encaminhamentos da Secretaria de Estado de Educação. Diante da falta de materiais, foi preciso criar novos mecanismos de sobrevivência para dar conta do cotidiano escolar.

Assim, as novas estratégias são criada com o objetivo de responder às demandas que vão surgindo com o tempo. Em âmbito nacional, desde 2005, os debates sobre a educação em penitenciárias têm se intensificado:

Os Ministérios da Educação e da Justiça, reconhecendo a importância da educação para este público, iniciaram em 2005 uma proposta de articulação

nacional para a implementação do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário, formulando as Diretrizes Nacionais. A referida proposta, apoiada pela UNESCO, culminou em 2006 com o I Seminário Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário e, em 2007 com o II Seminário Nacional. Uma série de atividades vem sendo desenvolvidas no sentido de estruturar tal política, destacando-se, dentre outras, a decisão dos dois Ministérios de investir, por meio de convênios com os Estados, na construção de políticas estaduais de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade e de repasse de recursos financeiros visando a melhoria das condições de atendimento em nível local (BRASIL, 2012, p. 2).

A partir das discussões realizadas sobre a particularidade do ensino em unidades prisionais surgiram novos desafios. Para responder às demandas do trabalho nas escolas do cárcere, tornou-se necessária a criação de novas estratégias metodológicas que possibilitassem o surgimento de novos mecanismos de atuação e que se traduzem, por exemplo, no Documento-Referência, expedido pelo Conselho Nacional de Educação acima mencionado.

Esse documento constata mais uma vez que a educação no cárcere necessita da articulação setorial para ser efetivada. Há nele a participação da UNESCO, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Nesse caso, as novas estratégias estão atreladas aos entrelaçamentos de cinco instituições.

Já no que se refere à terceira proposição, que trata do conceito de Memória Social enquanto uma construção processual, Gondar (2005) nos lembra que foi somente na Idade Contemporânea que o homem concebeu a memória como uma construção social, que se dá nas relações que uns estabelecem com os outros. Essas relações humanas se desenvolvem, inerentemente, ao longo do *tempo*: componente próprio do conceito relativo à memória.

O tempo é entendido como algo que:

está em permanente alteração do que é, o processo de diferenciação intrínseca de tudo o que existe. Se é preciso lhe dar um nome, podemos chamá-lo de devir, concebendo-o como puro processo [...]. O que nele encontramos são os jogos de força e o calor das lutas: diferenças potenciais lutando para se firmar, desejos e interesses agindo e reagindo diante de outros desejos e interesses, em tensão permanente (GONDAR, 2005, p. 20-21).

Em nossa entrevista Stella relata um incidente que ocorreu na Unidade Prisional no dia em que a escola estava realizando um evento intitulado *Festival da Canção*. Nessa fala, é possível percebermos os *jogos de força* entre os funcionários de Secretaria de Administração Penitenciária e a gestão escolar:

Stella: É Martinho da Vila que eu conheço há muitos anos...Então foi muito lindo! A Lemos de Brito tem um passado muito bacana, muito bacana mesmo. E esse dia teve um Festival da escola, a Diretora fez um Festival na escola e estava lá Alcione, naquela época estava Alcione e não lembro quem mais. Artista famoso eu me lembro que era Alcione lá cantando e de repente tocou a sirene... aí eu estava lá fora recebendo as autoridades, porque eu ia no portão receber os convidados, levava até a entrada da Lemos, e lá tinha outra professora que levava para o auditório... a minha família estava lá dentro, e eu esperando o pessoal que morava em Petrópolis naquela época e os vizinhos que estavam chegando. Aí nisso fecharam a rua, tocou a sirene fecha a rua, né? E eu e a Sônia, diretora. ‘Não, Professora! Já faleceu’. Nós ficamos ali na varanda com o guarda, encostadinhas assim, e os guardas correm pra cá, correm pra lá. Aí, quando eu saí, aí de repente voltou tudo ao normal. Olha era mentira! A Diretora reclamou, foi e denunciou, era mentira! Não fugiu ninguém. Eles deram por tentativa de fuga. Eles iam sair da Lemos e iam da _____⁵³ (15:41) passeando para lá em cima do telhado. Era mentira, não teve nada disso, pra acabar com nossa festa. Tá? É isso! Aí, conclusão: quando eu saí, o que eu quero contar pra vocês é muito importante. Quando eu saí, eu estava com um vestido todo de casinha de abelha e o agente chegou, o guarda chegou pra mim e falou: ‘Professora, por favor!’ Falou para minha família, chamou a minha família. ‘Manda celebrar uma missa porque a professora Stella acabou de nascer, ela e a colega dela’. Tava com uma metralhadora preparada para atirar e eu encostadinha nela, se pega nas minhas casinhas de abelha eu não estava aqui hoje, eu tava era sepultada.

Diana: uauuu!

Stella: Tá? Uma metralhadora e eu encostadinha nela. Não estava aqui, Cristina, te ajudando, era pra está (sinal com as mãos para o alto). E era, foi mentira, gente. Não teve tentativa de fuga. Ninguém correu lá em cima no telhado.

Diana: Então, o que você está falando, Stella, é que havia uma... um certo clima de ... numa interpretação de sabotagem com o trabalho que se fazia lá nas prisões.

Stella: E dessa vez teve, na festa da diretora. Nós fomos perseguidos, entendeu? Quando eu cheguei lá, com medo em 68, o interno ia passar pra ir pra escola, o agente cismava e ele não passava (STELLA, 2014)

A partir desse relato da Professora Stella podemos perceber os jogos de força presentes entre os funcionários de duas instituições distintas, de um lado os Agentes Penitenciários de Secretaria de Administração Penitenciárias e do outro a nossa entrevistada e os demais professores da Secretaria de Estado de Educação. Todos estavam tentando definir seus espaços e lutando para terem seus interesses garantidos. Contudo, percebe-se que o poder dos agentes é mais incisivo do que o das professoras.

Por fim, em relação à última proposição, Gondar (2005) nos leva à reflexão de que se torna necessário desmistificar certos hábitos e pensamentos em relação ao conceito de memória, e um deles, certamente, diz respeito à redução da Memória Social apenas como

⁵³ Não foi possível entender o que foi mencionado.

representação coletiva. Essa concepção, de acordo com a pesquisadora, foi inspirada pelo sociólogo David Émile Durkheim, que elaborou uma analogia entre memória e representação coletiva.

Nesse sentido, a memória era entendida como uma espécie de arquivos de representações. A autora observa, entretanto, que a esfera social é viva, pulsante e está em constante mudança e que tais representações eram, apenas, o referente estático do que está em constante movimento. Elas:

não surgem subitamente no campo social, mas resultam de jogo de força bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram. Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezaremos as condições processuais de sua produção (GONDAR, 2005, p. 23).

De acordo com esse entendimento, a pesquisadora aponta que tais representações coletivas são, somente, uma parte desse processo que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade. A memória também se traduz através daquilo que não pertence ao campo da representação como, por exemplo, os sentimentos, os desejos e as ações políticas inovadoras.

Nesse contexto, Gondar (2005) traz para o cerne da discussão a concepção do *glutinum mundi* na perspectiva dos sociólogos David Émile Durkheim e Maurice Halbwachs, assim como o entendimento do filósofo Michel Foucault sobre esse tema. Ela observa que, em Durkheim, a ênfase dessa questão se dá em relação aos laços que tornam os homens semelhantes, está no que possibilita a homogeneização e coesão do corpo social.

Já na análise de Halbwachs, a autora aponta que a prioridade está na constituição de quadros sociais, prontos e universais, que seriam os pilares da memória coletiva. Eles unificariam os diferentes grupos (os familiares, os religiosos, os de classe, etc.), de acordo com os seus respectivos sistemas de valores.

Contudo, segundo Gondar (2005), em relação ao *glutinum mundi*, Foucault se interessou, justamente, pelo o que escapou às análises dos sociólogos mencionados acima. Nesse sentido, o filósofo enfatiza as lutas e as tensões internas como os elementos essenciais que produziram os valores dos grupos sociais.

Para ele, o investimento salutar está no que, de fato, resiste aos hábitos e coerções sociais, naquilo que singulariza e que diferencia os homens no seio do *glutinum mundi*. Dessa forma, a memória em vez de ser entendida, apenas, como representação coletiva, começa a ser articulada, primordialmente, ao que nos afeta, pois:

[...] podemos articular o afeto e a representação de memória como partes integrantes de um mesmo processo. [...] Não existem, contudo, memórias

fora de um contexto afetivo. Se, artifício explicativo, desdobrarmos o processo de produção da memória em algumas etapas, deveremos considerar o afeto como a primeira (GONDAR, 2005, p. 25).

Uma possibilidade de articulação com o presente trabalho pode ser construída com base em algumas estórias que Stella nos narrou durante a entrevista realizada em setembro de 2014, a exemplo do relato de sua aposentadoria em 2011. A emoção intensa levou a professora às lágrimas, que, se desculpendo, nos disse: “vocês desculpem, é que quando falo do meu trabalho...mexe né? Quero me controlar, mas não consigo!” (STELLA, 2014).

Essa emoção de Stella não traduz uma representação coletiva: ela está inserida na área dos sentimentos e se refere ao que a afetou pessoalmente. Apesar de se considerar em plenas condições de trabalho, aos setenta anos, contra a sua vontade, foi declarada a aposentadoria compulsória pelo Governo do Estado. Ao longo de toda a entrevista foi (e é) possível verificar, através de suas memórias e narrações, a relação emocional que ela possuía com a escola e, até mesmo, com a própria unidade prisional.

Outro exemplo diz respeito ao modo com que Stella que se referiu ao Sistema Penal do Rio de Janeiro, embora, em outras estórias, tenha nos contado situações muito difíceis que vivenciou na Lemos Brito: “Eu passei muita coisa boa no sistema penitenciário.”(STELLA, 2014).

Assim, através de várias narrativas da Professora Stella, podemos perceber o quanto as relações afetivas, sobretudo, as que estão presentes no cotidiano escolar carcerário, podem, de certa forma, levar o gestor a um comportamento inovador que o ajude a contornar os momentos difíceis:

é justamente com relação à produção e gerenciamento das subjetividades que a dimensão do controle se revela de forma mais clara. Num espaço liso, sem marcações ou fronteiras, não há um lugar definido para uma instância subjetiva ou para um outro que a ela se contraponha; não há afrontamento ou conflito, mas um controle que se exerce em todos os lugares e em nenhum deles (GONDAR; BARRENECHEA, 2003, p. 39).

No momento em que o profissional de educação (Stella) e os alunos estabeleceram relação afetiva, essa professora foi capaz de realizar variados tipos de ações em prol de seu grupo discente, como trocar os recursos materiais da escola por mercadorias no comércio local, por exemplo. Ao fazê-lo, ela deixa de exigir os direitos da comunidade escolar junto à instituição responsável - direitos esses já garantidos pelas diversas legislações mencionadas ao longo da presente dissertação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de alcançar os objetivos dessa pesquisa, inicialmente, relatamos a motivação que impulsionou o presente trabalho, a saber, a minha trajetória profissional. Em seguida mapeamos as legislações que fundamentaram e mantiveram as escolas em prisões do Estado do Rio de Janeiro. Examinamos, também, a implementação e a manutenção dessas escolas na perspectiva da Professora Maria Stella Barghigiani, por meio da análise de uma entrevista qualitativa gravada em áudio e vídeo. Nessa entrevista, Stella nos conta, entre outras coisas, que foi professora e diretora do C.E. Mário Quintana por quarenta anos, iniciando a educação em espaço de privação de liberdade em nosso Estado. Por fim, analisamos o conceito de Memória Social (Gondar, 2005) para tentar entender como o estudo desse campo de conhecimento nos conduziu na construção da presente pesquisa.

Os ditames legais elencados nesse trabalho nos proporcionaram a construção de uma linha histórica, a contar da constituição do Sistema Penitenciário brasileiro no século XIX até o ano de 2011, que norteia as ações que foram e ainda estão sendo realizadas nessa área educativa revelando seus avanços e até seus insucessos. Mas eles são o referencial estático do que está se movimentando a todo o tempo – a esfera social - e nesse sentido, as narrativas de Stella trazem a memória dessa especificidade educativa a partir das vivências cotidianas com a comunidade escolar do Sistema Penitenciário.

Com a elaboração desta pesquisa podemos perceber que a construção da memória da educação em prisões em nosso Estado se efetiva através de Decretos, Resoluções e Pareceres. Até a presente data não se tem conhecimento de uma publicação específica sobre esse assunto, que sistematize essa documentação. Daí a relevância, apontada pelo Banca Examinadora tanto na Qualificação, quanto na Defesa, da presente pesquisa como registro pioneiro da memória da educação em prisões no Rio de Janeiro.

Podemos articular as narrativas de Stella e as características das proposições desenvolvidas por Gondar (2005) no que tange aos conceitos relativos ao campo da Memória Social. Identificamos que a transversalidade do conceito nos auxilia na compreensão da prática da educação prisional, especialmente no que diz respeito às experiências que a professora vivenciou.

Naquela escola, foi necessário traçar, constantemente, novas estratégias que atendessem às demandas do cotidiano, para, por exemplo, administrar os embates gerados pelas relações de poder com os funcionários do DESIPE e posteriormente com os da SEAP.

Outro exemplo do uso que fizemos do conceito de memória para analisar os relatos de Stella foi a proposição que entende a memória, não apenas como um conjunto de representações estáticas da coletividade, mas que se apresenta, também, por meio de sentimentos, desejos e variadas emoções.

Essa última afirmação pode nos remeter à questão de pesquisa apontada no início deste trabalho: Como se dá a construção da memória da educação em prisões em nosso Estado? E em que medida os ditames legais e as narrativas dessa professora nos auxiliam nessa construção?

Certamente, essas memórias estão sujeitas à alterações tendo em vista o tempo decorrido e o pressuposto de que pertencem a um ponto de vista específico – o de Stella. Mas elas transmitem o que nenhuma legislação poderia revelar: o afeto – elemento fundamental na constituição da memória. Dessa forma as legislações elencadas e a entrevista realizada se complementam e permitem que o leitor tenha um panorama bastante ampliado da memória dessas unidades escolares de 1967 até a atualidade.

Por fim, estabelecemos possíveis relações entre o campo de estudo Memória Social e as escolas situadas em espaços de privação de liberdade, no sentido de que a memória individual se consolida por meio do convívio humano e varia de acordo com o contexto social em que cada pessoa está inserida.

Ao chegar à etapa final desse trabalho é possível tecermos à algumas considerações. Certos assuntos, recorrentes ao longo da pesquisa, são sublinhados e analisados por estudiosos de marcos normativos como, por exemplo, a necessidade de formação inicial e continuada para os profissionais envolvidos nessa área de ensino; a oferta de gratificação especial para todos como já vem sendo feito em nosso Estado, desde 2008; e, especialmente, que a execução de tal atividade não pressupõe, de forma alguma, a constituição de um privilégio mas sim, a garantia de um direito do apenado.

Nesse aspecto, o Rio de Janeiro se mantém em situação de vanguarda, desde a construção da primeira Unidade Prisional do Brasil, passando pela consolidação da educação em prisões vinculada à Secretaria de Estado de Educação (onde as escolas são criadas em Diário Oficial do Estado com a finalidade específica de atender ao ensino carcerário) e por fim, o fato de ter instituído a remição de pena por estudo desde o ano 2000.

Foi possível também realizar uma aproximação cronológica: o século XIX foi o período de surgimento da Sociedade de Controle, do Sistema Penitenciário e da Memória Social. Com essa aproximação, pudemos constatar que tanto esse campo de estudo quanto as

escolas nas prisões são temas/instituições transdisciplinares, que se caracterizam por serem espaços de tensão constantes.

Verificar que apesar das variadas legislações de amparo, os dados informados pelo Departamento Penitenciário Nacional revelaram que o atendimento da Educação de Jovens e Adultos, nos estabelecimentos penais, ainda está muito abaixo do número de internos do Sistema Prisional brasileiro e que a maioria deles não tem acesso às atividades educacionais.

Essa realidade pode ser verificada no Estado do Rio de Janeiro que, por falta de espaço físico apropriado para a construção de escolas nos presídios, não consegue atender a todo o efetivo, nem mesmo nas prisões que já possuem escolas. De acordo com o sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça⁵⁴ (CNJ) atualmente o nosso Estado possui o total de 50.187 sujeitos custodiados divididos em cinquenta e cinco espaços penitenciários.

Os dados, fornecidos pela Coordenação de Gestão da Rede da Diretoria Regional de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas, revelaram que estão frequentando, nas dezenove escolas em presídios, o total de 3.452 indivíduos. Isso significa dizer que há colégios em 35% das cadeias e que apenas 7% dos apenados recebem atendimento educacional vinculado a este setor⁵⁵.

Tais informações mostram que ainda será necessário aprimorar tanto a oferta, quanto o atendimento para que sejam cumpridas as determinações legais, sobretudo, no que tange à Constituição Federal, que garante a educação para todos os brasileiros, independentemente de estarem ou não privados de liberdade, assim como à Lei de Execução Penal que assegura, ao presidiário, entre outros direitos, a conclusão do Ensino Fundamental.

Com base nas experiências vivenciadas, em quase nove anos de trabalho efetivo na DIESP, pude observar que são vários os motivos que incentivam os internos a frequentarem as escolas. Para alguns trata-se apenas de um momento longe das celas com a garantia da remição de pena. Mas, para outros, o espaço educacional significa um período de interação com o outro em um espaço de caráter mais humanitário e socializador onde são chamados pelo nome e não pelo número registrado no cárcere.

Outra possibilidade diz respeito à inclusão social através da alfabetização ou até mesmo do aprimoramento da leitura e da escrita. Tais competências tornam possível, por exemplo, a troca de correspondências com os familiares, a leitura de legislações e de textos

⁵⁴ Sítio eletrônico visualizado em 10/10/2016: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php

⁵⁵ Há outras formas de atendimentos educacionais ofertados pela SEAP e pela SEEDUC, como o Programa Brasil Alfabetizado, mas esses dados não estão mensurados na presente pesquisa.

variados. Ao iniciar ou ampliar sua vida acadêmica, os internos esperam serem inseridos no mercado de trabalho (dentro ou fora do Sistema Penitenciário) e na sociedade em geral.

Assim, a criação da Diretoria Regional de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP) representa um avanço no que se refere ao trabalho realizado na educação em prisões do Estado do Rio de Janeiro, seja pela visibilidade que trouxe para o que é realizado naqueles espaços ou para colaborar com a implementação de políticas que primem, especificamente, pela qualidade da oferta dessa educação onde quer que ela seja desenvolvida.

É inegável, porém, que tais procedimentos devem ser avaliados constantemente para que sejam verificados seus pontos positivos e as necessidades de ajuste do que não está sendo viável e nem produtivo para a realização do trabalho educativo no cárcere. Esse atendimento não só precisa estar em conformidade com as leis vigentes, mas, sobretudo, contribuir para o aprimoramento intelectual dos apenados.

Nesse sentido, muitos alunos alocados nessas Unidades Escolares já possuem matrícula na própria Rede Estadual de Ensino⁵⁶, demonstrando que não existe *o aluno da DIESP* e sim alunos, que ora podem estar na escola do sistema penitenciário, ora em uma escola extramuros. Se optarmos por essa direção, certamente não iremos sanar todas as dificuldades, mas estaremos, com a nossa pequena colaboração, contribuindo para formação de pessoas menos vulneráveis, mais conscientizadas de seus deveres e mais inclinadas a lutar por seus direitos.

⁵⁶ Já possuem matrícula no Sistema Conexão Educação da Secretaria de Estado de Educação.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina (1800-1940). In: MAIA, Clarissa Nunes et. al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 37-39. v. 1.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRAGA, G. Uma luz atrás das grades: funcionado há 35 anos num presídio, a Escola Mário Quintana mostra aos detentos uma saída. **Jornal Extra**, 30 jun. 2002.
- BRASIL. **A educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e perspectivas** (Documento-Referência). In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO NAS PRISÕES, Brasília, DF, 23 abr. 2012.
- _____. **Constituição Política do Império do Brasil**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824.
- _____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 maio 2010.
- _____. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830.
- _____. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. 1890.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- _____. Decreto nº 44.610 de 18/02/2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 fev. 2014.
- _____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- _____. LEP: Lei de Execução Penal Nº7210/1984. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984.
- _____. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN). Ministério da Justiça, Brasília, DF, jun. 2014.
- _____. Portaria nº 772/2000, de 01/11/2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 nov. 2000.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 48 de 02/10/2012 **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez. 2012.

DALE, J. Profissionais não medem esforços para transformar o dia-a-dia dos estudantes. **Jornal do Brasil**, 06 ago. 2006.

FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. de. **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FAPERJ. **Edital FAPERJ N°19/2011**. Programa Pensa Rio Apoio ao Estudo de Temas Relevantes e Estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, R. A. O tronco na enxovia: escravos e livres nas prisões paulistas dos oitocentos. In: MAIA, Clarissa Nunes et. al. (Org.) **História das Prisões no Brasil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 178-215. v. 1.

FLICK, U. **Questões de pesquisa: uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **Vigiar e punir**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1973.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DOBEDEI, V. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

GONDAR, J.; BARRENECHEA, M. A. de. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Letras, 2003.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_08_serjio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.

JULIÃO, E. F. **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade: questões, avanços e perspectivas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MAGALHÃES, M. I. Há 40 anos, Stella, professora do Colégio Mário Quintana, se dedica a educar detentos e levar uma nova oportunidade a quem tenta deixar a vida de crimes. **Jornal O Dia**, 17 mar. 2008.

MAIA, C. N. et. al. (Org.) **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1.

MOTTA, M. de B. da. **Crítica da razão punitiva: nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ONOFRE, E. M. C. O papel da escola na prisão: saberes e experiências de alunos e professores. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 271-297, jul./dez. 2011.

PEREIRA, L. D. Política Educacional dual e população carcerária: o (não) acesso à educação nas prisões. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. de. **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992.

SÁ, G. R. de. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1990. p. 141-155.

SANT'ANNA, M. Trabalho e conflito na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, C. N. et. al. (Org.) **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1.

SOUZA, J. P. M. O sistema penitenciário sob a ótica do trabalho. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. de. **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 27-43.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria do Estado de Educação. **Resolução SEE n. 3248 de 22 de agosto de 2006**. Estabelece que as unidades escolares que funcionam em unidades prisionais identificam-se como pertencentes à modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), e dá outras providências. Rio de Janeiro, 24 ago. 2006.

VENTURA, J. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília: Líber Livro; Editora UFF, 2011.

VIANNA, G. R. Desigualdade e segregação: engrenagens para o circuito repetitivo do crime. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. de. **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 105-122.

VIEIRA, E. L. G. **A construção da memória da cultura escolar prisional do Colégio Estadual Mário Quintana: entre o instituído e o instituinte**. 2014. 243 f. Tese (Doutorado em Memória Social)– Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM STELLA

Objetivo da pesquisa é compreender melhor os marcos legais que fundamentam e orientam a Escola da prisão no Rio de Janeiro.

1. Estranhamento: em plena ditadura consolidada, em 1967, como ela vê esse interesse do Estado em implementar uma educação para os apenados? Como era ser professora nesse contexto?
2. Como eram planejadas as ações das Classes de Cooperação, relacionadas ao Mobral?
3. Como se deu essa passagem de Classe de Cooperação para Escolas? Como ficaram as responsabilidades entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro?
4. Houve um momento em que as escolas prisionais passam da gestão das Diretorias Regionais para o Gabinete do Secretário, em 2007. O que significou essa passagem para os profissionais que atuavam na Educação?
 - a) Como pesquisadora interessada em histórias, gostaria que você selecionasse duas histórias, para ilustrar um momento muito bom e outro muito ruim de sua prática de docência/gestão nas Escolas prisionais;
 - b) O que você acha da situação atual da Escola prisional no Estado do RJ? Na sua opinião, você considera que a Educação para Jovens e Adultos deve formar para o trabalho ou deve contribuir para a formação do apenado como cidadão?

APÊNDICE B – A TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM STELLA

FILME 1:

Diana: A gente tá aqui hoje com a professora Stella e com a Cristina Marcelo que tá fazendo uma pesquisa sobre Construção da Memória das Escolas nas Prisões, vai conversar com a Stella e com a gente também, tanto que eu, professora Diana, que não tô aí na câmera queria começar agradecendo muitíssimo a sua disponibilidade de estar aqui com a gente. Dizer pra senhora. Para senhora não, pra você.

Stella: você.

Diana: Que é uma honra a gente ter aqui você e que esse registro visual, ele vai ficar aqui pros nossos arquivos, pra futuros pesquisadores que tenham interesse em conhecer essa estória, essa memória. Então, a Cristina vai ter essa conversa com você, mas a gente queria primeiro dizer pra você o seguinte: Stella, a gente vai dividir essa conversa em dois momentos, um momento vai ser o momento em que a Cristina precisa perguntar questões muito específicas pra você a respeito de algumas dúvidas que ela tem com relação a documentações, a momentos importantes nessa memória da escola prisional e você como uma memória viva e inestimável vai poder ajudar a gente. E num segundo momento a gente vai tá querendo ouvir um pouco mais das suas estórias que são riquíssimas. Então, a Cristina começa a conversar e depois a gente continua tá? E isso aqui tá aberto para você falar aquilo que você achar importante e achar necessário tá bom? Então, Cristina, começa aí...

Stella: Se eu tiver falando muito faz sinal.

Diana: Não, Cristina tá aí, ela te ajuda, tá bom?

Cristina: Ah! Stellinha, também quero agradecer muito por você ter vindo aqui pra me ajudar nessa área da minha pesquisa. Poxa Vida!

Stella: Que eu te ajude mesmo!

Cristina: desde o primeiro momento você sempre foi tão solícita comigo, entregou tanto material para mim, muito obrigada mesmo de coração! O objetivo da pesquisa que eu to me propondo a fazer é compreender melhor os marcos legais, que fundamentam e orientam as escolas na educação, as Escolas Prisionais do Rio de Janeiro. A primeira questão que eu tenho pra perguntar pra você é: pesquisando e lendo eu fiz uma linha do tempo sobre a questão da Educação de Jovens e Adultos e a educação prisional, e me causou um estranhamento o período em que essa educação começa por volta de 1967, não é isso?

Stella: 1967.

Cristina: 67 tá certo?

Stella: meia sete.

Cristina: Isso. Então a gente tava em meio à ditadura, a ditadura militar estava nesse momento consolidada. Eu queria ouvir a sua opinião, como que você viu isso? Num momento de ditadura, num momento de aperto, né, da situação. E a Educação de Jovens e Adultos, que é a educação nas prisões, estava também num momento de negociações e discussões, né. E eu fiquei intrigada, porque justamente nesse momento de ditadura, no momento que não tava discutindo educação como um todo, principalmente Educação de Jovens e Adultos, surgir essa Educação em Prisões, como é que foi esse trabalho com os professores nesse momento tão difícil, como que você viu isso?

Stella: Olha, quando eu fui pra lá, como eu já te falei, a escola tinha começado em setembro de 1967 e o que nós achamos, era assim, feito um acordo, foi feito um acordo entre o Estado e a Secretaria de Educação, e nós achamos assim aquele papel, aquele papel que se escrevia antigamente... é tipo papel pra desenho, aquelas folhas... Nós achamos lá um Convênio, mas aí eu cheguei em 1967, 68, eu cheguei em primeiro de março de 1968. Só que esse tempo, Cristina, eu não coloquei porque era da cruzada, tá? Aí depois que eu passei para o Estado em 1969. Como eu sabia que ia passar meus 25 anos lá dentro, aí eu não contei esse pedaço.

Cristina: Da Cruzada?

Stella: É eu fui da cruzada _____04:05

Stella: Nós fizemos o concurso, fomos para a Cruzada e depois nos fomos aproveitar o Chagas Freitas tá? E ficamos com professor do Estado, isso em 1968, mas aí quando eu cheguei eu já peguei essa escola dentro do presídio, entendeu? Aí fiquei dando aula na quarta série, mas você sabe, a gente como professor não tinha tanto envolvimento assim e peguei umas certas direções e aí o que aconteceu? Outro problema em 1968 lá, vocês lembram daquele que foi Coordenador de Escolar Supletiva, esqueci o nome dele, foi muitos anos e...

Cristina: Miguel?

Stella: Não, não é Miguel não, logo em sessenta e pouco, foi até Deputado depois, ele tirou todos os professores do presídio porque só podia ficar um ano, mas eu consegui voltar e fiquei 40 anos, então nessa época os internos eram muito diferentes de agora, o presídio era diferente, a própria unidade era diferente, você não via aqueles internos que você vê hoje de chinelos e camiseta, nada disso, eles todos tinham calça comprida, blusa branca, sapatos e meias dados pelo Estado, era um ambiente completamente diferente, agora essa parte da ditadura, isso assim nunca envolveu a gente, porque , também, nós éramos assim... começaram essas escolas, como eu já te expliquei, começou a Lemos de Brito, a Esmeraldino Bandeira, dizem que a Esmeraldino.... Eu não sei te dizer qual foi a primeira que começou, mas eu tenho certeza que a Lemos foi primeiro que a Esmeraldino porque eu fui na inauguração, a Esmeraldino foi feita uma escola... o que o sistema penitenciário fez com aquela escola, gente ela foi feita num prédio em que você não passava pelo preso, você não ia lá dentro ela era aqui fora, entendeu? Coisa mais louca aquela escola, e eu fui na inauguração, então ela não pode ser mais...

Diana: Antiga?

Stella: A Lemos de Brito era a mais antiga, então eu lembro que era a Lemos de Brito, Esmeraldino Bandeira, Milton Dias Moreira, a aquela menor...que era assim, 18 anos... tava na Lemos e foi inaugurada essa lá em Bangu... ali Cristina...

Cristina: Moniz Sodré?

Stella: Moniz Sodré! Obrigada! E depois de um tempo vem a Evaristo de Moraes e ah! Talavera... esqueci da Talavera.

Cristina: Isso aqui são seus registros que estão aqui no meu trabalho, ela mesmo me disse, esse histórico ela que foi me contando.

Stella: É aí nós iniciamos na época da ditadura um tempo em que a única coisa que aconteceu foi que eu fui chamada, eu dava aula de História e eu fui chamada no Gabinete do Diretor pra tomar cuidado com o que eu falasse porque o Governo tava sendo infiltrado, né, pessoas dentro das escolas pra ver o que os professores falavam, então o diretor pediu para eu tomar cuidado, ele me chamou e disse, professora, toma cuidado que professor de História é muito visado, Moral e Cívica, OSPB.. que eu peguei a época de OSPB e Moral Cívica, entendeu? Aí ele avisou que tomasse cuidado com o que falasse porque tava sendo infiltrado pessoas e podia chegar um agente e sei lá...

Diana: E Stella você se lembra de algum outro episódio desse tipo que tenha acontecido com algum colega ou professor da escola?

Stella- Não.

Diana- Só você foi chamada?

Stella- Ele só falou isso para mim, muito particular, me chamou no Gabinete e falou olha professora, cuidado com o que a senhora fala pois estamos numa época... só isso tá? Mas nunca aconteceu nada, não teve professor nenhum lá envolvido, que eu soubesse não né? Eu não era diretora então é aquilo você dá sua aula, cumpre com sua obrigação e vai embora, não conversa... que lá também não era bom ficar muito tempo... entendeu?

Cristina: a minha segunda questão é em relação ao Mobral, o Mobral foi um grande projeto do governo federal pra alfabetizar adultos que teve durabilidade de 1967 até 1985, foi um mega programa né? E começa justamente no ano que a gente da início aqui à Educação em Prisões, o trabalho pedagógico realizado nas unidades tinha alguma relação com esse programa Mobral?

Stella: Não (responde com a cabeça).

Cristina: Como que era feito o trabalho de vocês?

Stella: Porque o Mobral era feito assim, o Mobral tinha os professores que iam lá.

Cristina: Na penitenciária?

Stella: Na penitenciária! Acho que eram contratados, sei lá...

Cristina: Então tinha atendimento?

Stella: Inclusive a Kátia foi alfabetizadora.

Cristina: Qual Kátia?

Stella: Minha sobrinha, ela... não sei se foi pelo Mobral mas eu consegui um contrato pra ela lá na Evaristo, a Kátia foi pro, não lembro se foi pro Mobral, porque teve um contrato pela Divisão da Educação, antigamente lá nas unidades tinha a Divisão da Educação na própria SEAP, não era SEAP era...DESIPE... foi tanta sigla... Então tinha setor de educação e eu consegui um contrato pra Kátia.

Cristina: No DESIPE?

Stella: No DESIPE, eu posso perguntar a Kátia, eu não lembro se foi no Mobral mas tinha curso, ela trabalhou lá acho que dois anos.

Cristina: Mas e se tinha o Mobral e vocês não faziam parte, como era a parte pedagógica que vocês desempenhavam lá? Quem orientava, quem ia lá?

Stella: Eu não sei.

Cristina: Mas o planejamento da escola, quem planejava? Os professores?

Stella: Os professores que pegavam a direção e eu não tinha acesso porque eu pegava outras turmas, porque cada um, antigamente era assim, tinha a escola e a gente não tinha o que a gente tem hoje, o DIESP, entendeu?

Cristina: Mas no caso, era a diretora da escola que tinha o controle, um programa e vocês planejavam encima?

Stella: É aí a gente fazia o planejamento, eu sempre peguei quarta série, aí depois que eu fui pra dar aula de História, entendeu? Então essa parte aí eu não me envolvi, eu lembro que a gente tinha reunião pedagógica entendeu? Isso eu sei, e tinha também o Mobral, vinha professores pela Divisão de Educação.

Cristina: Vocês trabalhavam de acordo com as orientações emanadas da Secretaria Estadual de Educação?

Stella: É não era nada com a escola... Tá certo então?

Cristina: Sim, eu queria entender se você trabalhava com o Mobral ou se era orientações do Estado, então era Secretaria de Estado da Educação, já entendi.

Cristina: Outra pergunta que eu tenho para te fazer é em relação a esse movimento da passagem de Classe de Cooperação...

Stella: Classe de Cooperação na Lemos Brito, depois ela passou para Escola Supletiva Lemos Brito quando nos fomos pra lá era Classe de Cooperação.

Cristina: Em 1983, começaram a criação das essas escolas, aí a minha pergunta para você é a seguinte, na época das Classes de Cooperação havia um Convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e de Justiça, é isso?

Stella: É...

Cristina: Então quando a gente cria a primeira escola as Classes de Cooperação vão se acabando né? Não é isso?

Stella: Não, nós já fomos... eu fui pra Lemos de Brito, Classe de Cooperação Lemos de Brito depois foi publicado em D.O. Escola Supletiva Lemos de Brito, tá? Aí eu não lembro mais a data e deixa eu te falar, eu tentei quando eu estava na direção, pois eu acho isso um

absurdo..ah! Não existe nada na Secretaria, parece que não existe, é um pouco assim, um professor foi pesquisar de 1967 até quando se transformou em Escola Supletiva em 88, e não sabem, aí que tá.

Cristina: E esse Convênio? Quando a gente cria escola, você...

Stella: É isso que eu falei, aquele Convênio que eu achei naquelas folhas de papel de seda.

Cristina: Está onde esse convênio? Sumiu?

Stella: Ah! Minha filha, eu não sei.

Cristina: E quando criou a escola? O que aconteceu quando se criou a escola? O Ministério da Justiça... O que aconteceu? Parou de desenvolver, não teve mais parceria?

Stella: não sei e é uma pena porque se fez um bom trabalho, as escolas sempre tiveram professor, foram ótimos professores que passaram pela escola... Eu fiquei muito triste quando meu professor chegou lá na escola e disse, Stella, não existe nada desse período e é um absurdo, pois teve escola, aí eu te digo, a gente sempre conseguiu registrar quando antigamente, a gente terminava o Fundamental que era a oitava série, a gente registrava, mandava uma relação pro Sistema... Sempre mandou, e teve aluno que estudava em 1967, 1968, 1969, eu deixei os boletins todos lá mas acho que não tem mais nada não... Eu não posso ir lá na Lemos mexer em tudo senão eu te dava ate esses papéis de seda... faltava um pedacinho, se não me falha a memória era rosa.....Sabe quem lidou muito com essa parte? Foi Kátia, Kátia também lutou muito por essa situação, desse Convênio, porque era aquilo, foi feito Convênio e o Convênio que tinha lá não estava assinado, só estava o papel lá... É complicado.

Cristina: Bom minha outra pergunta é em relação à mudança que aconteceu em 2007, porque até 2007 essas escolas pertenciam as Regionais de áreas de abrangência, no caso a Mário pertencia a extinta Metropolitana X (dez) não é isso? E aí em 2007 o que acontece, a gestão passa as escolas pro Gabinete do Secretário Sr. Maculan e aí é criada aquela Assessoria comigo, João e Daiane pra cuidar dessas escolas, aí a gente vem ampliando COESP/DIESP. A pergunta que eu tenho pra te fazer é como você vê essas mudanças, essa passagem, tirar as

escolas das Regionais e colocar em uma Assessoria diretamente ligada ao Gabinete, porque a gente trabalhava junto ao Secretario, qual foi a grande mudança, como você vê isso, o que você acha que melhorou, o que foi a grande mudança de 2007?

Stella: Eu acho que foi assim, a melhor coisa que aconteceu, porque eu te digo, a gente ficava jogada entendeu? Aí era aquele problema, aí passou a ter Coordenadora, a Coordenadora ia pra escolas do presídio, porque o que que acontecia, eu, Sônia, nos sofremos muito, nos comemos o osso e agora as colegas... Que bom! Graças a Deus que tão comendo o filé, e mesmo assim não está grandes coisas né Cristina?

Cristina: Pois é, a luta é grande.

Stella: Do osso pro filé, eu comi o osso, Sônia comeu o osso. Eu vou contar uma estória pequenininha para vocês, eu fui convidada, pelo Secretario de Educação, eu não lembro o nome, eu sei que a Assessora dele era Ana Maria, que depois chegou à Secretária, lembra? Aí a minha chefe... ela achou... ele pediu pra convidar dez melhores diretores, aí graças a Deus que eu era uma... nós fomos a um chá das 15h com ele. Ele fez uma roda que ele disse que era informal e sentou no meio, e queria que a gente falasse da escola, aí quando chegou minha vez de falar, eu me emocionei muito e falei pra ele que o professor chegou todo contente que a Secretaria de Educação estava distribuindo televisão pras escolas, então eu queria uma televisão com videocassete pra passar filme pros nossos alunos. Eu fui procurar e falaram que escola de presídio não tinha direito, eu lembro que ele ficou com muita raiva na hora e mandou que a Ana anotasse isso o que eu falei, e eu comecei a chorar e de repente minha chefe a coordenadora a cigana Lea... a Lea levantou e disse assim pra ele, Secretário a professora Stella acabou de ganhar uma televisão. Ai ele foi e me deu um abraço e falou, tá vendo chorona, chorou tanto que vai sair com a televisão, foi uma maravilha!

Diana: Saiu mesmo com a televisão?

Stella: Lógico, não, ai que vem a historia, fui buscar com o diretor numa escola ali esquina com a Haddoc Lobo, quando eu cheguei la sabe o que eu vi,? A televisão não estava na escola e estava na casa do caseiro dele, da escola, não pode me entregar porque estava na casa do caseiro e o caseiro não estava, sabe o que ele disse pra mim? Isso é um absurdo, enquanto você vai levar televisão pros bandidos, vagabundos, a minha escola fica sem televisão. Porque

foram dar televisão pra essa escola e ela não tinha direito, ela só tinha até o quarto ano. Isso eu escutei, aí com a DIESP foi diferente, a Diesp passou a correr atrás, tem notebook? A Diesp avisa, tem isso? A Diesp procura fortalecer as escolas e nós tínhamos... sabe como a gente conseguia material? A gente não tinha autonomia, Outro caso também, autonomia, a Sônia conseguiu descobrir o nosso pedido de autonomia engavetado na gaveta da responsável... ela encontrou com um amigo da secretaria e falou, o nosso pedido meu e da Stella não sai... pra gente ser autônoma.

Cristina: Pra ter o CNPJ próprio e construir a associação...

Stella: As primeiras escolas de presídio, minha e da Sonia, aí conclusão, a professora que Deus tenha em bom lugar, não vou falar o nome não... escondeu porque era um absurdo vagabundo ganhar merenda, então ela dizia pra mim, Stella como é que você vai fazer, você vai dar lanche pro teu aluno, o teu aluninho quando chegar em casa vai falar pro irmãozinho que lanchou e o irmãozinho não tem lanche entendeu? Aí eu disse aí professora, ele dá um jeito. Aí outra vez teve uma reunião pelo (RIOCARD?) aí ela me convocou, eu tô falando isso porque você perguntou como que a gente era... aí ela me convocou pra reunião e eu disse a ela que não iria porque os meus alunos não tem Riocard, ela virou e disse, sim professora esqueci que seus alunos só andam de taxi... A Stella passou por isso,...

Cristina: Então você acredita que foi um avanço a criação desse setor...

Stella: Muito grande, a gente passou a ser respeitada, reconhecida, porque eram essas discriminações, quando eu lutei pra colocar o ensino médio, porque segundo o Saboia, foi a primeira escola do Brasil que teve ensino médio, Mario Quintana e a da Sonia só que a formatura a primeira foi minha pois a Sonia não fez, a minha formatura foi em 2002 e teve a presença do secretário de educação o Campos e o secretário de justiça Saboia e ele falou que ele mandou pesquisar a primeira escola no Brasil que estava fazendo esse evento era a Mario Quintana, porque todos os estados que tem ensino médio é presencial, é ... não, minto, a Rosa que era presencial... através de módulos, entendeu? Assim uma escola regular só aqui no Brasil...

Cristina: Isso você diz no âmbito prisional ou geral, no âmbito prisional né?

Stella: É, primeira escola no sistema prisional no Brasil, a primeira foi a Mario Quintana. Houve muita discriminação eu fui discriminada por coordenadora quando eu pedi pra colocara escola de ensino médio na Lemos de Brito e ela respondeu pra mim, Stella to colocando escola na Tijuca , vários lugares, eu vou deixar de atender nossos meninos que estão aqui pra atender vagabundo ? Eu disse, só que tem uma coisa, vagabundo todo mundo sabe que é vagabundo, e o das escolas? Ó, tem vagabundo a beça estudando a noite mas ninguém sabe né? Agora os nossos todo mundo sabe.

Diana: esses estão etiquetados né?

Cristina: Pois é..

Stella: Está bom?

Diana: Está ótimo, agora vamos pausar só um pouquinho pro Uriel verificar se esta tudo direitinho, a gente está fazendo um *backup* aqui de áudio mas essas coisas aqui de tecnologia é um problema, a gente tem de ter certeza.....

FILME 2

Stella - No dia do meu aniversário, lá no... com o Wilson.

Diana - Um convite e um presente né?

Cristina - Pois é...

Stella - Ele falou, vai descansar que você vai voltar a trabalhar com a gente... Mas papai do céu sabe o que faz ainda bem que me aposentei que eu não sei o que o meu marido ia fazer se eu estivesse trabalhando, eu iria ter de parar. Que é muito duro, muito triste, coisa pior que tem, muito complicado uma pessoa chegar a esse estágio.

Diana - Eu tenho um tio que está passando por esse processo, eu acho que hoje em dia qualquer família tem algum contato com isso..., é muito triste.

Stella - vocês desculpem, é que falo do meu trabalho e ‘mexe’ né? Quero me controlar mas não consigo...

Diana - Não... Imagina, a gente sabe, mexe...

Diana - Cristina, agora eu vou fazer uma pergunta que você vai poder contar mais coisa para a gente...

Cristina - É verdade, nós aqui como pesquisadores, olha a plateia interessada em ouvir você, suas memórias e tudo de bom que você fez que você tem guardadinho, e eu gostaria muito que você listasse nesse momento mágico que a gente está vivendo, pois estar com você é um momento mágico, que você contasse pra gente duas histórias, mas duas histórias que ficaram na sua vida, uma história bem bacana que você lembra todo dia e aquela outra que te chocou de alguma forma, que foi triste.

Stella- Eu já contei!

Diana - Mas você conta de novo porque a Beth não contou pra gente.

Cristina -Você contou qual? Qual você quer contar primeiro? A história boa ou a mais complexa?

Stella- A boa.

Stella- Eu passei muita coisa boa no sistema penitenciário, inclusive em 2008 o secretário de administração fez um CD, fui homenageada na escola penitenciária com um CD, e ele fez um CD e foi uma festa linda, meus 40 anos, só que ele fez minha festa em março e quando foi em julho ele me tirou de lá e me colocou no ‘DEGASE’, eu sai e nem fui me despedir do coronel, entendeu? Ele fez uma homenagem pra mim e passa uns meses e eu saio da secretaria de administração e vou para o DEGASE, mas não quero falar, bom... Foi o seguinte gente, um professor, Ricardo, diretor da escola, e eu não sei se vocês tomaram conhecimento daquela revista que tinha: ‘o gato’, lembra? Tinha uma revista aí, ‘o gato’ que fazia cada trabalho lindo, aí pediram ao professor e diretor do (equador?) que os alunos dele fizessem trabalhos sobre ‘o gato’, desenhos, aí ele lembrou que nossos alunos são muito bons em

escrever, desenhar e para fazer tudo, porque deixa eu explicar uma coisa para vocês, eu não sei o que tem nos internos, essas pessoas que estão fora da lei, eles fazem tudo, é impressionante. A secretaria de educação me deu um CD ‘ a paz’ esse CD é um CD da paz, eles fizeram esse CD e foi maravilhoso, a globo tomou conhecimento do CD, só que a globo quis me promover, então ligaram para mim perguntando como foi esse trabalho do CD, como foi gravado, se teve estúdio... Eu falei, o que? Estúdio? Foi num auditório com um violão só, ai eles: não professora, nós temos de montar, a globo vai ai... Foram, ficaram o dia todo, só que esse programa não foi ao ar pois foi quando caiu aquele avião, ai a globo teve muita reportagem, ia passar mas me ligaram avisando que não iria ao ar por causa do atentado terrorista dos EUA.

Diana - Ah, as torres gêmeas.

Stella- Foi, quando houve aquele acidente lá e a globo ficou no ar só com aquilo.

Stella- Ai, conclusão, foi muito lindo, o que aconteceu? Eu tinha naquela época a Lemos de Brito, deixa eu explicar para você entender, a Lemos de Brito era um prédio, você chegou a ir lá?

Diana - aqui no centro?

Stella-A Lemos de Brito era um complexo enorme, ali tinha a Lemos de Brito, a Milton Dias, tinha o presídio de mulheres tá? E tinha... como é o nome...

Cristina - É o colégio Rubem Braga, Instituto Bienal?

Diana - Não...

Stella- Ferreira... Ferreira não... Ah! meu Deus, esqueci, era um presídio de mulheres e tinha o P.O, que era o P.O?

Diana - Que era o Pedro...

Stella- Petrolino de Oliveira, eu pus o anexo em todos eles, era um quilômetro de distância... Ahh, e fora aquele onde é lá na rua... esqueci o nome... tinha outro presídio lá fora...Era tudo distante...

Diana - Hélio Gomes?

Stella- Hélio Gomes! Eu tive ensino médio nessas unidades todas, só no presídio de mulheres que não, que eu só tinha a 1ª série, que elas não tinham escolaridade.

Cristina - Ahh, me lembrei, o colégio estadual Rubem Braga ficava no Hélio Gomes, ai Hélio Gomes foi pra Bagé e a escola foi...

Stella- Ahh, ai você esta em outra mudança, o Hélio Gomes foi para Bagé, houve mudança mas eu falo antes, em 2000 eu comecei a botar anexo em tudo, porque? A Wanda Ferreira que... (continua na parte 3)

FILME 3, PARTE 1

Stella: No ensino médio, também esse ensino médio eu ganhei da secretária Lia Faria porque quando ela me conheceu, eu pedi a ela me deu um abraço tão forte...Eu pedi a ela se eu podia fazer um pedido. Ela falou, pois não professora, e eu falei, libera pelo amor de deus o ensino médio. Isso em 2000 que eu estou lutando desde 1992 e não consigo... ela deu ordem pra professora Wanda colocar o ensino médio aia nos fomos andar atrás e eu fui muito humilhada mas tudo bem o ensino médio apareceu, mas pra eu colocar o ensino médio naquela época não era como hoje, que o professor tinha de dar os tempos dele... ele só podia dar os tempos na mesma escola , não podia complementar, ai eu tive de abrir esses anexos todos pra poder, pra ter a carga horária de todo professor..

Cristina: então você que esse seu momento é o melhor momento desde quando você conseguiu (aplicar?) o ensino médio?

Stella: Muito bom, ai conseguimos o ensino médio, ai que eu vou contar a historia pra vocês desde o ensino médio no Petrolino de Oliveira que é ex-agente, ex-armeiro, ex- bombeiro,

esses eram os ‘exs’, que eram a... o presídio do tempo da ditadura que começou esse presídio, os políticos, presos políticos tudo ia pra lá, ai conclusão, uma das coisas mais comoventes na minha direção, com muita luta consegui colocar uma escolinha no Petrolino e Oliveira, ai esses meninos do Petrolino de oliveira hoje estão lá na Lemos de Brito...Eles ganharam

Cristina: Ai já é o Mario Iago, lado A....

Stella: É, é, mas eu botei esses anexos todos e era Stella sozinha, não tinha secretário, não tinha ninguém, ai conclusão, esse anexo foi uma beleza, um dos autores ai que escreveram... tão nesse livro... os alunos... ai vocês sabem.. Petrolino é o lado A da Lemos, ai eu peguei o professor Ricardo pediu para os alunos da Mario Quintana participar desse trabalho da revista ‘ Gato?’ Ai a professora de artes foi pra lá e conversou com eles e eles fizeram cada coisa linda, fizeram trabalho.. cada gato, que coisa mais linda e fizeram desenho em papel... Ai um dia eu cheguei lá no P.O ai um aluno falou assim, professora Stella a senhora viu o gato que eu fiz? Ai eu falei, ihh meu filho, foram tantos desenhos de gato...´Ahh mas o meu a Sra. sabe, que eu fiz com grafite .. Eu falei ahh, sei! Foi o gato mais bonito que eu vi, falei para ele, ai ele virou e disse assim, pois então eu vou te contar Stella, essas mãos que fez esse gato só sabia pegar numa arma, isso eu devo a você agora, que se a senhora não coloca essa escola aqui, eu nunca ia saber que essa mão não foi feita só para matar, que essa mão faz coisa boa... Foi a coisa mais emocionante da minha vida... Através da escola ele pegou um lápis , nunca tinha desenhado, fez um gato lindo! lindo! lindo!... E ele era armeiro... Não é lindo?

Diana: com certeza... E agora você vai contar a estória 1, aquela que mostra o momento que foi muito difícil para você.

Stella: Muito bem, em 1974, eu não era diretora ainda , mas eu não sei o que os alunos viam, não sei se é porque eu acreditava neles e eles acham que percebiam isso, porque o preso gente, ele não gosta de demagogia, eles sentem quando você chega pra ele e fala a verdade, e quando você está enganando, eles falavam que as festas que eu fazia... eu pegava o microfone e tudo que eu falava eles sabiam que eu ia conseguir, porque eu ia correr atrás, ia lutar, eles gostavam de mim....Então, eu não era diretora, em 1974, não sei se vocês lembram daquele motim que teve na Lemos de Brito que morreu muita gente, ouviu falar?

Diana: Ouvi falar sim...

Stella: Eu acho que foi em 1974 se não me engano... e eu não era diretora eu era simplesmente professora de turma mas o preso chegou pra mim e disse assim, professora corre com suas colegas e vão pra secretaria que vai ter uma rebelião e esse preso que veio me avisar morreu, porque ele saiu e chegou lá fora, morreu. E ele sempre confiava em mim, quando chegavam pra mim e diziam, professora... aí eu ficava numa situação, chegava a diretora ir falar, e outra coisa, não pode deixar perceber que alguém falou, aí, inclusive eu tive uma colega de português, Regina, aí eu chegava pra diretora e falava, olha me avisaram que vai ter rebelião, por favor vamos embora, aí ela, tá tá Stella obrigada, aí Stella, avisa aí nas salas que vai ter reunião, a professora no quadro falava assim, ahh, agora eu não posso, eu estou escrevendo.. Eu falei, Regina vambora... entendeu? Porque é assim, eles também não podem deixar você saber que era alguma coisa.. ahh não, a divisão de educação chamou pra uma reunião e eu , professora vamos embora... Então nesse dia eles avisaram... gente , foi uma (chacina?) , nos ficamos presos... a rebelião começou não eram nove horas aí você sabe que fomos sair de lá quatro horas da tarde...

Diana: só explica da história o seguinte, eles avisaram...

Stella: O preso me avisou, ia ter uma rebelião... eu avisei a diretora e nos fomos pra secretaria ..

Diana: Aí vocês ficaram lá?

Stella: Ficamos de quinze pras nove, parece, até quatro horas da tarde, foi a pior coisa, nós passamos assim... ajoelhadinhas no chão com medo das balas, porque era aquele helicóptero falando com eles: se rendam, vocês estão todos cercados , aí quando o helicóptero passava ele jogava tudo que tava no telhado pela janela e a gente tinha medo de entrar uma bala, foi muito tiro, muito tiro, nós passamos o dia todo lá dentro, a nossa secretaria nem ligou pra saber se a gente tava vivo ou morto, nos ficamos lá dentro abandonados, jogados... aí quando foi quatro horas da tarde um agente foi nos buscar, quase quatro horas da tarde, nos passamos pelo corredor lá dentro era sangue pelas paredes, eram os presos amotinados baleados, tudo jogado... e tinha naquela época oficinas na lomos de Brito, que lá tem de tudo, sapataria, lavanderia, tipografia, mecanografia, tem de tudo.. em 68 quando eu cheguei lá a lomos tinha de tudo, aí eles trabalhavam fazendo muita coisa, eu comprei muito sapato, vendi muito

sapato pra eles, todos eram de couro mesmo...Ai conclusão, quando eu passei, foi a pior coisa, tinha uma oficina assim, eles assim nas grades perguntando se a gente tava bem, função deles, saber se a gente tava bem, nós passamos, quando chegamos lá na rua, ninguém sabia nada, eu fui uma que eu tinha que pegar o ônibus pra ilha e eu peguei ali aquela (chuva?) e fui parar na presidente Vargas sem saber o que eu ia fazer, a outra professora entrou no taxi e falou pro motorista: me lava pra casa, ai ele, pra onde? Ela não sabia...Porque foi a pior coisa da minha vida.. ai no dia seguinte nós fomos pra lá com o que hoje é secretário... eu não lembro... ele era diretor do departamento...era tipo o Degase né? Era da justiça... Fomos falar com ele porque muitos alunos nossos saíram todos arrebitados, todos machucados e estavam na sala de aula com a gente... mas só que era pouco tempo, ninguém tinha experiência, ai nós aprendemos, aqueles presos que estavam na sala quando começou a confusão, a gente não podia liberar, tinha de ficar conosco, e muitos morreram, e estavam na sala com a gente.. Foi muito triste... foi (em 79?) e depois acabou.

Cristina: Uma ultima coisa, não podia liberar porque?

Stella: Nos tínhamos de deixar conosco e não mandar embora.

Cristina: Guardá-los? Protege-los?

Stella: Porque quando os guardas começaram a bater, aquela confusão e saíram correndo, eu ainda fui uma que falei, corre, corre , corre...e o rapaz ainda avisou, tá perigo, se esconde... entendeu, a gente tinha que ficar com eles trancar o portão e a pior coisa foi quando vieram , não sei se vocês lembram, dos franco atiradores...que era elite né? Eles chegaram queriam entrar na escola , uma professora ficou tão nervosa que pegou a chave do portão e jogou dentro do vaso sanitário... olha só, jogou de tão nervosa..

Diana: Mas isso era no meio da confusão?

Stella: É, lá fora tava um tiroteio, tava aquilo tudo né? Os helicópteros tudo e eles vieram, foram lá ver a escola e queriam entrar pra ver se a gente estava com algum preso lá dentro, nós estávamos não, estavam os (nossos?) faxinas e as professoras, que não tinha homem naquela época..

Diana: E esses faxinas ficaram com vocês o tempo todo?

Stella: Ficaram o tempo todo conosco, mas depois o diretor do Desipe falou que nós tínhamos de ter ficado com nossos internos, trancado o portão e ficado com eles, e foi que os atiradores vieram e a diretora enfrentou e não deixou pegarem os faxinas, entendeu? Ai minha filha, foi a pior coisa. E outra vez também a diretora fez... que tinha muito sabe? Lá na Lemos tinha muitos festivais, não tem sido ouvido falar que aquele festival de canção que tinha na TV que era aquele Flavio Cavalcante né? Ele fez um programa ao vivo na Lemos de Brito, a Lemos foi muito badalada, muito importante, eu assisti show do Roberto Carlos na Lemos de Brito, eu assisti show de Ney Matogrosso, foi Fafá de Belém, Alcione, Elba Ramalho, muito artista. Timóteo, Timóteo tinha um namorado lá dentro e não saía de lá, todo domingo Timóteo tava lá...Paulinho da viola, quando eu passei na faculdade.. é Paulinho da viola aquela... faculdade, ela é particular

Diana: Martinho da Vila

Stella: É, Martinho da Vila que eu conheço a muitos anos...Então foi muito lindo, a Lemos de Brito tem um passado muito bacana, muito bacana mesmo., e esse dia teve um festival da escola, a diretora fez um festival na escola e tava lá Alcione, naquela época tava Alcione e não lembro quem mais.. artista famoso eu lembro que era Alcione lá cantando e de repente tocou a sirene... ai eu tava lá fora recebendo as autoridades, porque eu ia no portão receber os convidados, levava até a entrada da Lemos, e lá tinha outra professora que levava pro auditório... a minha família tava lá dentro, e eu esperando o pessoal que morava em Petrópolis naquela época e os vizinhos que tavam chegando (continua na parte 2 do filme 3)

FILME 3, PARTE 2:

Stella: Aí nisso fecharam a rua, tocou a sirene fecha a rua, né? E eu e a Sônia, diretora. Não, Professora! Já faleceu. Nós ficamos ali na varanda com o guarda, encostadinho assim, e os guardas corre pra cá, corre pra lá. Aí, quando eu saí, aí de repente voltou tudo ao normal. Olha, mentira! A diretora reclamou, foi e denunciou, era mentira! Não fugiu ninguém. Eles deram por tentativa de fuga. Eles iam sair da Lemos e iam da _____(15:41) passeando para lá em cima no _____ (15:43). Era mentira, não teve nada disso, pra acabar com nossa festa. Tá? É isso! Aí, conclusão: quando eu saí, o que eu quero contar pra vocês é muito

importante. Quando eu saí, eu tava com um vestido todo de casinha de abelha e o agente chegou, o guarda chegou pra mim e falou: Professora, por favor! Falou para minha família, chamou a minha família. ‘Manda celebrar uma missa porque a professora Stella acabou de nascer, ela e a colega dela’. Tava com uma metralhadora preparada para atirar e eu encostadinha nela, se pega nas minhas casinhas de abelha eu não estava aqui hoje eu tava era sepultada.

Diana: uauuu

Stella: Tá? Uma metralhadora e eu encostadinha nela. Não tava aqui, Cristina, te ajudando, era pra tá (sinal com as mãos para o alto). E era, foi mentira, gente. Não teve tentativa de fuga. Ninguém correu lá em cima no telhado.

Diana: Então, o que você tá falando, Stella, é que havia uma, um certo clima de, numa interpretação de sabotagem com o trabalho que se fazia lá nas prisões.

Stella: E dessa vez teve, na festa da diretora. Nós fomos perseguidos, entendeu?. Quando eu cheguei lá, com medo em 68, o interno ia passar pra ir pra escola, o agente cismava e ele não passava.

Diana: Mas hoje isso ainda acontece, né, Stella?

Stella: Ainda tem, Cristina?

Diana: A relação.

Cristina: NÃO CONSEGUI ENTENDER

Stella: Não, mas até no sistema depois melhorou muito. Melhorou muito mesmo.

Cristina: Depois de quando?

Stella: Ah... de uns tempos.. não lembro assim te dizer quando, mas também tem aquilo: o guarda passou a estudar, o guarda passou a aceitar. Porque quando eu cheguei lá a maior parte (sinal com as mãos?). Mas o que eles não aceitam até hoje é assim, eles não aceitam

_____ (17:57). Eu ia receber merenda: ‘Isso, professora, dá mesmo, dá Danoninho, dá mesmo, bota eles bem gordinhos pra chegar ali fora e te assaltar. Aí eu dizia assim: Só que tem uma coisa, esses que eu tô dando essa merendinha nunca vai me assaltar. Eu debochava, né, porque olha, até pra ____ aniversário tem que ter jogo de cintura. É o que eu falei para vocês no começo, eu fiquei 40 anos, eu engoli muita coisa. No começo é maravilhoso, Stella homenageada, faz CD, faz isso, faz aquilo, mas eu é que sei, eu contei isso pra vocês antes de começar o trabalho dela, eu contei essa no livro, isso também é, foi triste na época, isso também foi uma das piores para mim.

Diana: Stella, realmente.

Cristina: Bom, você contou pra gente dois episódios. Até mais, acho que foram três. Que bom, né? Mas realmente, foi o episódio.

Stella: Eu falei pra você (sinal de controle).

Cristina, não, não. Não, meu amor, não é isso não. Foi o episódio da época em que você era regente, é isso?

Stella: Não, não!

Cristina: Já era gestora?

Stella: não, não! Ahh, não, não, pera aí, era. No primeiro eu contei.

Cristina: É sim, mas você contou um episódio da época em que era regência. Agora eu quero pra contar um de gestora. Aí gestora, diretora da escola. Né? Porque tem a divisão, né?

Stella: Esse do filme, foi..

Cristina: Qual filme?

Stella: o do gato..

Cristina: Nesse você era gestora.

Stella: Sim.

Cristina: Isso. E a época da Rebelião de 74 você regente.

Stella: Eu era regente.

Cristina: Isso, tá! Então eu quero perguntar para a ex-gestora, a diretora da escola, né. Em relação a situação atual da educação nas prisões, qual a sua percepção do momento, do trabalho que está sendo realizado.

Stella: É o que eu falei, gente. Diretora agora, Cristina, come o filé. As colegas precisam saber que elas comem o filé, quem comeu o olho (?) fui eu e Sônia, nós duas comemos o olho (?). Porque vocês sabem que o SIA (?) assumiu uma direção de escola em 1992. Eu tinha, eu fui direto pro gabinete da minha diretora, diretora _____ (20:29). Ou eu pegava a direção da escola ou a escola ia acabar, né? Quando eu fiz essa proposta. Ah, lembrei. O diretor da coordenação de supletivo era o Carrasco, lembra do Carrasco?

Diana: O nome diz tudo.

Stella: Era o Carrasco. Carrasco. _____ Carrasco (20:47). Aí, conclusão: a gente não tinha nada. Era licitação e quem ganhava era assim, uma tonelada de lâmpada, era, aquele mundo de água sanitária, um monte de papel higiênico. Então, o que eu fazia, eu trocava lâmpada por tampa de vaso sanitário. Troquei!

Cristina: Com o diretora da unidade?

Stella: Não, trocava no material.

Cristina: ahh, trocava fora da escola. Ahh sim.

Stella: Eu tocava lá. Ai, meu Deus, esqueci o nome dele. Pelo amor de Deus, me ajuda. Olha, eu tô precisando disso e disso, e então eu tenho lâmpada, eu tenho disjuntor. Por quantos

disjuntores você quer isso? Eu sei que ele me roubava, mas o que eu vou fazer, eu tava precisando.

Diana: É um sistema de troca.

Stella: A Lemos de Brito quando eu assumi, sabe como é que ela era? Ela era divisória. Então ela era dividida com Eucatex uma sala, a outra era com porta de armário. Aí quando tava vento o Eucatex caía. E aí, ia cair na cabeça das minhas professoras e dos meus aluninhos, como dizia Caucau. Aí não podia, eu ia trocar Eucatex por... disjuntor por Eucatex. Fiz isso. Eu sei que o homem lá devia dizer: Essa aí é uma boba, tô ganhando em cima dela. Mas não interessa, gente, eu não podia deixar aquilo machucar meus professores e meus alunos. Aí trocava, era assim que a gente vivia. Aí ganhava tanta vassoura, mas tanta vassoura, era. Chegava para o diretor: Preciso disso aqui, eu tive que trocar por vassoura. Eu quero água sanitária, eu quero detergente, eu quero qualquer coisa. Mas não tinha dinheiro para comprar. Era assim que nós vivíamos. Agora a escola o professor vai e tem aquele dinheirão para gastar. Foi uma maravilha, olha, fiz meu livro, né? Mas foi bom, foi uma luta uma discriminação. Pra que dinheiro pra escola? Pra que? Você sabe que a Sônia, onde é a escola da Sônia hoje era uma cavalaria?

Diana: Eu sabia, ela me contou.

Stella: A Conceição, tadinha da Conceição, perdeu aquela escola para a _____(23:33).

Diana: Qual era a escola?

Stella: Cartola. Perdeu. Ela tinha uma escola, perdeu. Ali foi feito uma escola, uma escola, mas não para ela. Mas foi feito uma escola, perdeu. Sabe como é que perdeu? Eles não dão a mínima. Chegou uma porção de homem lá de terno bonito e ela só vendo passar pra lá e pra cá. Porque eu apreciava isso na Mariângela. Mariângela falava isso: ‘Vocês tem que se impor! Se ele é diretor, vocês também são. Vocês foram escolhidas pelo secretário de educação e eles foram escolhidos pelo diretor do sistema penitenciário. Vocês tem que se botar, não deixar eles pisarem em vocês’. E era o que eles queriam, né? Aí, conclusão: achava maravilhoso essa fala dela. ‘Você se impõem, vocês são diretoras também, igual a ele. Aí, conclusão: ficaram lá e Conceição tá vendo, anda pra lá, anda pra cá, nem deram confiança, já tinham

entrado pra trabalhar e os professores não podiam ter aula, já tava tudo destruído (sinal de queda).

Diana: Mas destruíram a escola?

Stella: Destruíram a escola dela, não foi?

Cristina: Destruíram, mas depois construíram de novo.

Stella: _____(24:45). Mas foi com muita luta, né. Mas foram muitos anos. Destruíram... o sistema penitenciário.

Diana: É, eu tenho ido lá nessa escola, no Cartola.

Stella: Não, agora não.

Diana: E eu me lembro que a primeira vez que nós entramos lá e nós fomos conhecer a unidade e eles mostraram pra gente o lugar onde era a escola original.

Stella: Era uma escola muito boa, mas depois ela ficou num lugar lá que tinha uma varanda, eles assistiam aula lá, foi uma tristeza, eles não dão confiança não.

Cristina: Já vou concluindo aqui, deixa só eu te perguntar mais uma coisa, Stella. A gente tem, pelo menos eu pesquisando, eu sempre percebo que há uma ligação entre trabalho, educação de jovens e adultos e prisão, né? A educação de jovens e adultos quando ela começa a ser discutida no nosso país a partir de 1930 mais ou menos, é justamente para formar o cidadão para o mercado de trabalho. O que é muito recorrente no texto de educação em prisões ou mesmo no texto que fale apenas da prisão, onde se coloca o trabalho como um dos movimentos de reinserção ou inserção, seja como a gente queira chamar, desse cidadão que está aprisionado, né. Você acredita nisso? Você acha que a educação em prisões, que é a educação de jovens e adultos, né, que ela deve formar esse cidadão para o mercado de trabalho ou não? Que a educação tem o papel dela em termos de movimentar esse cidadão, esclarecer seus direitos e deveres, e não tem nada a ver com o mercado de trabalho. Ou o cara que estuda, ele tem que ser formado pra esse mercado de trabalho.

Stella: Olha, eu acho que a educação é importantíssima. Então, é como quando eu digo, vou dar um exemplo: Quando a gente tava voltando para aquela, as tantas horas de estudo.

Cristina: remissão.

Stella: O que acontece é que eu ouvi de uma juíza o seguinte: Quando o juiz pega a ficha do interno e vê que ele estuda, ele dá muito valor. Porque ele dá valor? Pelo seguinte: tá mostrando que ele quer sair preparado da escola pra rua para o mercado de trabalho. Agora, quando ele pega a ficha do preso e vê que o preso varre o corredor, é faxina, o que ele se preparou pra vida? Então eu te pergunto, Cristina. Eu, pelo meu entender, eu acho mais importante a educação. Você conseguir dar para ele no primeiro aninho todo o fundamental e ensino médio, ele vai sair, vai fazer uma faculdade e vai trabalhar. Agora eu te pergunto: É, professora, eles acham maravilhoso, mas será que todos os presos vão sair e..

Cristina: Conseguir essa inserção no mercado de trabalho que já está tão apertado.

Stella: Você acha que vai ter??

Cristina: É complicado por vários motivos.

Stella: Então eu sou, eu acho, tá entendendo? Melhor o que nós oferecemos, que é dar a alfabetização até o ensino médio. Outro dia um preso ligou para mim, descobriu não sei como o meu telefone, porque o que eu nunca fiz foi dar meu telefone pra preso, mas ele diz cobriu meu telefone. Ah, foi a Noélia que deu, a professora que deu. Então ele descobriu meu telefone e me ligou, parece, se não me falha a memória, que nós estamos com quase 10 alunos na UERJ. Muito aluno na UERJ. 'Professora, quero te contar!'. Ele me convidou, ele quer que eu faça _____(29:00). Ele quer que eu participe, que eu colabore. Meu filho me liga pra eu poder encontrar com você, eu te ajudo! Olha, professora, eu quero falar que nós estamos, me parece, com 10 alunos na UERJ.

Diana: E ele foi _____(29:26) da Lemos de Brito.

Stella: P.O. (????)

Diana: Bom você falar nisso, a gente tá..

Stella: Tem muita gente lá na UERJ, ele me falou. Tem gente na UERJ do nosso tempo lá na Lemos de Brito. Outro dia um..

Diana: É o tal do acompanhamento dos egressos que vocês da DIESP poderiam fazer, né. É claro que precisaria de muito mais gente. Mas é bom você tem essa noção, né?

FILME 3, PARTE 3

Stella: Procura ver que tem muita gente fazendo faculdade.

Cristina: Aqui a gente tem no Serviço Social né?

Stella: Dentro da Frei Caneca, agora deve ter nas outras também.

Diana: Com certeza.

Cristina: Minha querida deixa eu te falar uma coisa, pelo meu roteiro, ele chegou ao fim, mas antes de agradecer você mais uma vez e concluir essa minha primeira... Esse nosso primeiro documento, uma pergunta que tá aqui e eu preciso fazer. Você com 26 anos, não é? Você tinha 26 anos em 1968, não é isso? Quer dizer um ano depois desse trabalho começar, você com 26 anos, novinha, linda, recém-formada. Como que uma moça, de 26 anos, recém-formada descobre o trabalho na cadeia, essa família disse o que? Eu não posso deixar de perguntar, em 1967 né? Ela falou, que o pai, a mãe esteve em um evento, como que foi isso? Com 26 anos entrar em uma cadeia?

Stella: Agora eu posso falar, porque to velha, to feia, to gorda. Quando eu fui para Lemos, o Nogueira fala até hoje, me faz passar cada vergonha.. O subdiretor do Degase fala para todo mundo, ‘Gente eu queria que vocês vissem Stella’, eu to falando isso porque eu to velha, to gorda... Oh Cristina vou te dizer, teve muito namoro na penitenciária, muito envolvimento de colegas nossos, você sabe disso né Cristina?! ...E uma vez o diretor do hospital penitenciário falou comigo ‘Professora a mulher tá vindo trabalhar aqui dentro tem que ter moral porque

não e fácil'. Eu fui para lá eu era nova, eu tinha o corpo bonito. Aquele corpo que naquela época eles gostavam, quadris grandes e cintura fina, então... Nós estamos sobre colegas, eu posso falar... Uma colega descobriu, quando dava 16h eu saia e todo mundo ia para o corredor para ver a banda passar.

Cristina: Todo mundo quem? Os agentes?

Stella: Não... Os presos, para verem a banda passar, mas sempre me respeitaram, mas respeitaram mesmo. Eu fiquei 40 anos e nunca me envolvi com ninguém, graças ao meu bom Deus, porque é o que mais tem... Nós temos colegas que perderam apartamento para tirar preso. Tivemos colega que largou o marido, professor da UERJ para viver com preso... 'Professor não se admira não, porque tem'. Eu peguei professora saindo de dentro do banheiro, e a maior vocês não sabem, ela saiu de dentro do banheiro, ele ficou dentro, quando eu entro assim, eu dou de cara com o preso... ele podia me agarrar ali, eu novinha né? Hoje não que ele não ia me agarrar, mas antigamente poderia me agarrar... Então gente teve muita coisa.

Cristina: E como você descobriu esta escola, como você descobriu este presídio? Eu quero saber como descobriu esta escola, eu quero saber o que essa família falou para essa menina de 26 anos?

Stella: Foi assim, eu morava em Caxias e toda vida eu dizia que ia passar para o Estado e que iria dar aula para a escola Benjamin Constant. Eu fui dar aula lá, ali perto da rodoviária né? Fui para Caxias, morava lá no Santo Cristo, sai de lá para pegar o ônibus, que horror! não sabia direito, deu quase meia noite e eu parada em frente á rodoviária... Fui para Caxias e cheguei em casa todo mundo na rua desesperado.. Eu perguntava se passava na Washington Luis? O motorista dizia que não e eu descia... Então papai disse que eu ia sair do Estado, 'Você não vai mais trabalhar a noite' Fui chorar na secretaria de educação, pedi muito para ele... Minto, eu soube que tinha uma escola classe cooperação Lemos Brito na Rua Frei Caneca 457. Cheguei em casa e perguntei como iria nessa rua.. 'Lemos de Brito? isso é macarrão, penitenciária', 'Escola em presídio nunca ouvi falar disso papai?' Nunca ouvi falar nisso, naquele tempo né?.. 'É presídio, se for você não vai ficar'. Cheguei lá foi um choque quando eu entrei mas graças a Deus gostei, me adaptei.

Diana: E seu pai?

Stella: Meu pai disse que eu ia sair, mas eu bati o pé firme, disse que queria que eu queria e eu fiquei.

Diana: Seu pai foi sensível aos seus argumentos!

Stella: Foi... Ele foi deixando e mamãe sempre estava lá, minha irmã, todo mundo ia. E outra coisa quando eu dei minha primeira entrevista na radio globo, papai era vivo, chorou muito quando viu a filhinha dele na radio globo.

Diana: Era a rádio globo, não era uma radio qualquer (risos).

Stella: Dei uma entrevista para o Paulo Barbosa.

Diana: Em função da docência ou da gestão?

Stella: Não, aquele da Globo?

Cristina: Radio tupi

Stella: Da radio Tupi. Agora da Globo eu apareci naquela reportagem da formatura, ficou o dia inteiro no ar. De vez em quando passava, de vez em quando passava... Sai em tudo quanto era jornal, o Dia, globo, O povo e tudo quando é reportagem, sai em muitas reportagens. Tem muitas, mas é que eu perdi.

Diana: Mas a Cris esta com uma cópia daquelas...

Stella: Quem tem muitas entrevistas minhas é a Sônia... A Sônia 'vou te dar, vou te dar' e nunca deu.

Diana: A Sônia é aquela do...

Stella: Ela tem muitas entrevistas minhas.

Diana: A Sônia e a sua contemporânea então?

Stella: A Sonia é. Ela pegou a direção primeiro do que eu, ela é a mais antiga na direção. Era Nazaré, a Sônia e eu, agora é a Sonia e mais ninguém, ela é mais antiga.

Diana: Mas ela tá bem próxima de se aposentar?!

Stella: Ela tá perto. Até meu filho... Sabe o que eles falaram no Degase, que a Sônia saiu na expulsória, eu falei 'que isso'.

Cristina: Não, não...

Diana: Mas ela falou comigo que tá perto.

Stella: Ela tá perto, acho que daqui a uns dois anos ela completa 70 anos. Mas a Terezinha já tá, a Teresinha que é professora. Agora dessa Tuma antiga só tem a Sônia. Nazaré, conceição e eu já saímos. As fundadoras, as iniciantes na escola... Agora é um trabalho maravilhoso, não sei se porque eu sempre acreditei. Foi muita coisa boa, gratificante, tem muitos alunos muito bem, mas bem mesmo. Alunos com faculdade, dentista...

Diana: Uma coisa que a gente não colocou no roteiro, mas que eu tenho curiosidade, você pegou o período de formação dos comandos né? Das facções, quando você entrou não existia isso, elas ainda não estavam organizadas, mas você estava lá quando elas se tornaram essas grandes organizações? Isso teve impacto no seu dia-a-dia como gestora, como professora?

Stella: Eu vou dizer para vocês, antigamente era assim, o preso era julgado, condenado. Penitenciária é o que? a rede de socialização. A penitenciária tem que dar a ele condições de estudar e trabalhar. Acho que é por isso Cristina, que foi feita a escola lá em 1967, para o preso estudar, só pode ser. Você vê, aonde tinha escola? Talavera Bruce era o que? Penitenciária. Lemos de Brito era o que? Penitenciária. Esmeraldino Bandeira era o que? Penitenciária. B. Dias era o que? Penitenciária. O único presídio era o da Sônia, mas acho que é triagem (?)... Penitenciária é o que? Tem que ter acesso ao trabalho e ao estudo, todas as penitenciárias puseram escola e tinha trabalho. Gente, a Lemos de Brito tinha de tudo. Então o

que é a Penitenciária? O preso tem que viver o dia todo circulando, ele tem que trabalhar e estudar, certo? O que é a Lemos Brito agora? Eu digo que eles ficam em uma rua, ficam ali 'tudo' preso.

Eu acho que o meu pessoal, quem foi com a gente da Lemos Brito, eles estavam recuperados. Porque eles chegaram lá não fizeram motim, não fizeram nada. No presídio lá em frente, incendiaram, não sei o que aconteceu, mas a Lemos Brito não. O Luciano que era o diretor me procurou e disse que 'A Stella segurava a cadeia' e comigo ali eles não iam fazer nada, sabe por quê? Porque o Astério e o Gameleiro não queriam me deixar ir de jeito nenhum, sabe porque eu fui com eles? Porque na semana da viagem deles que eu disse que não ia com eles, eles falaram 'A mãe vai abandonar o barco a deriva', ai eu fui... 2006, eu estava com 42, eu fui com eles, com muito sacrifício para mim. Por isso o Gameleiro me tirou de lá com 60 e poucos anos... Mas eu fui com eles pegava um ônibus aqui, outro ali.. Mas graças a Deus, eles aceitaram aquilo porque quando eu passei, o Astério reclamava e dizia que eu olhava para lá, o Astério viu... O Gameleiro viu, diz ao Dr. Astênio 'Sou a mãezona deles', eu to dando uma força para eles porque perderam trabalho, perderam tudo. Agora não sei, porque já não estou mais com eles desde 2008, eu não sei como eles estão se comportando eu tive 40 anos, eu nunca coloquei no castigo, passei pedaços que você nem imaginam. O Jaime esturador me deu muito trabalho, mas é aquilo o Jaime é doente, ele não vai sair da unidade, parece que ele não vai sair e ele deu muito trabalho. Eu sempre acreditei neles porque professor que vai para uma unidade prisional, que não acredita na recuperação deles, não adianta ir para lá. Diretor que vai para uma unidade prisional e não acredita.. Agora eu não vou dizer que são 100 por cento dali, com o efetivo de 600, conseguir 20 tá ótimo porque tem todos são recuperáveis. Tem muitos que salvam tem outros que não, aqueles que já nasceram para o crime, aquele não têm jeito. Tem muitos que não tem jeito mesmo, mas para ser professor, para ser diretor de uma penitenciária, de uma escola penitenciária, tem que acreditar porque se você não acreditar você não consegue e tem que ter jogo de cintura, porque para trabalhar com aqueles agentes, diretor de unidade não é brincadeira... E a minha vida foi essa.

Diana: A gente te agradece muitíssimo.

Stella: que tenha ajudado

Diana: Você ajudou muitíssimo, não tem ideia de quão foi importante foi para gente.

Stella: Vocês desculpem...

Diana: Não tem que desculpar nada.

Stella: Porque quando a gente fica velha, não segura o sentimento, chora mesmo. Desculpe meu chororô.

Cristina: Muito obrigada mesmo.

Stella: A hora que vocês precisarem.

Diana: A gente te chama de novo.

Stella: Eu vim aqui, foi o que eu falei com a Cristina, eu acho melhor ir porque ao menos eu saio um pouco de casa.

Diana: A Urca é bonita, vale a pena o passeio.

Stella: Eu estava até contando para a Cristina, ontem eram 8 horas da noite, eu queria dormir, mas não podia porque estava esperando o leite chegar... Eu vim tranquila, dei um passeio, sai um pouco da minha casa porque a gente alugou uma casa.

Diana: Você mora aonde agora?

Eu moro na ilha, mas alugamos uma casa em Teresópolis e lá a gente tá dentro de uma mata, mata mesmo... /...

Stella: Quando precisarem novamente me chamem.

Cristina: Sempre muito bom conversar com você.

Diana: Te agradeço muitíssimo.